



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS
Autoridade Tributária de Moçambique

RELATÓRIO DE BALANÇO

**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS DE JANEIRO À DEZEMBRO DE 2017 E PERSPECTIVAS
DE ACCÇÕES PARA 2018**



Março/2018

ÍNDICE

I.	SUMÁRIO EXECUTIVO	1
II.	INTRODUÇÃO	2
1.	COBRANÇA DE RECEITAS	3
1.1.	COBRANÇA DE RECEITAS DOS IMPOSTOS INTERNOS E DOS IMPOSTOS SOBRE O COMÉRCIO EXTERNO	3
1.1.1.	<i>Contribuição dos Grandes Contribuintes</i>	5
2.	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, DO ORÇAMENTO E DO PATRIMÓNIO DA AT	7
2.1.	GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS	7
2.2.	GESTÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	9
2.3.	PATRIMÓNIO DA AT	11
2.3.1.	<i>Concursos e Contratos</i>	11
2.3.2.	<i>Construções e Reabilitações</i>	11
3.	MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	12
4.	PROCESSOS DE CONTENCIOSO FISCAL E ADUANEIRO	16
4.1.	PROCESSOS DE CONTENCIOSO FISCAL E PROCESSOS EXECUTIVOS	16
4.2.	PROCESSOS DE CONTENCIOSO ADUANEIRO	18
5.	GESTÃO DOS REEMBOLSOS	18
5.1.	REEMBOLSO DO IVA	18
5.2.	REEMBOLSOS DOS IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO – IR (IRPS E IRPC)	20
6.	REVISÃO E ACTUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO	22
7.	GESTÃO DOCUMENTAL NA AT	22
7.1.	ÁREA DE ARQUIVOS	22
7.2.	ÁREA DE BIBLIOTECAS	23
8.	GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DAS ACTIVIDADES	24
III.	ANEXOS	61
	ANEXO I. – COBRANÇA DE RECEITAS, POR UNIDADE DE COBRANÇA DE JAN. À DEZ. 2017	61
	ANEXO II. – COBRANÇA DE RECEITAS, POR RÚBRICAS DE JAN. À DEZ. 2017	62
	VALORES EM MILHÕES DE MT	62
	ANEXO III. – COBRANÇA DE RECEITAS DOS IMPOSTOS INTERNOS DE JAN. À DEZ. 2017	63
	ANEXO IV. – COBRANÇA DE RECEITAS DOS IMPOSTOS SOBRE O COMÉRCIO EXTERNO DE JAN. À DEZ. 2017	64
	ANEXO V – REGISTO DE NUIT DE JAN. À DEZ. 2017 POR UNIDADE DE COBRANÇA E 9	61
	ANEXO VI – ENCONTROS NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DE JAN. À DEZ. 2017	64

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Evolução da Realização da Receita de Janeiro à Dezembro de 2017	3
Tabela 2. Evolução Global da Receita do Estado de Janeiro à Dezembro de 2017	3
Tabela 3. Cobrança nas UGC de Janeiro à Dezembro de 2017.....	5
Tabela 4. Contribuição Fiscal dos Megaprojectos de Janeiro à Dezembro de 2017	6
Tabela 5. Contribuição Fiscal das Instituições Financeiras de Janeiro à Dezembro de 2017	7
Tabela 6. Distribuição de Funcionários por Faixa Etária de Janeiro à Dezembro de 2017	7
Tabela 7. Distribuição de Funcionários por Carreira e Género de Janeiro à Dezembro de 2017	7
Tabela 8. Distribuição de Funcionários por Regiões de Janeiro à Dezembro. 2017.....	8
Tabela 9. Distribuição dos Membros do Fundo Social por Regiões de Janeiro à Dezembro de 2017.....	8
Tabela 10. Balancete de Execução do Orçamento de Janeiro à Dezembro de 2017.....	9
Tabela 11. Resumo de Processos do Contencioso Fiscal de Janeiro à Dezembro. de 2017	17
Tabela 12. Resumo de Processos Executivos de Janeiro à Dezembro de 2017	17
Tabela 13. Processos do Contencioso Aduaneiro de Janeiro à Dezembro de 2017	18
Tabela 14. Pedidos de Reembolso do IVA de Janeiro à Dezembro de 2017	19
Tabela 15. Processos Tratados do Regime Normal de Janeiro à Dezembro de 2017	19
Tabela 16. Processos Tratados do Regime de Diplomatas de Janeiro à Dezembro de 2017	20
Tabela 17. Reembolso de IR (IRPS/IRPC) de Janeiro à Dezembro de 2017.....	20
Tabela 18. Reembolso do IRPS de Janeiro à Dezembro de 2017	21
Tabela 19. Reembolso de IRPC de Janeiro à Dezembro de 2017	22
Tabela 20. Obras Existentes por Biblioteca de Janeiro à Dezembro de 2017.....	23

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Receita Total Cobrada de Janeiro à Dezembro de 2017	3
Gráfico 2. Estrutura da Receita Global Cobrada de Janeiro á Dezembro de 2017	4
Gráfico 3. Contribuição dos Grandes Contribuintes de Janeiro à Dezembro de 2017	6
Gráfico 4. Execução do Orçamento de Janeiro à Dezembro de 2017	9
Gráfico 5. Processos de Execução Fiscal, em milhões de MT	17

Abreviaturas

AT – Autoridade Tributária de Moçambique	IFPFT – Instituto de Finanças Públicas e Formação Tributária
ATAF – Fórum Africano das Administrações Tributárias	INE – Instituto Nacional de Estatísticas
CEDSIF – Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças;	INI – Inspeção Não Intrusiva
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	INSS – Instituto Nacional de Segurança Social
DAFT – Direcção de Auditoria e Fiscalização Tributária	IR – Imposto de Rendimento
DAII – Direcção de Auditoria, Investigação e Inteligência	IRPC – Imposto sobre Rendimento de Pessoas Colectivas
DCA – Direcção do Contencioso Aduaneiro	IRPS – Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares
DGA – Direcção Geral das Alfândegas	IVA – Imposto sobre Valor Acrescentado
DGSC – Direcção Geral dos Serviços Comuns	JUE – Janela Única Electrónica
DIDOTI – Divisão de Documentação e Tratamento de Informação	MEF – Ministério de Economia e Finanças
DLI – Direcção de Logística e Infraestruturas	MIREME – Ministério de Recursos Minerais e Energia
DPAR – Direcção de Previsão e Análise de Receita	NUIT – Número Único de Identificação Tributária
DRC – Direcção Regional Centro	OMA – Organização Mundial das Alfândegas
DRN – Direcção Regional Norte	PAOA – Plano de Actividades e Orçamento Anual
DRS – Direcção Regional Sul	PFPU – Projecto de Fronteira de Paragem Única
DTIC – Direcção de Tecnologias de Informação e Comunicações	PHC – África Sistemas e Tecnologias de Informação, Lda (Produtora de Software)
e- SISTAFE – Sistema de Administração Financeira do Estado	PIB – Produto Interno Bruto
ESA – <i>Eastern South African</i>	TA – Tribunal Administrativo
ETPM – <i>Enterprise Taxation Police Management</i>	TBT – <i>Technical Barriers to Trade</i>
EU – <i>European Union</i>	UCCISPC – Unidade de Coordenação de Cadastro e Imposto sobre Pequenos Contribuintes
GCI – Gabinete de Controlo Interno	UGC – Unidade de Grande Contribuintes
GED – Gestão Electrónica de Documentos	UTIE – Unidade Técnica de Indústria Extractiva
GPECI – Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional;	ZCL – Zona de Comércio Livre
ICE – Imposto de Consumo Específico	

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

A Administração Fiscal teve um desempenho positivo no ano de 2017 com uma realização de 108,54% da meta fixada para o período no montante de 186.333,50 milhões de MT com a participação de 72,29% dos impostos internos e 27,71% dos impostos sobre o comércio externo. Deduzidos os reembolsos do IVA solicitados, no valor de 9.362,85 milhões de MT, as receitas do Estado cobradas para o mesmo período a realização situou-se em 103,48%.

Contribuíram para este bom desempenho diversas acções entre as de popularização do imposto, a realização de estudos de impacto das alterações legislativas, acções de fiscalização à facturação e acções com vista à promoção da ética e integridade, entre outras.

No intuito de sensibilizar à população no geral e aos contribuintes em particular para a sua adesão voluntária ao cumprimento das suas obrigações fiscais, foram realizadas actividades de Educação Fiscal, Aduaneira e Popularização do Imposto em todo o País, para além de formação de disseminadores de matérias fiscais e aduaneiras, cujas acções culminaram com a atribuição de NUIT aos participantes.

Foram concluídos seis estudos, visando melhor os procedimentos, com impacto na melhoria dos níveis de arrecação de receitas, sendo de destacar os seguintes: (i) Contribuição das instituições financeiras na carteira fiscal; (ii) Impacto da Contribuição do ISPC na carteira Fiscal 2009 -2016; (iii) Regime Jurídico das Sucursais. (iv) Mukhero em Ressano Garcia; (v) Receitas Próprias e Consignadas; e (vi) Contribuição do Sector do Turismo na Receita Fiscal. Foi também, neste âmbito, concluído o ensaio da Projecção do impacto fiscal da introdução de cerveja produzida à base de milho local

No âmbito da reforma legislativa, foram aprovados pacotes cujo impacto se irá verificar à partir de 2018, com destaque para as Leis que alteram e republicam os Regimes Específicos de Tributação e de Benefícios Fiscais das Operações Petrolíferas e da Actividade Mineira, o Código do Imposto sobre Consumos Específico, as Regras Gerais de Desembarço Aduaneiro, entre outros.

No processo de aproximação da administração fiscal ao contribuinte, foi aberto Posto de Fiscal e de Cobrança em Marracuene (Região Sul) e concluído e estando em funcionamento o Posto Fiscal e de Cobrança de Nhamatanda (Região Centro), que dinamizou consideravelmente o processo de cobrança de receitas nesta circunscrição.

Com vista a gestão de riscos institucionais foram produzidos pacotes de inteligência baseados em análise do risco, visando municiar as Direcções das Áreas Fiscais de informação de interesse para a recuperação de receita, bem como a consciencialização de contribuintes, sobre os seus deveres para com o Estado.

O orçamento aprovado foi de contenção tendo em conta o défice orçamental e a retracção dos parceiros de cooperação que apoiam o Orçamento do Estado, devido a razões de ordem conjuntural, não tendo havido, por essa razão, nenhum desembolso para o Fundo Comum da AT, contrariando as promessas feitas aquando da elaboração do Plano de Actividades e Orçamento Anual da AT para 2017. Estes problemas orçamentais tiveram impacto negativo, a destacar na implementação dos projectos de modernização tecnológica como o e-Tributação e as máquinas fiscais, na expansão dos serviços ao contribuinte e, na realização de acções de promoção da cidadania e alargamento da base tributária, como as campanhas de educação fiscal e aduaneira e de popularização do imposto.

II. INTRODUÇÃO

As actividades em avaliação no presente relatório, reflectem a operacionalização do Plano de Actividades e Orçamento Anual da AT de 2017 que mostra um desempenho positivo uma vez que dos 58 indicadores deste plano apenas 6 tiveram uma execução abaixo dos 49%, 33 acima de 50% e 19 tiveram uma execução acima dos 75%, tendo em conta as metas para esse período, resultando no bom desempenho no processo de arrecadação de receitas, apresentados em matriz específica dentro deste relatório.

Para o bom desempenho verificado neste período, contribuiu em grande parte o esforço e engajamento do capital humano, funcionários desta Instituição, num total de 4.110, que levaram à cabo as actividades que estão reflectidas neste Relatório.

Este Relatório faz referência ao desempenho da cobrança de receitas da AT no geral e das duas áreas operativas (impostos internos e impostos sobre o comércio externo), incluindo a contribuição dos Grandes Contribuintes na cobrança de receitas, fazendo uma breve alusão à contribuição dos Megaprojectos e das Instituições Financeiras, parte deste segmento de contribuintes.

Visando promover a emissão de facturas e/ou documentos equivalentes em todas as transmissões de bens ou prestação de serviços realizado pelo sujeito passivo, através da sensibilização para uma consciência tributária e fiscal aos contribuintes, foi lançada a campanha Nacional de Fiscalização à Facturação com a realização de visitas aos estabelecimentos comerciais e empresas prestadoras de serviço.

No que se refere ao processo de selabem de bebidas alcoólicas (vinhos e espirituosas) e tabaco manufacturado, iniciou o registo de empresas à nível nacional para produtores e importadores passando o processo de selagem de cerveja e (RTD) bebidas prontas a consumir para 2018.

Porque parte essencial para a execução das actividades, como acima se referiu, é também referência, neste relatório, a gestão de Recursos Humanos onde o enfoque recai sobre a situação geral abordando a distribuição dos funcionários por carreiras e sua localização, sem deixar de fora os aspectos relacionados com a faixa etária e o género e, não menos importante, a situação social dos funcionários.

No que se refere à Gestão do Orçamento a abordagem vai para a sua distribuição e execução destacando-se para as rubricas Salários e Remunerações, Demais Despesas com o Pessoal, Bens e Serviços, Transferências Correntes, Despesas de Investimento, Receitas Próprias e Consignadas e uma breve abordagem no que se refere ao Fundo Comum e Projecto de Fronteira de Paragem Única. Na componente Gestão do Património realce vai para os concursos e contratos lançados e assinados e ainda as construções e reabilitações aos edifícios e residências da AT, concluídas e em curso.

São também contemplados neste Relatório as acções e os resultados alcançados no âmbito dos Contenciosos Fiscal e Aduaneiro e na gestão dos Reembolsos, tanto de Impostos sobre o Rendimento como no IVA, para além da revisão e actualização da legislação, com destaque para a aprovada neste período e a gestão documental, responsável pelo acervo da informação e arquivo da AT.

1. COBRANÇA DE RECEITAS

1.1. Cobrança de Receitas dos Impostos Internos e dos Impostos sobre o Comércio Externo

De um programa de cobrança de receitas estabelecido em 186.333,50 milhões de MT para o período de Janeiro a Dezembro de 2017, foi cobrado o montante de 202.171,76 milhões de MT que corresponde a uma realização de 108,50% da meta do período e a 23,9% do PIB a preços correntes. Do total cobrado, 146.133,16 milhões de MT são provenientes dos impostos internos e 56.038,60 milhões de MT dos impostos sobre o comércio externo.

Deduzidos os reembolsos do IVA solicitados, no valor de 9.362,84 milhões de MT, as receitas do Estado cobradas para o mesmo período passaram para 192.808,92 milhões de MT, o que corresponde a uma realização de 103,48% face a meta estabelecida, conforme ilustram a tabela e gráfico 1 abaixo:.

Tabela 1. Evolução da Realização da Receita de Janeiro à Dezembro de 2017

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Janeiro a Dezembro						Cresc. Nominal
	2016			2017			
	Programa	Cobrança	Grau de Realização	Programa	Cobrança	Grau de Realização	
Impostos Internos	109.633,15	125.427,09	114,41%	126.265,22	146.133,16	115,74%	16,51%
Imposto Sobre o Comércio Externo	55.907,79	51.613,41	92,32%	60.068,28	56.038,60	93,29%	8,57%
Total	165.540,95	177.040,50	106,95%	186.333,50	202.171,76	108,50%	14,20%
Excluído o Reembolso do IVA solicitado no valor 9.362,84 milhões de MT					192.808,92	103,48%	

Fonte: GPECI - DPAR

PIB a preços correntes de 802.900,00 milhões de MT

Gráfico 1. Receita Total Cobrada de Janeiro à Dezembro de 2017



Em termos de peso, os quatro grandes grupos de impostos distribuem-se conforme a tabela 2 e o gráfico 2 abaixo, onde se destacam as receitas fiscais que representam 79,08% da receita total cobrada.

Tabela 2. Evolução Global da Receita do Estado de Janeiro à Dezembro de 2017

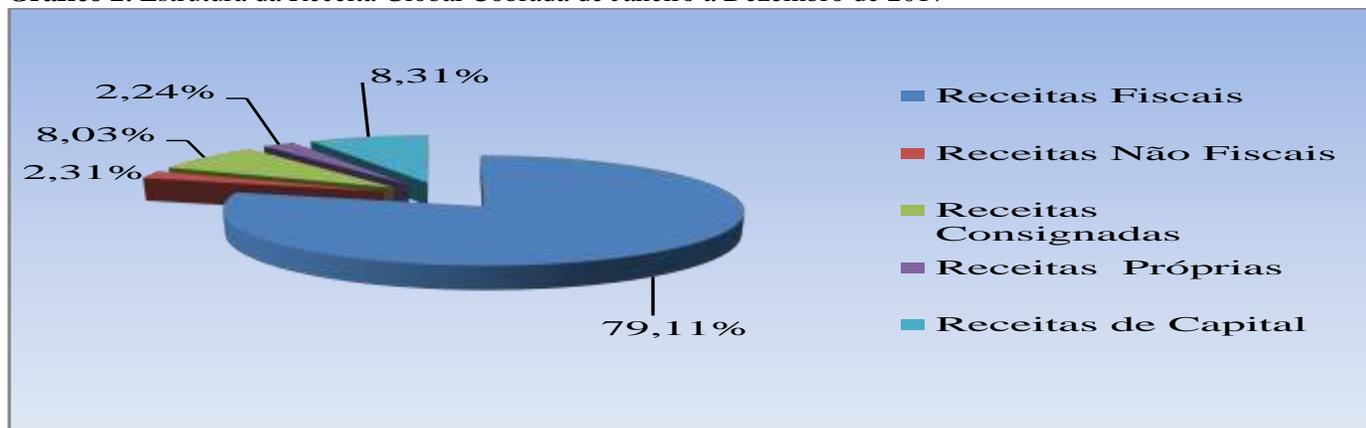
Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Janeiro a Dezembro				Cresc. Nominal	Estrutura
	2016	2017		Realização		
	Cobrança	Programa	Cobrança	PIB		
Receitas Correntes	161.441,30	183.147,09	176.791,13	96,53%	22,02%	91,69%
Receitas Fiscais	138.493,51	154.679,38	152.539,28	98,62%	19,00%	79,11%
Receitas Não Fiscais	4.556,05	10.596,77	4.446,79	41,96%	0,55%	2,31%
Receitas Consignadas	11.745,33	10.372,55	15.478,25	149,22%	1,93%	8,03%
Receitas Próprias	6.646,42	7.498,39	4.326,81	57,70%	0,54%	2,24%
Receitas de Capital	6.142,50	3.186,41	16.017,79	502,69%	1,99%	8,31%
Total das Receitas	167.583,80	186.333,50	192.808,92	103,48%	24,01%	100,00%

Fonte: GPECI – DPAR

PIB a preços correntes de 802.900,00 milhões de MT

Gráfico 2. Estrutura da Receita Global Cobrada de Janeiro a Dezembro de 2017



As receitas fiscais são compostas pelos Impostos sobre o Rendimento, Impostos sobre Bens e Serviços e Outros Impostos, a saber:

i) Impostos sobre o Rendimento

Fazem parte deste grupo o (i) IRPC; (ii) o IRPS e, (iii) o Imposto Especial sobre o Jogo, no qual foi arrecadado 76.718,61 milhões de meticais contra 69.964,49 milhões de MT programados, o que a uma realização de 109,65% e um crescimento nominal de 19,36% quando comparado com igual período do ano transacto que a cobrança situou-se de 64.273,02 milhões de MT, conforme o anexo II

Os factores relevantes que contribuíram para o crescimento da cobrança foi o seguinte: (i) as retenções na fonte derivadas de depósitos a prazo parte do sector financeiro; retoma da produção por parte da Indústria Extractiva; (iii) a distribuição de dividendos por parte do sector financeiro; e (iv) o aumento dos apostadores e o facto de as apostas estarem indexadas a moeda estrangeira com vantagem cambial em relação a moeda nacional, isso no imposto Especial sobre o Jogo.

ii) Impostos sobre Bens e Serviços

Fazem parte deste grupo, os Impostos sobre (i) o Valor Acrescentado incidente nas operações internas e sobre produtos importados; (ii) os Consumos Específicos, incidente na produção nacional e nos produtos importados; (iii) e o Comércio Externo;

Do valor programado em 81.566,48 milhões de MT foram cobrados 68.466,99 milhões de MT, correspondentes a 83,94%, revelando um decréscimo de 0,35% quanto ao período fiscal anterior (68.708,87 milhões de MT). Com a excepção do IVA nas operações internas e o ICE também na produção nacional que registaram uma realização de 115,01% e 99,65%, as restantes rubricas apresentaram uma execução menos apreciável.

A análise da cobrança indica como razões do declínio na execução, (i) a contenção de despesas quer de funcionamento e de investimento por parte do Estado, na qualidade de maior cliente na contratação de serviços; (ii) a redução de consumo por parte de empresas e famílias; e a redução de actividades no sector de construção.

iii) Outros Impostos

Destaque vai para:

- Taxa Sobre os Combustíveis cujo desempenho melhorou em termos do período e irá experimentar gradual apreciação por conta do reinício das actividades produtivas do sector mineiro, cuja absorção dos combustíveis líquidos estava acautelada pelas mineradoras, visando reduzir os custos;
- O Imposto Específico de Actividade Mineira apresenta um quadro de desempenho positivo resultante por um lado, da melhoria verificada no mercado das matérias primas ao nível internacional, que motivou o aumento de produção e, conseqüentemente, o aumento de exportações;
- O Imposto específico de Actividade Petrolífera, que incide sobre a produção de petróleo e gás natural teve uma realização positiva e um crescimento de realce. Como foi referido anteriormente, o ambiente favorável de exportação de matéria prima em geral e do petróleo em particular, está a motivar as companhias a aumentar a produção.

1.1.1. Contribuição dos Grandes Contribuintes

A cobrança dos Grandes Contribuintes no período em análise situou-se em 106.497,40 milhões de MT contra 93.920,92 milhões de MT cobrados no igual período de 2016, o que corresponde a um crescimento nominal em cerca de 13,39%.

No total cobrado pela AT pelos grandes contribuintes 48,53% é proveniente deste segmento de contribuintes dos impostos internos (repartidos em 41,76% para os contribuintes que se encontram nas UGC do país¹ e 6,77% para os contribuintes fora das UGC) e 4,13%, proveniente destes contribuintes dos impostos sobre o comércio externo², conforme ilustrado na tabela e gráfico 3 abaixo.

Tabela 3. Cobrança nas UGC de Janeiro a Dezembro de 2017

Unidade: 10⁶MT

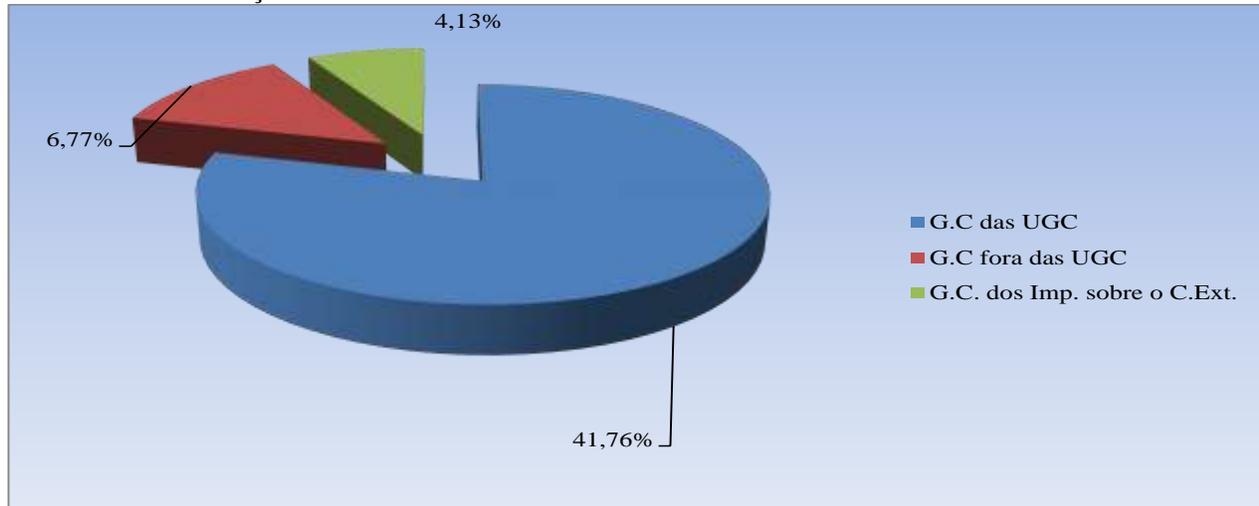
Descrição	Janeiro a Dezembro				Cres. Nominal	Peso PIB
	2016	Peso	2017	Peso		
UGC Maputo	61.089,69	34,51%	64.808,39	32,06%	6,09%	8,07%
UGC Matola	3.054,03	1,73%	3.674,55	1,82%	20,32%	0,46%
UGC Beira	2.632,69	1,49%	3.229,40	1,60%	22,67%	0,40%
UGC Tete	2.762,13	1,56%	10.483,92	5,19%	0,00%	5,19%
UGC Nampula	1.180,81	0,67%	1.712,30	0,85%	45,01%	1,17%
UGC Pemba	2.127,64	1,20%	556,39	0,28%	-73,85%	0,99%
Total de Grandes Contribuinte nas UGC	72.846,99	41,15%	84.464,95	41,78%	15,95%	41,78%
Grandes Contribuintes nas DAF	15.644,58	8,84%	13.687,69	6,77%	-12,51%	1,70%
Total de G.C de Impostos Internos	88.491,57	49,98%	98.152,64	48,55%	10,92%	12,22%
Grandes Contribuintes dos Impostos sobre o Comércio Externo	5.429,35	3,07%	8.344,76	4,13%	53,70%	1,04%
Total de G. C de Impostos sobre o Comércio Externo	5.429,35	3,07%	8.344,76	4,13%	53,70%	1,04%
Total Geral de cobrança dos G.C	93.920,92	53,05%	106.497,40	52,68%	13,39%	13,26%
Restantes Contribuintes dos Impostos Internos	36.935,52	20,86%	47.980,52	23,73%	29,90%	5,98%
Restantes Contribuintes dos Impostos sobre o Comércio Externo	46.184,06	26,09%	47.693,84	23,59%	3,27%	5,94%
Total dos restantes Contribuintes	83.119,58	46,95%	95.674,36	47,32%	15,10%	11,92%
Receita Total Cobrada	177.040,50	100,00%	202.171,76	100,00%	14,20%	25,18%

Fonte: DGI: DCCBF

¹ Maputo, Matola, Beira, Tete, Nampula e Pemba

² Captada através da JUE e TIMs (Lista de Grandes Contribuintes-2016)

Gráfico 3. Contribuição dos Grandes Contribuintes de Janeiro a Dezembro de 2017



1.1.1.1. Contribuição Fiscal dos Mega Projectos

A receita cobrada dos Megaprojectos no período registou um crescimento nominal de 51,85% relativamente a igual período de 2016. Os sectores de Mineração e Exploração de Petróleo, ainda que tenham crescidos nominalmente em 144,64% e 41,42%, respectivamente em relação a igual período do ano anterior tiveram uma relativa contribuição em 2,79%, sobre a receita total cobrada, entretanto maior participação prestou a produção energética, com 3,03% correspondente a 5,84 milhões de MT.

Tabela 4. Contribuição Fiscal dos Megaprojectos de Janeiro a Dezembro de 2017

Unidade: 10⁶MT

Descrição	Estrutura					Contribuição na Receita Total	
	2016	Peso	2017	Peso	Cresc. Nominal	2016	2017
Produção de Energia	4.706,29	40,84%	5.840,00	33,38%	24,09%	2,81%	3,06%
Exploração do Petróleo	3.800,73	32,98%	5.375,13	30,72%	41,42%	2,27%	2,82%
Exploração de Recursos Minerais	2.200,79	19,10%	5.383,95	30,77%	144,64%	1,31%	2,82%
Outros Megaprojectos	814,93	7,07%	898,34	5,13%	10,24%	0,49%	0,47%
Total	11.522,74	100,00%	17.497,42	100,00%	51,85%	6,88%	9,18%

A lenta recuperação dos mercados ao nível internacional; a melhoria dos preços das matérias-primas; a vantagem cambial nas operações com o exterior; prestaram vantagens financeiras nas transacções realizadas, que resultaram nas contribuições em apreço. De modo geral, o saldo contributivo e de crescimento dos megaprojectos na receita total é positivo.

1.1.1.2. Contribuição Fiscal das Instituições Financeiras

No período em análise as Instituições Financeiras contribuíram com um total de 15.881,73 milhões de MT, representando um crescimento de 37,47%, quando comparado com igual período de 2016, que foi de 11.552,92 milhões de MT. Nesta área, de acordo com a tabela 5, o destaque vai para as Seguradoras que registaram um crescimento nominal significativo de 80,83%, quando comparados com igual período de 2016. Estas realizações foram influenciadas fundamentalmente pela rubrica de IRPC e IRPS que registaram crescimentos nominais de 133,77% e 107,33% respectivamente.

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para o ano de 2018

Tabela 5. Contribuição Fiscal das Instituições Financeiras de Janeiro a Dezembro de 2017

Unidade: 10⁶MT

Descrição	Janeiro a Dezembro																	
	IVA			IRPC			IRPS			Imposto de Selo			Sobretaxas de Seguro			Total		
	2016	2017	Cresc Nom.	2016	2017	Cresc Nom.	2016	2017	Cresc Nom.	2016	2017	Cresc Nom.	2016	2017	Cresc Nom.	2016	2017	Cresc Nom.
Instituições de Crédito	594,69	519,29	-12,68%	5.918,26	8.700,24	47,01%	3.187,71	4.121,22	29,28%	1.015,89	1.155,77	13,77%	0,00	0,00	0,00%	10.716,55	14.496,52	35,27%
Seguradoras	23,83	39,08	63,99%	294,41	688,24	133,77%	122,18	253,31	107,33%	207,58	195,83	-5,66%	105,61	186,30	76,40%	753,61	1.362,76	80,83%
Soc. de Locação Financeira	7,12	2,33	-67,28%	52,56	0,30	-99,43%	22,70	19,82	-12,69%	0,38	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	82,76	22,45	-72,87%
Total	625,64	560,70	-10,38%	6.265,23	9.388,78	49,86%	3.332,59	4.394,35	31,86%	1.223,85	1.351,60	10,44%	105,61	186,30	76,40%	11.552,92	15.881,73	37,47%

Fonte: DGI

2. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, DO ORÇAMENTO E DO PATRIMÓNIO DA AT

2.1. Gestão dos Recursos Humanos

Em 2017 a AT contou com um efectivo global de 4.110 funcionários obedecendo às quatro áreas de actuação da instituição. Do total do efectivo, maior número é constituído pela faixa dos 31 a 35 anos de idade, correspondente a 24,16%, seguida da faixa dos 36 a 40 anos de idade, correspondente a 18,32%, respectivamente, conforme a tabela 6, abaixo.

Tabela 6. Distribuição de Funcionários por Faixa Etária de Janeiro a Dezembro de 2017

Ord.	Idade	Área Aduaneira			Área Tributária			Total Geral	Peso
		Nº de Funcionários			Nº de Funcionários				
		H	M	Total	H	M	Total		
1	De 21 a 25 anos	94	18	112	92	35	127	239	5,82%
2	De 26 a 30 anos	218	42	260	224	123	347	607	14,77%
3	De 31 a 35 anos	470	123	593	256	144	400	993	24,16%
4	De 36 a 40 anos	371	33	404	245	104	349	753	18,32%
5	De 41 a 45 anos	390	21	411	116	87	203	614	14,94%
6	De 46 a 50 anos	201	22	223	118	73	191	414	10,07%
7	De 51 a 55 anos	102	17	119	81	64	145	264	6,42%
8	De 56 a 60 anos	34	6	40	53	33	86	126	3,07%
9	De 61 a 65 anos	30	5	35	18	10	28	63	1,53%
10	Mais de 65 anos	9	4	13	12	12	24	37	0,90%
Total de Funcionários		1.919	291	2.210	1.215	685	1.900	4.110	100,00%

Fonte: DGSC

Dos 4.110 funcionários 53,77% são da área aduaneira, 46,23% da área tributária e, maioritariamente do sexo masculino, conforme ilustra a tabela 7 abaixo.

Tabela 7. Distribuição de Funcionários por Carreira e Género de Janeiro a Dezembro de 2017

Ord.	Carreira	Masc.	Femen.	Total	Peso
1	Aduaneira	1.919	291	2.210	53,77%
2	Tributária	1.215	685	1.900	46,23%
Total Geral		3.134	976	4.110	100%
Percentagem		76,25%	23,75%	100,00%	

Fonte: DGSC

2.1.1. Distribuição de Funcionários por Regiões

Conforme ilustra a tabela 8, abaixo, a maior concentração verifica-se na Direcção Regional Sul, com um total de 1.517 funcionários, o correspondente a 37%, sendo que a DRN agrega o menor efectivo, com 667 funcionários, o correspondentes a 16% dos funcionários.

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para o ano de 2018

Tabela 8. Distribuição de Funcionários por Regiões de Janeiro a Dezembro. 2017

Ord.	Orgãos	Masc.	Femen.	Total	Peso
1	SC	782	272	1.054	26%
2	DRN	524	143	667	16%
3	DRC	676	196	872	21%
4	DRS	1.152	365	1.517	37%
Total		3.134	976	4.110	100%

Fonte: DGSC

2.1.2. Assuntos Sociais

No período em referência, prestou-se acompanhamento a 40 funcionários doentes, dos quais 13 em ambulatório e 27 internados e registaram-se 24 óbitos (22 homens e 2 mulheres), dos quais 3 nos Serviços Centrais, 12 na Região Sul, 5 na Região Centro e 4 na Região Norte. De momento, o acompanhamento traduz-se em visitas domiciliárias e hospitalares dos funcionários, promovendo-se apoio psicológico aos mesmos. No entanto, o acompanhamento poderia ser extensivo à prestação de apoio logístico diverso, caso houvesse verba alocada para o efeito.

Ainda no decurso do período em referência, foi efectuada a aposentação de 59 funcionários, os quais foram retirados do quadro de pessoal da AT, passando à condição de pensionistas junto ao Instituto Nacional de Previdência Social.

No âmbito da garantia social que o Estado presta aos funcionários e respectivos dependentes, durante o ano 2017, a Área de Assuntos Sociais tramitou expediente diverso, com destaque para o abaixo discriminado

- **Pensão de sobrevivência:** 46 processos recebidos em 2017, dos quais: foram fixados 22, devolvidos 2 por insuficiência de requisitos e 22 continuam em tramitação no Ministério da Economia e Finanças, designadamente no Instituto Nacional de Previdência Social (20) e na Direcção Nacional de Administração e Recursos Humanos (2); e
- **Subsídio por morte:** 33 processos recebidos no ano de 2017, dos quais: foram pagos 19, devolvidos 2 por insuficiência de requisitos, e os restantes 12 aguardam o competente despacho junto ao Instituto Nacional de Previdência Social.

Fundo Social

O Fundo Social dos funcionários da AT conta actualmente com 334 membros, sendo que a 31 de Dezembro de 2017 o saldo da respectiva conta bancária era de 1.344.999,84 MT (Um milhão, trezentos e quarenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove meticais e oitenta e quatro centavos), conforme demonstra a tabela 9, abaixo:

Tabela 9. Distribuição dos Membros do Fundo Social por Regiões de Janeiro a Dezembro de 2017

Ordem	Direcção	Número	Saldo
1	DRN	116	1.344.999,84MT
2	DRC	51	
3	DRS	167	
4	SC		
Total		334	

2.2. Gestão e Execução do Orçamento

Durante o período de Janeiro a Dezembro de 2017 foi executado o montante total de 4.105,32 milhões de MT correspondentes à 91,72% do total disponível actualizado, dos quais 3.910,01 milhões de MT corresponde ao montante das despesas de funcionamento, 189,41 milhões de MT em despesas de investimento com recursos internos e 5,88 milhões de MT em investimentos com recursos a fundos externos (Fundo Comum) registando o saldo de 370,48 milhões de MT. Este nível de execução se comparado ao igual período do ano transacto, cuja execução foi de 89,07%, este registou uma subida de 2,65%, cujo detalhe da execução por rubrica se apresenta na tabela 10 e gráfico 4, abaixo.

Tabela 10. Balancete de Execução do Orçamento de Janeiro à Dezembro de 2017

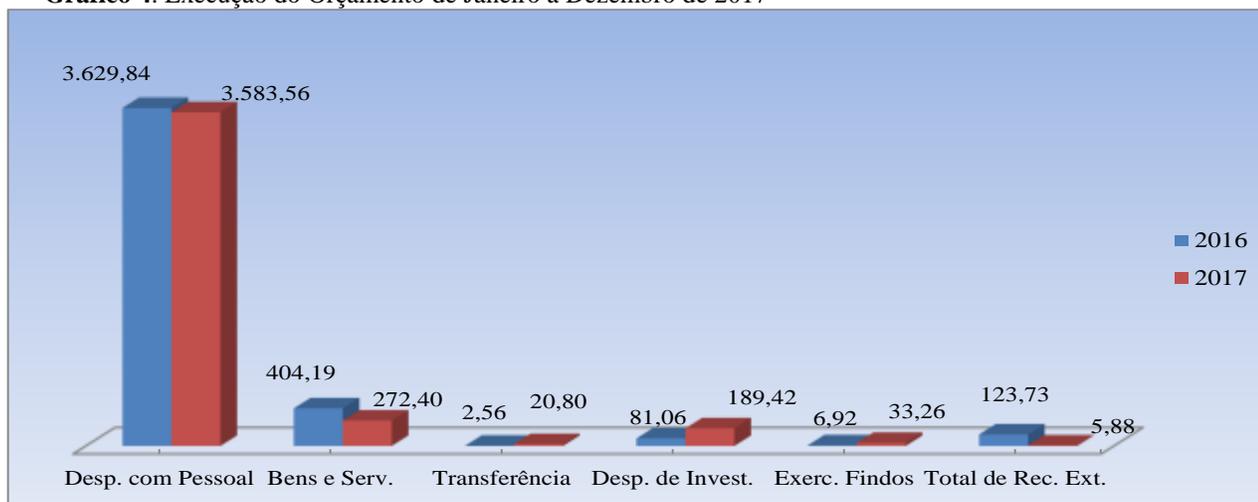
Unidade: 10⁶MT

Janeiro a Dezembro									
Class. Econ.	Descrição	Execução 2016	Dotação Orçamental	Dotação Disponível Actualizada	Execução 2017	Saldo	Desp. em %	Cresc. Nominal	Estrutura
110000	Desp. Com Pessoal	3.629,84	3.443,09	3.585,68	3.583,56	2,12	99,94%	-1,27%	87,42%
120	Bens e Serviços	404,19	456,7	547,93	272,4	275,53	49,71%	-32,61%	6,64%
14	Transferência	2,56	2,46	22,53	20,8	1,73	92,32%	712,50%	0,51%
16	Exercícios Findos	6,92	6,92	33,26	33,26	0,00	100,00%	380,64%	0,81%
21	Desp. Investimento (a)	93,59	207,41	235,08	189,42	45,66	80,58%	102,39%	4,62%
Total de Recursos Internos		4.130,18	4.109,66	4.424,48	4.099,44	325,04	92,65%	-0,74%	100,00%
Total de Recursos Externos		123,73	45,48	51,32	5,88	45,44	11,46%	-95,25%	
Total Geral		4.253,91	4.155,14	4.475,80	4.105,32	370,48	91,72%	-3,49%	

(a) inclui Fronteira de Paragem Única

Fonte: DGSC

Gráfico 4. Execução do Orçamento de Janeiro a Dezembro de 2017



Salários e Remunerações – A despesa com salários e remunerações de Janeiro a Dezembro foi de 3.575,25 milhões de MT sendo o saldo de 0,97 milhões de MT, equivalente a 100,00% em relação a dotação disponível actualizada. Contudo, nesta rubrica para além de se ter efectuado o pagamento de salários e remunerações inclui-se o pagamento do 13º vencimento. Comparado ao igual período do ano passado, o nível de execução deste ano é o mesmo.

Subsídio de Adaptação. - A despesa com subsídio de adaptação durante o período em causa foi de 3,97 milhões de MT, sem registo de nenhum o saldo, equivalente a 100,00% do nível de execução em relação

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para o ano de 2018

a dotação disponível actualizada. Importa salientar que a execução desta rubrica foi realizada na última quinzena do mês de Dezembro devido a falta de disponibilidade financeira, necessária para pagar os funcionários das diversas áreas que foram ao longo do ano movimentados de uma província para a outra.

Demais Despesas com o Pessoal – A execução desta rubrica no período em análise esteve na ordem de 4,34 milhões de MT correspondentes à 68,28%, sendo o saldo de 2,02 milhões de MT. Nesta rubrica foram pagas despesas com ajudas de custo para dentro e fora do país e subsídio de representação. Comparativamente ao igual período do ano passado, cuja a execução foi de 88,55%, pode se notar que este ano houve uma redução em cerca de 20,27%, devido a redução do número de viagens aliado a falta de disponibilidade financeira.

Bens e Serviços – Em termos acumulados, a execução nesta rubrica de Janeiro a Dezembro foi de 272,40 milhões de MT, equivalente a 49,71% da dotação disponível actualizada, sendo o saldo de 275,53 milhões de MT. Entretanto, em igual período do ano passado a execução fixou-se em 93,13% pelo que no presente ano registou-se uma descida de cerca de 43,42%. Este nível baixo de execução é justificado pela falta de disponibilidade financeira induzindo ao inicio tardio da execução da maioria das delegações provinciais. Nesta rubrica foram pagas despesas com bens e serviços, concretamente aquisição de baterias para viaturas, pneus, placa de inauguração em mármore, impressos, água e luz, serviços de limpeza, transporte de funcionários, passagens aéreas, pagamento de refeições e imprensa, entre outros.

Entretanto em igual período de 2016 a execução fixou se em 93,13% pelo que no presente ano registou se uma descida de cerca de 42,04%.

Transferências Correntes – Em termos acumulados, a execução nesta rubrica foi de 20,80 milhões de MT, equivalente a 92,31%, sendo o saldo da dotação disponível actualizada de 1,74 milhões de MT. Nesta rubrica foram pagas despesas de subsídio por morte e transferências a Organismos Internacionais (OMA, OMA-ESA e ATAF). Contudo, se comparado com igual período do ano transacto cuja execução foi na ordem de 90,48%, pode se notar que este ano houve uma pequena subida em cerca de 1,83%.

Exercícios Findo – Foi atribuída no mês de Dezembro uma dotação de 33,26 milhões de MT, tendo sido executado o montante na totalidade, equivalente a 100%. Foram pagas nesta rubrica retroactivos salariais de exercícios anteriores, incluindo retroactivos de despesas de bens e serviços dos exercícios anteriores.

Despesa de Investimento – No que respeita a rubrica de investimento, o montante executado foi resultante de pagamento de despesas de ajudas de custo para fora do país no âmbito do projecto de máquinas fiscais e pagamento do fornecimento de água no projecto de capacitação institucional no valor de 189,42 milhões de MT, o equivalente a 80,57% da dotação disponível actualizada. Se comparado com igual período do ano passado cuja execução foi na ordem de 36%. Este ano registou-se uma subida em 44,57% .

Receitas Próprias e Consignadas - Para o exercício económico de 2017 transitou o montante total de 213,57 milhões de MT. Durante o período em causa foi recebido o valor de 312,64 milhões de MT referente a receitas próprias e consignadas que adicionado ao saldo transitado totaliza 526,21 milhões de MT e executado um valor total de 192,21 milhões de MT dos quais 168,72 milhões de MT referem-se as receitas consignadas e os restantes 23,93 milhões de MT a receitas próprias.

Suporte a Reforma Tributária (Fundos Externos) - Para o presente exercício económico o Plano de Actividades e Orçamento (PAOA) 2017 apresenta-se com recursos externos um total de 49,49 milhões de MT, tendo passado de uma dotação orçamental actualizada de 51,32 milhões de MT até ao final do exercício económico. De referir que durante o exercício em análise, de entre os parceiros de cooperação, somente a Suécia e a Suíça desembolsaram no mês de Dezembro o valor de 38,75 milhões de MT e 30,51 milhões de MT respectivamente. Durante o exercício em análise a execução foi de apenas 5,88 milhões de MT correspondente a 11,46% da dotação disponível actualizada. Se comparado a igual período do ano transacto cuja execução foi de 78%, pode se afirmar que este ano registou-se uma redução de 66,54%

Nesta rubrica foram pagas despesas referentes as passagens aéreas, alojamento e alimentação aos funcionários que se deslocaram à região Centro no âmbito da inspecção aos projectos de investimento e industrias transformadoras.

2.3. Património da AT

2.3.1. Concursos e Contratos

De Janeiro a Dezembro de 2017, de entre várias actividades, foi elaborado e submetido à consideração superior o Plano de Contratações para 2017, lançados concursos e assinados contratos para prestação de serviços diversos com destaque para:

- Concurso para a realização de Auditoria às Contas do Fundo Comum;
- Contrato de fornecimento de refeições para formações, seminários e datas comemorativas da AT e submissão ao TA;
- Prestação de Serviços de Manutenção e Reparação dos Elevadores do Edifício Sede;
- Contrato para o Fornecimento de Combustíveis e Óleos Lubrificantes a AT.

Foram ainda elaborados 22 cadernos de concursos e lançados 28 Concursos Públicos no Jornal Notícias nos dias 31 de Maio e 01 de Junho do corrente ano, dos quais 4 não foram abertos por não terem sido submetidas as propostas até as datas das aberturas. No mesmo período foram também enviados 58 contratos ao Tribunal Administrativo para efeitos de fiscalização, dos quais 08 foram visados, 38 anotados.

2.3.2. Construções e Reabilitações

Até ao final do período em análise foram inauguradas e encontravam-se em funcionamento o Posto Fiscal e de Cobrança de Marracuene e a Terminal Internacional Rodoviário de Ressano Garcia (KM4). Foram ainda no período concluídas, aguardando a inauguração o Posto Fiscal e de Cobrança de Nhamatanda e a DAF de Quelimane.

Até ao final do mês de Dezembro de 2017, para além das obras acima referidas, encontravam-se em cursos as seguintes obras:

1. Construção do Posto Fiscal e de Cobrança de Catandica;
2. Construção do Posto de Cobrança de Caia;
3. Construção do Posto Fiscal e de Cobrança de Nacala Velha;
4. Construção do Posto Fiscal e de Cobrança de Ribáue;
5. Reabilitação de duas residências e anexos em Vilanculos;

6. Reabilitação da DAF de Mocímboa de Praia;
7. Reabilitação da DAF de Montepuez;
8. Reabilitação da Residência de funcionários de Angoche.

Foram tidos como constrangimentos para o cumprimento dos planos da instituição aspectos relacionados com:

- Dívidas com fornecedores e que condicionam o fornecimento de bens e requisição de serviços para o normal funcionamento da instituição;
- Dívidas com empreiteiros e que condicionam a conclusão de obras em diversos pontos do país;
- Falta de pagamento de despesas de investimento, o que afecta o cumprimento dos prazos de execução das obras;
- Falta de contratos para responder as diversas requisições de serviços.

3. MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

3.1. Sistema da JUE

Durante o período em análise, foi concluída uma estratégia para apropriação da JUE pela AT, para o quinquénio 2017-2021. Para o efeito foi analisado: (a) o papel da MCNet na operacionalização da concessão; (b) o desempenho da JUE face aos objectivos do Contrato de Concessão; e (c) os principais constrangimentos da JUE e sua possível mitigação.

A estratégia também ponderou os vários cenários de transferência da gestão da JUE para AT, particularmente a adopção de outras soluções tecnológicas mais rentáveis para o erário público de Moçambique, tendo sido recomendado que a mesma fosse antecedida por uma auditoria profunda ao Contrato de Concessão celebrado entre o Estado Moçambicano e o consórcio a Escopil Internacional, Lda e SGS – Société Générale de Surveillance, S.A. e a consequente cria o da MCNet, em forma de Parceria Pública-Privada, feita por entidade externa independente e devidamente certificada para o efeito.

3.2. Funcionamento e Disponibilidade dos Sistemas Informáticos

Trading Information Management System (TIMS)

Durante o período de Janeiro a Dezembro e relativamente ao sistema TIMS, fez-se a actualiza o mensal dos dados do comércio externo para subsequente envio ao INE. Por outro lado, em resposta a solicita o das diversas unidades orgânicas sobre avarias do sistema, foi criada uma equipa de trabalho com a missão de visitar e perceber no terreno os reais problemas que os mesmos enfrentavam e consequente reposi o, de forma a garantir a continuidade do processo de desembaraço, que já há algum tempo era feito de modo manual, com o risco de perda de informa o crucial para estatísticas. Importa lembrar que o TIMS em uso nas fronteiras de entrada   para atender o regime simplificado de importa o, isto  , desembaraçar mercadoria usando Documento  nico Abreviado (DUA) ou DS, modo de opera o de desembaraço aduaneiro, previsto no Diploma 16/2012, de 1 de Fevereiro.

Com a instala o da JUE este cenário ficou ultrapassado, porque a MCNET montou uma infraestrutura auto-suficiente em energia eléctrica, estando o equipamento instalado protegido contra riscos de danifica o. Neste sentido, a sugestão da DTIC   fazer-se o aproveitamento desta infra-estrutura interagindo com a MCNET de modo a partilhar a energia gerada, estabelecendo o link (montagem de

equipamento de comunicação) com estes locais, de modo a repor a RENA. (equipamentos de redundância tais como gerador e painéis solares).

Ainda no mesmo período o sistema registou as seguintes actividades:

- Instalação e configuração de uma impressora, alocação de uma UPS, um teclado e um mouse no Posto Fiscal de Goba para garantir o funcionamento do sistema TIMS;
- Instalação e configuração de um servidor e seus periféricos (teclado, monitor e mouse), na Delegação Aduaneira de Namaacha e a respectiva reposição do TIMS;
- Instalação do aplicativo do suporte da cobrança de receita na máquina cliente (computador para cobrança de receita) e configuração de impressora para a optimização do TIMS;
- Formação *on-the job* e simulação de despachos de importação, treino, revisão de processos e perfis de utilizadores no posto fiscal de Goba para que todos os funcionários tenham conhecimentos e habilidades no desembaraço aduaneiro usando TIMS; e
- Formação e treinamento *on-the-job* de todos intervenientes no processo de despacho aduaneiro, sua simulação no aplicativo do TIMS, de modo que todos funcionários tenham conhecimentos e habilidades no seu uso

3.3. Sistema Interino de Cobrança de Receitas (SICR)

No geral, o sistema SICR esteve operacional em todas as DAF e postos de Cobrança com excepção a DAF do 2º Bairro da Beira – Manga devido a avaria do servidor desde o mês de Fevereiro. Contudo, importa referir que, vendo o tempo passar sem servidor de substituição, a Delegação Provincial tomou a iniciativa de adquirir um servidor e enviá-lo a Central para sua reinstalação e configuração de forma a repor o sistema e garantir a cobrança da receita. Na última semana de Novembro a DTIC recebeu, por via do portador diário, o servidor novo vindo da Beira para instalação e configuração do sistema SICR (Sistema Interino de Cobrança de Receita) para reposição do ora avariado.

Após a recepção deste equipamento a DTIC procedeu com a instalação e configuração dos sistemas de suporte à cobrança de receitas no novo Hardware, tendo recorrido a uma nova tecnologia baseada em Open Source, que permitirá a concentração das três DAF da Cidade da Beira num mesmo servidor com maiores recursos de segurança e redundância em casos de avaria de uma das unidades. O SICR já foi restabelecido na DAF da Manga.

Referenciar que no período em análise, são de destacar as seguintes actividades:

- Parametriação do novo Classificador de Receita para o ano 2017;
- Actualização e replicação dos parâmetros (taxas do IRPS 2016, mínimo não tributável 2016, de colecta familiar e as periodicidades de validação do imposto);
- Correção, actualização e replicação do novo classificador em 28 sites do SICR, no que tange as taxas escolares a vigorar em 2017, bem como a inclusão de taxas Municipais do ISV (Imposto sobre Veículos) no SICR;
- Instalação de 2 novos postos de cobrança (Posto de Cobrança de Inchope e Posto de Cobrança de Manica) no SICR, acoplados à DAF de Chimoio, bem como a parametrização de código do Posto de Cobrança de Marracuene na base de dados de NUIT;
- Desinformatização do SICR: foram realizadas 5 desinformatizações nomeadamente, DAF de Lichinga, DAF 1º Bairro de Maputo, DAF da Matola, DAF de Chókwe e UGC Maputo.

3.4. Sistema NUIT Web

Quanto a disponibilidade do NUIT Web, o mesmo esteve operacional em grande parte dos sites, nomeadamente nas DAF e UGC bem como nas unidades orgânicas da AT. No entanto, devido à indisponibilidade de comunicações da Movitel, o NUIT Web esteve indisponível nos postos de cobrança de Inhassoro, Chibuto, Ponta de Ouro, Quissico, Manica, Gurué, Mocímboa da Praia, Montepuéz, Cuamba e Angoche.

No que concerne atribuição do NUIT, em meio offline, foram criados 1.069 NUIT, no âmbito do Memorando com o banco BCI e procedeu-se à anulação de 465 NUIT duplicados, em coordenação com a Unidade de Coordenação de Cadastro e ISPC, o Projecto e-Tributação e o CEDSIF. Realizou-se também, uma reunião técnica com a equipa do INSS, para a troca de informação da base de dados do sistema NUIT e vice-versa. Deseja-se que esta passe a ser feita em tempo real.

Por seu turno, foi feito o cruzamento de informação entre o NUIT e o e-SISTAFE para a triagem de 314 pensionistas que não estão registados na base dados do sistema MEX (sistema de pagamento de salários de pensionistas). Deste exercício, apenas foram validados 42 pensionistas, cabendo aos demais regularizar os seus dados pessoais no NUIT.

No mesmo período, importa realçar que decorreu o processo de actualização de dados do NUIT de pensionistas durante os mês de Novembro, na qual estiveram envolvidas as equipas da AT nomeadamente DTIC, e-Tributação e Cadastro e CEDSIF. À nível da DTIC o trabalho consistiu em actualizar data e local de nascimento dos pensionistas, o respectivo número do documento e data de documento dos dados que eram renovados no sistema e-Tributação e sincronizados para o NUIT web. Na falta de dados, a DTIC efectuava a alteração dos dados em falta e sincronizar para o e-Sistafe. Em coordenação com o MITESS (Ministério do Trabalho Emprego e Segurança Social) foram enviados mais de 2.350 registos de NUIT para questões de renovação de Visto de Trabalho de Estrangeiros em Moçambique.

3.5. Sistema PHC

O PHC funcionou sem sobressaltos e sem grandes intervenções a nível técnico e apoio funcional, destacando-se apenas a extracção de backup de rotina, assistência a DRH – Repartição de Cadastro e Remunerações e DLI (Repartição dos Transportes). Contudo, devido a degradação gradual da aplicação, por falta de manutenção e actualização, esta tem registado a mudanças involuntárias e casuais do IP do respectivo servidor (PHC), criando a necessidade de apoiar os colegas na configuração do mesmo a nível central e regional. Esta actividade conheceu algum atraso devido a avaria do Data Center a 21/03/2017.

Para a reimplantação do aplicativo na DLI – 2º Andar e nas Divisões de Cadastro, de Aprovisionamento e de Património, houve a necessidade de se fazer os testes de comunicações e constatou-se que o sistema ainda continua lento, havendo deste modo a necessidade de intervenção da equipe competente para a manutenção da infra-estrutura (cablagem).

Melhorias na Gestão dos RH

No quadro da implementação da política de rotação de quadros, devido à dificuldade existente para determinar o tempo de permanência dos funcionários numa determinada unidade, a quando da realização

da Reunião Nacional de Planificação de 2017, orientou-se a DTIC da criação de uma ferramenta que facilite aos RH a apurar o tempo de permanência do funcionário e o respectivo histórico de transferências.

Nesse contexto, iniciou-se o desenvolvimento de um sistema WEB que poderá ser acedido a partir de qualquer unidade Orgânica da Autoridade Tributária informatizada (com acesso a rede de computadores). Este sistema faz o uso da Base de dados do actual sistema de gestão de Recursos Humanos (PHC), permitindo o acesso local, e conseqüente redução do esforço de introdução dos dados na base de dados.

Durante o desenvolvimento da solução, foi constatado que os dados dos funcionários na base de dados do PHC não estão actualizados e por esta razão será desenvolvido também um módulo que permitirá a actualização descentralizada dos dados, eliminando todo o esforço empreendido pela Direcção dos Recursos Humanos para actualização.

3.6. Sistema de Vídeo Vigilância

No âmbito da construção do edifício-sede da AT foram instalados 36 câmaras de vigilância, distribuídas pelos 10 pisos, parque de estacionamento de viaturas, entrada protocolar, principal e de viaturas. Actualmente, apenas 33 câmaras estão operacionais.

Este sistema de videovigilância é ainda composto por três (3) dispositivos NVR (Network Vídeo Record), que é o Sistema responsável pela gestão e armazenamento das imagens provenientes das câmaras com comunicação pela rede TCP/IP ou simplesmente câmara IP.

No entanto, é importante referir que o sistema precisa de manutenção preventiva urgente, de modo a corrigir algumas anomalias que já apresentava desde sua instalação. Por outro lado, há necessidade de reforço de câmaras de vigilância em algumas áreas do edifício que não constavam do projecto inicial, de modo a melhorar a segurança das pessoas e bens que circulam no Edifício.

É ainda recomendável que todo o equipamento do sistema esteja armazenado num local seguro (Centro de Dados) e sejam apenas colocados monitores para a visualização das imagens junto a sala de controlo.

Relativamente ao sistema montado no Armazém B6, o mesmo encontra-se inoperacional desde o dia 05 de Março de 2017. A DTIC realizou trabalhos para a reposição do mesmo, mas sem sucesso.

Este sistema do B6 é constituído por 21 câmaras do tipo IP, PTZ day/night, instaladas no interior e exterior do armazém, um sistema de anti-intrusão que permite detectar movimentos e accionar o sistema de alarme, bem como um sistema de alerta por SMS para os responsáveis do asseguramento e do gestor do armazém.

Já no edifício da DGA, o sistema é constituído por 14 câmaras IP, day/night, e está a funcionar com deficiência também por falta de manutenção.

Esclarecer que os sistemas instalados na DGA e B6, encontram-se a funcionar desde 2014, e não dispõem de contratos de manutenção, razão pela qual, até hoje não foi realizada nenhuma intervenção correctiva. Nesses termos, é urgente o lançamento de um concurso público para a correcção da situação, tendo sido elaboradas pela DTIC as especificações técnicas para a expansão e manutenção do sistema de vídeo vigilância, as quais foram submetidas a DLI para os devidos efeitos.

3.7. Página Web da AT

Quanto à gestão da página web da AT foram desenvolvidas várias actividades de rotina, destacando-se:

- Actualização das Taxas de Câmbio relativas ao comércio internacional;
- Actualização da Agenda Fiscal;

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017 e Perspectivas de Acções para o ano de 2018

- Actualização da informação Fiscal tais como: arrecadação de receita na província de Sofala, reconhecimento do desempenho da DGA, pela Associação Comercial da Beira e dos agentes económicos autuados em Muchungué.
- Publicação de notícias, comunicados de imprensa, avisos e outra documentação institucional, particularmente as actividades quotidianas do Gab. P-AT, DGI e DGA;
- Inserção da folha da AT edições 1ª a 3ª;
- Inserção, devido ao problema de falta de formulários e para diversificar as opções dos contribuintes, de Modelos na Página:
 - ✓ Modelo 01 S - Declaração de Registo ou Alteração de Dados de NUIT de Pessoas Singulares;
 - ✓ Modelo 01 C - Declaração de Registo ou Alteração de Dados de NUIT de Pessoas Coletiva ou Equiparada;
 - ✓ Modelo 1 BF - Declaração de Benefícios Fiscais;
 - ✓ Modelo 20E - Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal;
 - ✓ Modelo 1BF - Anexo 3 – Declaração Comprobativa dos Investimentos;
 - ✓ IRPC – Imposto de Rendimento de Pessoas Coletivas;
 - ✓ IRPC_M30 – Imposto de Rendimento de Pessoas Coletivas Modelo 30;
 - ✓ IVA – Imposto sobre Valor Acrescentado e,
 - ✓ IRPS – Imposto de Rendimento de Pessoas Singular.

Esta página, vem sendo operada sem que haja manutenção da mesma, facto que tem em alguns casos condicionado a rapidez necessária para a actualização de conteúdos, pelo que, havendo disponibilidade de orçamento, prevê-se a sua manutenção em 2018 e a respectiva actualização. Estas acções, previstas em 2018 para o melhoramento da página Web, serão precedidas pela transferência da mesma para a gestão directa do Gabinete de Comunicação e Imagem, em termos de conteúdos.

4. PROCESSOS DE CONTENCIOSO FISCAL E ADUANEIRO

4.1. Processos de Contencioso Fiscal e Processos Executivos

A AT tem desenvolvido um trabalho permanente com vista a garantir a correcta instrução e tramitação de processos de transgressão e em execução fiscal, através de contactos com as unidades de cobrança, com destaque para:

Processos de Contencioso Fiscal

O saldo dos processos de Contencioso Fiscal em 31 de Dezembro de 2016, era de 12.937 processos, correspondentes a 4.409,98 milhões de MT, sendo que, durante o período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017, foi registado o seguinte movimento, conforme ilustrado na tabela 11:

- Instaurados e acrescidos ao saldo supra mencionado, um total de 3.945 processos, no valor de 1,728,37 milhões de MT, contra 3.995 processos, no valor de 1.587,76 milhões de MT, de igual período do ano anterior, representando, um decréscimo em 1,25% e um crescimento em 8,86% da quantidade e valor respectivamente
- Cobrados 2.032 processos no valor de 152,26 milhões de MT, contra 1.803 processos, no valor de 125,67 milhões de MT, do período homólogo do ano transacto, o que representa um crescimento em 12,70% e 21,16% da quantidade e valor respectivamente.

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para o ano de 2018

Tabela 11. Resumo de Processos do Contencioso Fiscal de Janeiro a Dezembro. de 2017

Unidade: 10⁶MT

Janeiro a Dezembro							
Ord.	Descrição	2016		2017		Cresc. Nominal	
		Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
1	Saldo em 1 de Janeiro	11.243	3.296,93	12.937	4.409,98	15,07%	33,76%
2	Instaurados	3.995	1.587,76	3.917	1.737,54	-1,95%	9,43%
3	Cobrados	1.803	125,67	1.992	154,99	10,48%	23,33%
4	Anulados	96	56,26	118	143,36	22,92%	154,82%
5	Virtualizados	402	292,78	515	387,24	28,11%	32,26%
6	Contestados	249	292,15	225	212,48	-9,64%	-27,27%
7	Rec. T. Fiscais	54	37,05	603	380,8	1016,67%	927,80%
8	Rec. TA	1	2,68	13	12,9	1200,00%	381,34%
9=1+2-3-4-5	Saldo em 31 de Dezembro	12.937	4.409,98	14.229	5.461,93	9,99%	23,85%

Fonte:DGI

Processos de Execução Fiscal

Relativamente aos processos em Execução Fiscal, referir que, o saldo inicial de 2017 é de 114.467 processos correspondentes a 12.648,09 milhões de MT, tendo-se verificado, durante o período em análise, o seguinte movimento, de acordo com a tabela 12 e gráfico 5 abaixo:

- Instaurados 2.990 processos, no valor de 1.824,82 milhões de MT, contra 2.781 processos, no valor de 1.404,31 milhões de MT, de igual período do ano passado, o que significa um crescimento em 7,52% e 29,94%, em termos de quantidade e valor, respectivamente.
- Cobrados 189,64 milhões de MT, relativos a 1.004 processos contra 910 processos, no montante de 183,14 milhões de MT de igual período do ano anterior, representando um crescimento em 10,33% e 3,55%, de quantidade e valor de processos cobrados

Tabela 12. Resumo de Processos Executivos de Janeiro a Dezembro de 2017

Unidade: 10⁶MT

Janeiro a Dezembro							
Ord.	Descrição	2016		2017		Cresc. Nominal	
		Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
1	Saldo em 1 de Janeiro	112.855	11.510,71	114.467	12.648,09	1,43%	9,88%
2	Instaurados	2.781	1.404,31	2.990	1.824,82	7,52%	29,94%
3	Cobrados	910	183,14	1.007	190,15	10,66%	3,83%
4	Anulados	259	83,79	424	8.695,31	63,71%	10277,50%
5= 1+2-3-4	Saldo em 31 de Dezembro	114.467	12.648,09	116.026	5.587,45	1,36%	-55,82%

Fonte: DGI

Gráfico 5. Processos de Execução Fiscal, em milhões de MT



Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para o ano de 2018

Nestes termos, a cobrança global de dívidas tributárias de Janeiro a Dezembro de 2017, foi de 345,15 milhões de MT, dos quais 154,99 milhões de MT são referentes aos processos de Contencioso Fiscal e 190,15 milhões de MT de processos Executivos.

4.2. Processos de Contencioso Aduaneiro

De Janeiro a Dezembro de 2017, realizou-se a nível central, e nas regiões, através das unidades orgânicas subordinadas, várias actividades, com enfoque na tramitação de autos por infracções aduaneiras e autos de mercadorias demoradas e abandonadas, para além de emissão de informações técnicas sobre matérias relevantes que é pertinente desenvolver para o melhor desempenho da instituição, e pareceres jurídicos relativos a múltiplos casos aduaneiros registados, em todo o país cujo material utilizado são relatórios das diversas unidades orgânicas.

No período em análise, foram tramitados 243 processos fiscais e aduaneiros e arrecadados cerca de 90,1 milhões de MT, referentes a processos administrativos apreciados pelos três Tribunais Aduaneiros regionais conforme a tabela 13 abaixo. Este valor é irrisório relativamente a importância por arrecadar conexas aos casos pendentes do ano corrente e dos anos precedentes, devido a morosidade processual que reconduz, também, a perda de mercadorias por degradação e ou deterioração.

Tabela 13. Processos do Contencioso Aduaneiro de Janeiro a Dezembro de 2017

Unidade: 10⁶MT

Janeiro a Dezembro							
Acções	Qtd	Ano	Valor Aduaneiro	Direitos e Imposições Sonegados	Valor do Perdimento	Multas Cobradas	Valor Arrecadado
Relatórios Finais	241	2017	33,8	73,3	21,45	0	
Pagos Voluntários	2		0,34	0,34	0	0	0,34
Sub Total	243	2017	34,14	73,64	21,45	0	
Disp. Ind.Recebidos	317	2015/16/17	198,92	79,42	30,66	7,36	
Disp. PV. Recebidos	21	2015/17	6,12	3,39	0	0,05	
Sub Total	338		205,04	82,81	30,66	7,41	
Val.Cobrados nos Proc.	0						0,34
Proc. Admin. (Leilões)	62						89,76
Pareceres/Informações	467						
Notas e Ofícios	928						
Impugnações	3						
Comunicação de Despacho	214						
Notificação de Despacho	30						
Termo de Entrega	23						
Ordens de Serviço	7						
Circulares	1						
Total de Processos			239,18	156,45	52,11		90,1

Fonte: DGA

5. GESTÃO DOS REEMBOLSOS

5.1. Reembolso do IVA

Durante o período em análise, foram recebidos 819 pedidos de reembolso do IVA no valor de 15.032,33 milhões de MT, dos quais, 461 pedidos no valor de 14.733,01 milhões de MT são do regime normal e 358 pedidos correspondentes a 299,32 milhões de MT são referentes a diplomatas.

No mesmo período foram pagos 561 pedidos no valor de 9.782,21 milhões de MT, dos quais 382 pedidos no montante de 9.714,83 milhões de MT são do regime normal e 179 pedidos correspondentes a 67,38 milhões de MT são referentes a diplomatas. Comparativamente ao igual período de 2016, a quantidade de processos recebidos registou um decréscimo na ordem de 14,06% e que por sua vez, o seu valor cresceu em 15,54%. Este crescimento é influenciado

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para o ano de 2018

significativamente pelas petições das empresas do ramo da indústria extractiva e as empresas que fazem a gestão das vias-férreas para escoamento do carvão no caso vertente o corredor de Nacala.

Os processos pagos registaram um crescimento na ordem de 10,59% em termos de valor, conforme a tabela 14. Este crescimento é influenciado significativamente pelas petições das empresas do ramo da indústria extractiva e as empresas que fazem a gestão das vias-férreas para escoamento do carvão no caso vertente o corredor de Nacala.

Tabela 14. Pedidos de Reembolso do IVA de Janeiro a Dezembro de 2017

Unidade: 10⁶MT

	Janeiro a Dezembro										
	Recebidos						Pagos				
	2016		2017		Variação		2016		2017		Variação
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Valor
Processos de Períodos Anteriores											
Regime Normal							214	5.999,55	216	6.376,68	6,29%
Diplomatas							108	20,04	69	18,83	-6,04%
Sub Total 1							322	6.019,59	285	6.395,51	6,24%
Processos de Períodos Correntes											
Regime Normal	499	12.882,81	461	14.733,01	-7,62%	14,36%	161	2.763,89	166	3.338,15	20,78%
Diplomatas	454	128,18	358	299,32	-21,15%	133,52%	303	62,21	110	48,55	-21,96%
Sub Total 2	953	13.010,99	819	15.032,33	-14,06%	15,54%	464	2.826,11	276	3.386,70	19,84%
Total	953	13.010,99	819	15.032,33			786	8.845,70	561	9.782,21	10,59%

Fonte: DGI – DRIR

Regime Normal

Durante o período em análise, foram tratados 557 processos no valor de 18.672,67 milhões de MT dos quais 315 processos no valor de 9.635,64 milhões de MT provêm de períodos anteriores e 244 pedidos no valor de 9.037,03 milhões de MT são do período corrente conforme se ilustra na tabela 15 abaixo. Em termos acumulados foram tratados 7.374 processos no valor de 74.963,44 milhões de MT correspondentes à 96,67% do total dos processos solicitados.

Dos processos tratados, 382 pedidos no valor de 9.714,84 milhões de MT foram pagos, e os restantes foram indeferidos, suspensos ou anulados por diversas irregularidades. Aguardam pagamento 51 processos no valor de 4.589,06 milhões de MT.

Tabela 15. Processos Tratados do Regime Normal de Janeiro a Dezembro de 2017

Unidade: 10⁶MT

Descrição	Janeiro a Dezembro											
	Processos Recebidos e Tratados em 2017 (a)		Processos de Períodos Anteriores Tratados em 2017 (b)		Total da Prestação de 2017 (a+b)		% Total da Prestação de 2017		Prestação Acumulada de 1999 a 2017		% Total da Prestação Acumulada	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Solicitados e Transitados	461	14.733,01	350	10.141,66	811	24.874,68	100,00%	100,00%	7.628	81.165,44	100,00%	100,00%
Total Tratados	242	9.037,03	315	9.635,64	557	18.672,67	68,68%	75,07%	7.374	74.963,44	96,67%	92,36%
Pagos	166	3.338,15	216	6.376,68	382	9.714,84	47,10%	39,06%	5.845	45.141,93	76,63%	55,62%
Indeferidos	13	145,18	21	362,59	34	507,76	4,19%	2,04%	1.161	3.427,83	15,22%	4,22%
Irregularidades	0	1.427,12	0	341,34	0	1.768,46	0,00%	7,11%	0	8.161,29	0,00%	10,06%
Suspensos	31	993,53	65	1.316,24	96	2.309,77	11,84%	9,29%	155	3.246,77	2,03%	4,00%
Anulados	10	412,03	4	109,65	14	521,68	1,73%	2,10%	93	809,03	1,22%	1,00%
Titularizado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00%	0,00%	43	8.170,75	0,56%	10,07%
Autorizados por Pagar	22	2.721,02	9	1.129,13	31	3.850,15	3,82%	15,48%	51	4.589,06	0,67%	5,65%
Autorizados em Contencioso	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00%	0,00%	26	1.416,76	0,34%	1,75%
Em Análise	219	5.695,98	35	506,02	254	6.202,01	31,32%	24,93%	254	6.202,01	3,33%	7,64%
Dívida Potencial em MT	272	9.410,53	109	2.951,39	381	12.361,93			460	14.037,84		

Dívida Potencial = Em Análise + Autorizados por Pagar + Suspensos

Fonte: DGI-DRIVA

Diplomatas

Relativamente aos pedidos de restituição do IVA dos Diplomatas, a tabela 16, abaixo mostra que de Janeiro a Dezembro de 2017 foram tratados 389 processos de reembolsos no valor de 239,11 milhões

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017 e Perspectivas de Acções para o ano de 2018

de MT correspondentes a 82,94%, em termos de quantidade, dos quais 105 processos no valor de 29,04 milhões de MT provêm de períodos anteriores e 284 pedidos no valor de 210,06 milhões de MT são de período corrente. Dos processos tratados, 179 processos no valor de 67,38 milhões de MT foram pagos. Aguardam pagamentos 180 pedidos no valor de 114,49 milhões de MT

Tabela 16. Processos Tratados do Regime de Diplomatas de Janeiro a Dezembro de 2017

Unidade: 10⁶MT

Descrição	Janeiro a Dezembro							
	Processos Recebidos e Tratados em 2017		Processos de Períodos Tratados em 2017		Total da Prestação de 2017		% Total da Prestação de 2017	
	Qtd	Valores	Qtd	Valores	Qtd	Valores	Qtd	Valores
Solicitado	358	299,32	111	29,97	469	329,29	100,00%	100,00%
Total Tratado	284	210,06	105	29,04	389	239,11	82,94%	72,61%
- Pagos	110	48,55	69	18,83	179	67,38	38,17%	20,46%
- Indeferidos	8	9,37	18	5,93	26	15,30	5,54%	4,65%
- Irregularidades	-	30,65	-	1,55	0	32,19	0,00%	9,78%
- Suspensos	2	0,66	0	0,00	2	0,66	0,43%	0,20%
- Anulados	2	9,08	0	0,00	2	9,08	0,43%	2,76%
Em Análise	74	89,26	6	0,92	80	90,18	17,06%	27,39%
Autorizados por pagar	162	111,75	18	2,74	180	114,49	38,38%	34,77%
Dívida Potencial em MT	238	201,67	24	3,66	262	205,33		

Dívida potencial = Σ(Em Análise + Autorizados por Pagar + Suspensos)

Fonte: DGI-DRIVA

5.2. Reembolsos dos Impostos Sobre o Rendimento – IR (IRPS e IRPC)

Em sede de IR de Janeiro à Dezembro de 2017 foram recebidos 477 pedidos de reembolso de IR (IRPS e IRPC) no valor de 208,19 milhões de MT. No mesmo período foram tratados 897 pedidos no valor de 733,26 milhões de MT, dos quais 413 pedidos de reembolso no valor de 53,02 milhões de MT dizem respeito ao exercício de 2017, e 484 pedidos no valor de 687,86 milhões de MT, respeitam a períodos anteriores à 2017.

Os pedidos referidos no parágrafo anterior, discriminam-se da seguinte forma: (i) 707 foram pagos no valor de 311,74 milhões de MT, (ii) 13 foram indeferidos no montante de 7,78 milhões de MT, (iii), 49 anulados no montante de 1,63 milhões de MT, (iv) 25 autorizados no montante de 2,99 milhões de MT e (v) 103 pedidos no montante de 416,73 milhões de MT foram suspensos. Estão em análise 125 pedidos no valor de 524,64 milhões de MT conforme se ilustra na tabela 15 abaixo

Tabela 17. Reembolso de IR (IRPS/IRPC) de Janeiro a Dezembro de 2017

Unidade: 10⁶MT

Descrição	Janeiro a Dezembro										Prestação acumulada			
	Referentes aos pedidos solicitados em 2017		Pedidos de Períodos anteriores tratados em 2017		%		Total da Prestação de 2017		%		Situação Acumulada ate ao período corrente (2005 à 2017)		%	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Solicitado	477	208,19	545	1.057,32	100,00%	100,00%	1.022	1.265,51	100,00%	100,00%	114.055	5.375,74	100,00%	100,00%
Tratados	413	53,02	484	687,86	88,81%	65,06%	897	740,88	87,77%	58,54%	111.718	3.241,95	97,95%	60,31%
- Pagos	328	18,54	379	293,20	69,54%	27,73%	707	311,74	69,18%	24,63%	98.110	2.240,58	86,02%	41,68%
- Indeferidos	12	1,11	1	6,67	0,18%	0,63%	13	7,78	1,27%	0,61%	7.141	173,15	6,26%	3,22%
- Anulados	49	35,56	0	-	0,00%	0,00%	49	1,63	4,79%	0,13%	6.103	211,15	5,35%	3,93%
- Autorizados p/ pagar	10	1,81	15	1,18	2,75%	0,11%	25	2,99	2,45%	0,24%	250	167,14	0,22%	3,11%
Suspensos	14	29,92	89	386,81	16,33%	36,58%	103	416,73	10,08%	32,93%	933	459,24	0,82%	8,54%
Em Análise	64	155,18	61	369,46	11,19%	34,94%	125	524,64	12,23%	41,46%	125	524,64	0,11%	9,76%
Dívida potencial	88	186,91	165	757,45	30,28%	71,64%	253	944,36	24,76%	74,62%	1.308	1.151,02	1,15%	21,41%

Fonte: DGI-DRIR

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para o ano de 2018

Reembolsos de IRPS

Durante este período foram recebidos 452 pedidos de reembolso no valor de 15,76 milhões de MT. No mesmo período foram tratados 793 pedidos no montante de 23,55 milhões de MT, dos quais 389 pedidos são referentes à períodos anteriores à 2017 no valor de 12,32 milhões de MT e 404 pedidos dizem respeito ao exercício de 2017, no valor de 11,23 milhões de MT.

Dos pedidos relativos à períodos anteriores à 2017, (i) 365 foram pagos no montante de 9.34 milhões de MT e (ii) 15 autorizados por pagar no valor de 1,18 milhões de MT, e (iii) 09 suspensos no valor de 1,80 milhões de MT.

Dos pedidos tratados referentes ao exercício corrente, (i) 325 foram pagos no montante de 6,82 milhões de MT, (ii) 10 autorizados por pagar no valor de 1,81 milhões de MT e (iii) suspensos 9 no montante de 0,23 milhões de MT, (iv) 48 anulados no valor de 1,26 milhões de MT e (v) 12 indeferidos no valor de 1,11 milhões de MT. Até ao final do período, estavam em análise 68 pedidos de reembolso no montante de 14,44 milhões de MT e 248 autorizados por pagar no montante de 6,84 milhões de MT, conforme a tabela 18 abaixo

Tabela 18. Reembolso do IRPS de Janeiro a Dezembro de 2017

Unidade: 10⁶MT

Descrição	Prestação dos reembolsos obtida de Janeiro a Dezembro										Prestação acumulada			
	Referentes aos pedidos solicitados em 2017		Pedidos de Períodos anteriores tratados em 2017		%		Total da Prestação de 2017		%		Situação Acumulada até ao período corrente (2005 à 2017)		%	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Solicitado	452	15,76	409	22,23	100,00%	100,00%	861	37,99	100,00%	100,00%	113.464	1.458,24	100,00%	100,00%
Tratados	404	11,23	389	12,32	95,11%	55,42%	793	23,55	92,10%	61,99%	111.332	1.298,19	98,12%	89,02%
Pagos	325	6,82	365	9,34	89,24%	42,02%	690	16,16	80,14%	42,54%	97.906	1.085,78	86,29%	74,46%
Indeferidos	12	1,11	0	-	0,00%	0,00%	12	1,11	1,39%	2,92%	7.102	75,27	6,26%	5,16%
Anulados	48	1,26	0	-	0,00%	0,00%	48	1,26	5,57%	3,32%	6.058	128,26	5,34%	8,80%
Autorizados p/ pagar	10	1,81	15	1,18	3,67%	5,31%	25	2,99	2,90%	7,87%	248	6,84	0,22%	0,47%
Suspensos	9	0,23	9	1,80	2,20%	8,10%	18	2,03	2,09%	5,34%	832	11,34	0,73%	0,78%
Em Análise	48	4,54	20	9,90	4,89%	44,53%	68	14,44	7,90%	38,01%	68	14,44	0,06%	0,99%
Dívida Potencial	67	6,58	44	12,88	10,76%	57,94%	111	19,46	12,89%	51,22%	1.148	32,62	1,01%	2,24%

Dívida Potencial = Σ(Em Análise + Autorizados por Pagar + Suspensos)

Fonte: DGI-DRIR

Reembolsos de IRPC

No tocante ao IRPC, foram recebidos 25 pedidos de reembolsos no montante de 192,43 milhões de MT. Dos pedidos relativos a períodos anteriores à 2017, foram tratados 104 pedidos, no valor de 709,70 milhões de MT, sendo que, (i) 17 foram pagos no valor de 295,59 milhões de MT (ii) 85 pedidos no valor de 414,70 milhões de MT, suspensos, (iii) 01 pedido foi anulado no valor de 0,37 milhões de MT (iv) 01 pedido indeferido no valor de 6,67 milhões de MT e (v). Estavam em análise, até ao final do período 57 pedidos no valor de 510,20 milhões de MT, conforme a tabela 19 abaixo.

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para o ano de 2018

Tabela 19. Reembolso de IRPC de Janeiro a Dezembro de 2017

Unidade: 10⁶MT

Descrição	Janeiro a Dezembro													
	Referentes aos pedidos solicitados em 2017		Pedidos de Periodos anteriores tratados em 2017		%		Total da Prestação de 2017		%		Situação acumulada até ao período corrente (2005 á 2017)		%	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Solicitado	25	192,43	136	1.035,09	100,00%	100,00%	161	1.227,52	100,00%	100,00%	591	3.917,50	100,00%	100,00%
Tratados	9	41,79	95	675,53	69,85%	65,26%	104	717,32	64,60%	58,44%	386	1.943,76	65,31	49,62
Pagos	3	11,72	14	283,86	10,29%	27,42%	17	295,59	10,56%	24,08%	204	1.154,80	34,52	29,48
Indeferidos	0	-	1	6,67	0,74%	0,64%	1	6,67	0,62%	0,54%	39	97,88	6,60	2,50
Anulados	1	0,37	0	-	0,00%	0,00%	1	0,37	0,62%	0,03%	45	82,99	7,61	2,12
Autorizados p/ pagar	0	-	0	-	0,00%	0,00%	0	0,00	0,00%	0,00%	2	160,29	0,34	4,09
Suspensos	5	29,70	80	385,00	58,82%	37,19%	85	414,70	52,80%	33,78%	101	447,90	17,09	11,43
Em Análise	16	150,64	41	359,56	30,15%	34,74%	57	510,20	35,40%	41,56%	57	510,20	9,64	13,02
Dívida Potencial	21	180,34	121	744,56	88,97	71,93	142	924,90	88,20%	75,35%	160	1.118,39	27,07	28,55

Dívida Potencial = Σ(Em Análise + Autorizados por Pagar + Suspensos)

Fonte: DGI-DRIR

6. REVISÃO E ACTUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO

De Janeiro à Dezembro de 2017, visando facilitar a vida dos contribuintes no cumprimento das obrigações fiscais, foram aprovados 6 Leis, 4 Decretos, 2 Diplomas Ministeriais e Despachos, conforme se apresenta no anexo

7. GESTÃO DOCUMENTAL NA AT

7.1. Área de Arquivos

No período em análise foram tratados 5.370 documentos dos quais 439 foram encaminhados ao Gabinete da Exma. P-AT e os restantes pelas Direcções Gerais e Delegações Provinciais da AT e suas respectivas unidades bem como a recolha e compilação de petições que posteriormente foram enviadas ao MEF para responder a solicitação de diversas instituições públicas e privadas.

Transferência de Documentos

No tocante a gestão de documentos de arquivo, a Secretaria-geral desenvolveu as seguintes actividades:

- i) Transferência de documentos e estantes nos Correios de Moçambique para ISFET-Moamba e para Arquivo Intermédio da DAI em cumprimento da ordem para entrega daquelas instalações ora arrendadas;
- ii) Transferência de documentos do arquivo corrente do 1º Bairro Fiscal para Arquivo Intermédio da Manhica;
- iii) Transferência de despachos de Importação do Arquivo Corrente da TIAUTO III para o Arquivo Intermediário da DAI,
- iv) Remoção em Outubro de documentos dos arquivos e estantes, anteriormente pertencentes a Terminal Rodoviário (FRIGO) que se encontravam em Moamba para o Arquivo Intermediário da Manhica e,

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para o ano de 2018

- v) Remoção dos documentos do Gabinete do Controlo Interno que deixara no Edifício 1008 aquando da sua transferência para Edifício-Sede da AT. Pela exiguidade do espaço do arquivo, foram guardados temporariamente na arrecadação do edifício aguardando o seu tratamento técnico.

7.2. Área de Bibliotecas

A AT a nível nacional conta com 11 bibliotecas e um acervo bibliográfico de 16.813 obras (16.525 livros e 288 CD com legislação moçambicana diversa) cujo movimento registado é detalhado na tabela 20, abaixo:

Tabela 20. Obras Existentes por Biblioteca de Janeiro a Dezembro de 2017

Descrição	Janeiro a Dezembro											TOTAL
	Bibliotecas											
	Central	IFPFT	Gaza	Inhambane	Beira	Manica	Tete	Quelimane	Nampula	Niassa	Cabo Delgado	
Livros Existentes	3.535	2.097	605	1.197	2.003	962	1.655	1.311	2.213	295	652	16.525
CD's com BR de 1975 a 2012	35	35	35	0	35	35	35	35	35	0	8	288
Total Geral de Obras												16.813

Fonte: DGSC

A nível central, em 2017 houve 1.110 empréstimos e devolução contra os 876 de 2016, um crescimento na ordem de 26,71%. Este movimento mostra a importância da biblioteca da AT na formação do capital humano da instituição. As restantes bibliotecas não têm informação de movimentos.

Inventariação

A AT procedeu durante o período em análise a inventariação do acervo bibliográfico existente em algumas bibliotecas, com destaque para:

- i) Biblioteca central onde tudo confere,
- ii) IFPFT- Moamba, a reinstalação do SIGEB (Sistema de Gestão de Biblioteca). Existência de 1967 obras literárias contra os 2.097 inicialmente alocados, 35 CD com BR de I. II e III Série da legislação moçambicana – 1975 a 2012 e registo de 130 livros em falta - Relatório da visita submetido ao DGSC e,
- iii) A Biblioteca de Tete, no seu relatório de Julho, reporta existência de 182 livros danificadas pela chuva; sistema informático SIGEB avariado; falta de medidas de segurança nos arquivos e bibliotecas, situação idêntica se relata com frequência em Inhambane, Manica e Quelimane.

Em todas as bibliotecas nacionais há relatos de livros danificados e não cadastrados no SIGEB devido avaria do mesmo e não inventariação do acervo bibliográfico alocados ao Instituto de Finanças Públicas e Formação Tributária em Nacala, onde constatou-se que os livros estão numa sala em elevado estado de degradação e com níveis muito alto de humidade o que contribue para a degradação progressiva dos mesmos. Foram contabilizados 2.213 livros dos quais só 2.000 foram cadastrados no sistema informático agora não operacional.

No período, foram tidos como constrangimentos na implementação da acção a escassez de material de escritório, como tinteiro, papel A4, canetas entre outros; recomendações centrais de contenção condicionam mobilidade operacional pelo país e demora no envio dos relatórios de actividades por parte dos Centros de Documentação e Tratamento de Informação.

8. GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DAS ACTIVIDADES

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval	Respons.
Prioridade I: AUMENTO DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS DO ESTADO				
<i>Objectivo Estratégico 1.1.: Optimizar os Mecanismos e Processos de Cobrança e de Contabilização de Receitas</i>				
<i>Ação Prioritária 1.1.1. Consolidar os projectos de modernização tecnológica para a gestão tributária</i>				
ACT. 1. Integrar o Portal do Contribuinte com o ETPM	50% de contribuintes das UGC cadastrados e a interagir com a AT via portal	Actividade não realizada em virtude de não ter sido efectuado o pagamento da dívida de modo a operacionalizar o funcionamento do Portal. Entretanto, foram realizadas reuniões de trabalho e desenho de cenários com vista a reactivação das actividades de desenvolvimento e conclusão do Portal		DGI
ACT 2. Dar continuidade à implementação do sistema e-Tributação com base na ferramenta do ETPM, cobrindo todos os impostos, incluindo a integração com os bancos cobrindo todos os impostos, incluindo a integração com os bancos	50% de implementação do sistema	Actividade não realizada, porque a acção depende do início de operacionalização do novo implementador no e-Tributação		DGI
	50% de Contribuintes das UGC a pagar via banco	De um universo de 573 Grandes Contribuintes aderiram ao sistema 100 e destes, apenas 8 contribuintes efectuaram o pagamento via Banco no período de Janeiro à Dezembro de 2017, o que corresponde a 1,40%. Esta baixa realização prende-se aos seguintes coonstrangimentos: <ul style="list-style-type: none"> • Indisponibilidade do sistema em alguns <i>Browner</i> devido a não pagamento da licença do certificado digital, o que faz com que o sistema não seja acessível na maioria dos <i>Browsers</i>, pelo que muitos contribuintes deixaram de usar o sistema • Apenas alguns contribuintes da UGC Maputo é que estão a pagar via PVB, sendo que nenhum contribuinte da UGC Matola usa o sistema. Foi feita uma reengenharia financeira e assinado o contrato da licença de certificação digital durante o mês de Dezembro, prevendo que a sua aquisição e configuração ocorra no mês de Janeiro de 2018, de modo que o sistema esteja acessível aos contribuintes		

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval	Respons.
Prioridade I: AUMENTO DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS DO ESTADO				
Objectivo Estratégico 1.1.: Optimizar os Mecanismos e Processos de Cobrança e de Contabilização de Receitas				
ACT. 3. Operacionalizar o Sistema de Gestão de Máquinas Fiscais (SGMF) e integrar com os respectivos dispositivos dos contribuintes	2.000 sujeitos passivos da Província e Cidade de Maputo, bem como algumas cidades da região Centro e Norte conectados ao SGMF, na primeira fase do piloto e conclusão do projecto e 100 funcionários formados e capacitados em instruções e procedimentos de trabalho no uso do sistema sendo: (i) 3 por cada DAF das 25 existentes; (ii) 20 da DAI; e (iii) 5 da DCT	Em 2017, a implementação do Projecto Máquinas Fiscais esteve condicionada a comunicação do Visto pelo Tribunal Administrativo, que ocorreu a 20 de Setembro, seguido do saneamento de algumas questões prévias que poderiam afectar a implementação do mesmo; Após a notificação do consórcio vencedor foi solicitado o adiantamento de 30% do valor do contrato que foi disponibilizado e pago no dia 26 de Dezembro de 2017, tendo de seguida iniciado a recalendarização das fases de implementação do projecto, o que inclui como actividade preliminar a apresentação do Plano de Execução do Projecto pelo consórcio, em função do qual se espera definir a data de lançamento do projecto;		
Acção Prioritária 1.1.2. Optimizar os processos de gestão e administração da dívida tributária e dos reembolsos				
ACT. 1. Consolidar a desconcentração dos reembolsos para as províncias	4 Núcleos Provinciais de Reembolsos dotados de capacidade e 20 funcionários capacitados "on job training", sendo 5 em cada núcleo provincial	Em funcionamento os 3 Núcleos de reembolsos criados, tendo sido efectuado o trabalho de monitoria e esclarecimento de dúvidas através de contactos telefónicos e e-mail, e procedeu-se a assistência aos núcleos já existentes através de notas explicativas.		DGI
ACT. 2. Desenvolver um aplicativo informático para análise dos pedidos de reembolsos do IVA	Aplicativo informático desenvolvido	Foi concluído o desenho das funcionalidades ficando por se desenvolver o aplicativo para fazer a gestão estatística dos reembolsos do IVA de forma a permitir: (a) Submissão electrónica dos pedidos de reembolsos; (b) Gestão automática de pedidos de reembolso; (c) Criação de perfis de risco; (d) Integração de dados de outros sistemas; (e) Cruzamento da informação para auxiliar nas auditorias, entre outras valências.		

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para o ano de 2018

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval .	Respons.
Prioridade I: AUMENTO DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS DO ESTADO				
<i>Objectivo Estratégico 1.1.: Optimizar os Mecanismos e Processos de Cobrança e de Contabilização de Receitas</i>				
ACT. 2. (Cont.) Desenvolver um aplicativo informático para análise dos pedidos de reembolsos do IVA	Aplicativo informático desenvolvido	<p>Parte das necessidades para o desenvolvimento do aplicativo para análise dos reembolsos vêm sendo cumpridas pelos módulos do ETPM, porém, não na magnitude esperada pelo sector de reembolsos</p> <p>Na sequência, foi elaborado um processo de <i>benchmarking</i> das 4 soluções para se produzir a recomendação técnica para o alcance da solução, tendo sido decidido que aprimorar-se-ia a solução ETPM do e-Tributação para responder a esta necessidade</p>		DGI
ACT. 3. Produzir uma brochura sobre análise de risco dos créditos sistemáticos do IVA	Brochura elaborada	Foi concluída a 100% a compilação das matérias que compõem o guião. Foi igualmente elaborada a proposta de procedimentos de análise e controlo dos créditos sistemáticos e procedeu-se a concertação com as Unidades de Cobrança para harmonização da informação produzida		DGI
ACT. 4. Elaborar e monitorar a implementação dos planos de recuperação da dívida tributária	13% de crescimento da cobrança feita pelos Juízos das Execuções Fiscais relativamente ao ano anterior	Durante o ano de 2017, foi cobrado o montante de 190,15 milhões de MT, que representam uma realização de 92,02% da meta anual (206,64 milhões de MT), e um crescimento de 3,83% relativamente à cobrança do ano transacto (183,14 milhões de MT)		DGI

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para o ano de 2018

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval	Respons.
Prioridade I: AUMENTO DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS DO ESTADO				
<i>Objectivo Estratégico 1.1.: Optimizar os Mecanismos e Processos de Cobrança e de Contabilização de Receitas</i>				
<p>ACT.5. Assegurar o saneamento dos processos acumulados nos Juízos das Execuções Fiscais</p>	<p>Redução em 20% e 15%, respectivamente, da quantidade e valor da dívida tributária em Execução Fiscal</p>	<p>Elaborado e aprovado pela Comissão Executiva de Gestão do Fundo Comum, através do despacho da respectiva presidente, de 15 de Junho de 2017, o projecto que iria operacionalizar esta actividade, no entanto, não executado devido a falta de cabimento orçamental.</p> <p>Contudo, registou-se a redução em 10.214,23 do valor de dívida, influenciada pelo julgamento em falha de um processo no montante de 8.617,47 milhões de MT.</p>		
<i>Acção Prioritária 1.1.3. Modernizar o sistema de controlo de gestão de Grandes Contribuintes e maximizar a tributação na exploração dos recursos naturais</i>				

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para o ano de 2018

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval	Respons.
Prioridade I: AUMENTO DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS DO ESTADO				
<i>Objectivo Estratégico 1.1.: Optimizar os Mecanismos e Processos de Cobrança e de Contabilização de Receitas</i>				
<p>ACT. 1. Controlar a situação operacional e estágio de implementação dos projectos das empresas do sector de recursos naturais</p>	<p>21 empresas visitadas sendo: (i) 18 para o sector mineiro (6 em cada uma das regiões; (ii) 3 no sector petrolífero (região sul - Maputo cidade) visitadas e apresentação dos respectivos</p>	<p>Foram realizados 15 trabalhos de auditorias sendo: 14 no sector mineiro e 1 no sector petrolífero.</p> <p>Do sector mineiro foram finalizadas 7 auditorias e enviadas aos sujeitos passivos e os mesmos exerceram o seu direito à audição, pelo que, o ano 2017 terminou ainda em curso a análise das contestações e elaboração das respectivas Notas de Conclusões para posterior envio aos sujeitos passivos. Neste sector, estão em curso 7 trabalhos dos quais 2 estão na fase de elaboração da Nota de Constatações.</p> <p>De realçar que não foram localizadas 3 empresas a serem alvo de auditoria tendo-se contactado a DAF onde as mesmas se encontram inscritas, que prontamente apresentaram os dados disponíveis para a sua localização. No entanto, a informação disponibilizada não estava actualizada, pelo que foram efectuados contactos ao MIREM e DAII no sentido de garantir a localização das mesmas, e até ao final do período se aguardava pelo pronunciamento destas entidades.</p> <p>Relativamente ao sector petrolífero, o ano 2017 terminou também ainda em curso o trabalho realizado com o apoio do Sr. Håvard Holterud, consultor enviado pelo NORAD, no âmbito do projecto Oil for Development, na sequência do programa de assistência técnica do Governo da Noruega na área de Auditoria Fiscal em Projectos do Sector Petrolífero.</p> <p>No que se refere aos trabalhos de fiscalização, a AT visitou 3 empresas sendo 1 na Província de Inhambane - Distrito de Jangamo e 2 na Província Tete.</p>	7	UTIE

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval	Respons.
Prioridade I: AUMENTO DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS DO ESTADO				
<i>Objectivo Estratégico 1.1.: Optimizar os Mecanismos e Processos de Cobrança e de Contabilização de Receitas</i>				
<i>Acção Prioritária 1.1.4. Modernizar, uniformizar e automatizar os processos de negócio da AT e efectuar a manutenção correctiva dos sistemas correntes</i>				
<p>ACT. 1. Garantir a manutenção correctiva e evolutiva do Data Center</p>	<p>Serviços de backup, comunicações e dados disponíveis em 98,8%. Rápida reposição dos serviços em caso de quedas. Agregar novos serviços: VOIP, Vídeo-Conferência, Replicação de sites. Potenciar serviços existentes: Circuitos de Comunicação. Redução de custos operacionais.</p>	<p>Enviados ao TA para efeitos de fiscalização, 03 contratos tendo sido anotado 01 nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contrato nº 45/AT/2017 de Prestação de serviços de manutenção preventiva, correctiva e evolutiva do Centro de Dados da AT (Lote I – Equipamento informático) – Visado a 27 de Dezembro de 2017; • Contrato nº 46/AT/2017 de Prestação de serviços de manutenção preventiva, correctiva e evolutiva do Centro de Dados da AT (Lote III – Projectos informáticos) ainda no TA; • Contrato nº 47/AT/2017 de Prestação de serviços de manutenção preventiva, correctiva e evolutiva do Centro de Dados da AT (Lote II – Sistemas energético, ambiental e alarmística) - Anotado a 20 de Novembro de 2017; <p>Com a assinatura do contrato de manutenção, foram iniciadas as actividades, contudo, importa referir que não está a conhecer a velocidade desejada pelo facto de contrato para a manutenção, lote II não incluir a aquisição de peças e acessórios para a substituição, condicionando as outras intervenções, devido às dependências existentes, para que o Data Center (DC) seja plenamente operacionalizado.</p>		<p>DGSC</p>

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para o ano de 2018

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval .	Respons.
Prioridade I: AUMENTO DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS DO ESTADO				
Objectivo Estratégico 1.1.: Optimizar os Mecanismos e Processos de Cobrança e de Contabilização de Receitas				
ACT. 1. (Cont.) Garantir a manutenção correctiva e evolutiva do Data Center	Serviços de backup, comunicações e dados disponíveis em 98,8%. Rápida reposição dos serviços em caso de quedas. Agregar novos serviços: VOIP, Vídeo-Conferência, Replicação de sites. Potenciar serviços existentes: Circuitos de Comunicação. Redução de custos operacionais.	<p>Constrangimentos:</p> <p>Morosidade no processo de procurment, tendo os trabalhos sido iniciados apenas em finais de Novembro;</p> <p>Não inclusão da aquisição de peças e acessórios substituição no contrato de manutenção, lote II, o que condiciona a operacionalização plena do DC.</p>		DGSC
ACT.2. Melhorar a Solução de Email e Internet	Serviços de email e internet disponíveis em 98,5%. Políticas de segurança na RENA definidas. Redução de custos operacionais. Redução de custos administrativos.	<p>Aguarda-se pela. da operacionalização plena do Data Center.</p> <p>Medida de Mitigação</p> <p>Acelerar o processo de manutenção do DC.</p>		
ACT.3. Garantir a manutenção preventiva dos Sistemas Informáticos Correntes	Manutenção e substituição de hardware/ software. Criação de reserva de contingência hardware/ software. Intervenção de primeira e segunda linha. Níveis de serviço para sistemas correntes definidos.	<p>Foi finalizado o processo de <i>procurement</i> o concurso para aquisição de servidores para o SICR em finais de Novembro, iniciado em Maio de 2017 e a sua efectivação está condicionada à alocação da verba prevista no orçamento 2018.</p> <p>Constrangimentos</p> <ul style="list-style-type: none"> Morosidade no processo de procurement, tendo sido finalizado apenas em finais de Novembro; <p>Medida de Mitigação</p> <p>Inscrição do orçamento previsto para 2017 no PAOA 2018</p>		DGSC

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval	Respons.
Prioridade I: AUMENTO DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS DO ESTADO				
<i>Objectivo Estratégico 1.1.: Optimizar os Mecanismos e Processos de Cobrança e de Contabilização de Receitas</i>				
<i>Acção Prioritária 1.1.5. Expandir os sistemas de inspecção não intrusiva de pessoas e bens</i>				
<p>ACT. 1. Continuar a expansão e monitoria dos sistemas de Inspeção não Intrusiva</p>	<p>Sistema de Inspeção não Intrusiva instalado em 04 pontos de desembarço aduaneiro (Cruzamento-intersecção das fronteiras de Namaacha e Goba (N6), Fronteira de Cuchamano-Tete; Fronteira de Chicualacuala-Gaza e Site Ferroviário de Dondo- Sofala) e 10 visitas rotineiras de monitoria efectuadas em todos os sites das Regiões Sul, Centro e Norte</p>	<p>Concluídos trabalhos de instalação e testagem do equipamento de INI em Namialo, estando em curso o processo de formalização do inicio das actividades .</p> <p>Iniciado o estudo da viabilidade com vista a instalação do scanner no Site Rodoviário de Machipanda no novo espaço identificado como alternativo ao do Terminal Rodoviário de Machipanda visto este ter se mostrado ligeiramente exíguo para o fluxo operacional que se prevê nos próximos anos.</p> <p>Já foi autorizada pelos órgãos locais competentes a concessão do espaço para o futuro site de Cuchamano – Tete. Foi iniciada a elaboração do projecto das instalações pelos técnicos da empresa concessionária para a emissão do titulo definitivo do espaço e o início das obras de construção.</p>		DGA

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade II: EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO				
<i>Objectivo Estratégico 2.1.: Fortalecer, Ampliar e Modernizar a Administração Tributária</i>				
<i>2.1.1. Rever e actualizar a legislação, os procedimentos e o sistema tributário, com primazia para a sua simplificação</i>				
ACT. 1. Realizar estudos de impacto das alterações legislativas	Pelo menos 4 estudos de impacto realizados e apresentados ao CD	<ul style="list-style-type: none"> Concluída e apresentada a reflexão sobre o impacto da Contribuição do ISPC na carteira Fiscal 2009 -2016. Até ao final do período em análise aguardava-se pelas contribuições do sector privado para incorporar na Lei; Concluída e apresentada a reflexão sobre o Regime Jurídico das Sucursais. As propostas foram acomodadas e constam do Decreto nº 8/17 de 30 de Março; Concluída e apresentada a Reflexão sobre Mukhero em Ressano Garcia, com o objectivo de criar condições para a passagem destes contribuintes ao sector formal. Estavam em curso reformas na legislação para actualização de procedimentos no desembaraço aduaneiro; Concluída a Reflexão sobre as Receitas Próprias e Consignadas com vista ao incremento dos níveis de registo e recolha de receitas próprias e consignadas; Concluído e apresentado o estudo sobre contribuição das instituições financeiras na carteira fiscal; Produzidos os perfis de gestão e controle de risco da Autoridade Tributária. Foram elaborados os perfis da Exma PAT, Directores Gerais e Adjuntos, Delegados e 		GPECI

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para o ano de 2018

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade II: EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO				
<i>Objectivo Estratégico 2.1.: Fortalecer, Ampliar e Modernizar a Administração Tributária</i>				
		Directores de Serviços, chefes de Divisão e de Repartição;		
ACT. 1. (Cont.) Realizar estudos de impacto das alterações legislativas	Pelo menos 4 estudos de impacto realizados e apresentados ao CD	<ul style="list-style-type: none"> Concluído o ensaio da Projecção do impacto fiscal da introdução de cerveja produzida à base de milho local; Concluída a reflexão sobre a Contribuição do Sector do Turismo na Receita Fiscal e foi apresentado em sede do CD. Foi criado um grupo de trabalho multisectorial que engloba a AT, MICTUR e Migração para seguimento 		GPECI
ACT. 2 Realizar encontros de auscultação com os agentes económicos, sociedade civil e sectores da AT seleccionados, no âmbito da reforma tributária	1 sessão realizada por região e relatórios submetidos contendo as propostas de reforma legislativa e de simplificação de procedimentos, para submissão ao CD	Foram feitos encontros de harmonização com o CTA, Instituições do Governo relevantes nomeadamente, MTC, MIC, MARC, MASA e outros para alterações legislativas.		GPECI
ACT. 3. Propor a revisão e/ou a actualização da legislação	Submissão ao CD das propostas constantes da matriz do Conselho de Ministros:	<p>a) Propostas de Lei que alteram: (i) o Regime Fiscal de Tributação Mineira e Petrolifera Promulgada e que aguardava publicação; e, (i) Proposta do Código do ICE – Promulgada pelo Presidente da República e aguarda publicação.</p> <p>b) Proposta de Decreto que cria o Regulamento de Preços de Transferência-Publicada no BR nº 190 – I Série, Decreto nº 70/2017, 6 de Dezembro.</p> <p>c) Proposta de Decreto que altera o Regulamento do Reembolso do IVA –</p>	4	GPECI

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade II: EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO				
Objectivo Estratégico 2.1.: Fortalecer, Ampliar e Modernizar a Administração Tributária				
		Aguardava pela publicação.		
ACT. 3. (Cont.) Propor a revisão e/ou a actualização da legislação	Submissão ao CD das propostas constantes da matriz do Conselho de Ministros:	Para além da legislação acima foram aprovadas as seguintes Propostas: d) Proposta de Mecanismo Fiscal de Regularização do IVA suportado nas aquisições de bens e serviços no âmbito de projectos públicos financiados por instituições financeiras internacionais e parceiros de desenvolvimento – publicada no BR nº 183 – I Série, Decreto nº 66/2017 de 23 de Novembro, Quinta-feira e) Proposta do IRPS - Promulgada pelo Presidente da República, e até ao final do período, aguardava pela publicação.		GPECI
ACT. 4. Divulgar a legislação fiscal e aduaneira, através de formações, seminários, palestras, avisos na página web da AT, nos jornais, e outros meios	Pelo menos 1 seminário e 1 palestra de divulgação de legislação e procedimentos em vigor, realizados em cada Região	Elaborado o projecto para divulgação da legislação no qual aguarda cabimento orçamental para realização de tal actividade		GPECI
Acção Prioritária 2.1.2. Incrementar as medidas para o alargamento da base tributária				
ACT. 1. Abrir e operacionalizar postos de cobrança	3 Postos Fiscais e de Cobrança abertos e operacionais sendo: 1 na Região Norte, 1 Região Centro e 1 Região Sul	Foi aberto posto de fiscal e de Cobrança em Marracuene (Região Sul) no dia 19 de Maio. Foi ainda concluído e em funcionamento o Posto Fiscal e de Cobrança de Nhamatanda (Região Centro). Não foi possível na Região Norte por constrangimentos de natureza logística		GCIIm

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para o ano de 2018

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade II: EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO				
Objectivo Estratégico 2.1.: Fortalecer, Ampliar e Modernizar a Administração Tributária				
ACT. 2. Realizar campanhas de educação fiscal e aduaneira e de popularização de impostos com recurso aos Órgãos de Comunicação Social, eventos de carácter académico, cultural, recreativo, desportivo, roadshow's, entre outros	120 campanhas realizadas, sendo: (i) 20 de nível central; e (ii) 10 acções:por Província	Realizadas no período de Janeiro à Dezembro 327 actividades de Educação Fiscal, Aduaneira e Popularização do Imposto; Sendo 60 de nível central, 37 Província de Maputo, 24 em Gaza, 32 em Inhambane, 16 em Manica, 33 em Tete, 20 em Sofala, 36 na Zambézia, 19 em Nampula, 24 em Niassa e 26 em Cabo Delgado; Estas acções culminaram com a formação de 8.624 Disseminadores de matérias fiscais, e atribuição de mais 35.000 NUIT durante o período em alusão		GCIIm
ACT. 3. Produzir Boletins Informativos (BI) e Revistas Tributárias, incluindo outras revistas, instrumentos de gestão da AT, brochuras e publicações da AT, manuais de educação fiscal, bandas desenhadas, e outros materiais de divulgação e popularização do imposto	Produção e impressão de materiais de divulgação de informação relevante da AT, conforme necessidade e devidamente aprovado ao nível superior	Foram produzidos e publicados para os Órgãos de Comunicação Social 108 divulgações, distribuídas em: <ul style="list-style-type: none"> • Comunicados de Imprensa (38); • Avisos; • Anúncios necrológicos; • 522 clippings de matérias abrangidas na imprensa escrita (6 desabonatórias e 4 neutras); • 882 maquetizações de diversas actividades da instituição; • 25 publicações de edições do informativo semanal em formato electrónico da AT; denominado "Folha da AT"; • 264 coberturas de eventos da AT, dentro e fora da instituição 		GCIIm
ACT. 4. Reestruturar e gerir a	Página WEB reestruturada	O processo esteve, até ao final do período,		GCIIm

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade II: EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO				
<i>Objectivo Estratégico 2.1.: Fortalecer, Ampliar e Modernizar a Administração Tributária</i>				
página WEB da AT	(reorganização do conteúdo, comunicação e interacção com redes sociais, inclusão de novos links) Novo layout Informação actualizada	<p>em articulação com a DTIC, visando o lançamento do concurso público para a provisão destes serviços</p> <p>Quanto à gestão da página web da AT, foram desenvolvidas actividades de rotina, destacando-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Actualização das Taxas de Câmbio relativas ao comércio internacional; (ii) Actualização da Agenda Fiscal; (iii) Actualização da informação Fiscal tais como: arrecadação de receita na província de Sofala, reconhecimento do desempenho da DGA, pela associação comercial da Beira e dos agentes económicos autuados em Muchungué; (iv) 155 publicações na página web ao longo do período em análise. (v) Inserção da folha da AT edição 1 a 3; (vi) Inserção, devido ao problema de falta de formulários e para diversificar as opções dos contribuintes, de Modelos na Página: <ul style="list-style-type: none"> • Modelo 01 S - Declaração de Registo ou Alteração de Dados de NUIT de Pessoas Singulares; • Modelo 01 C - Declaração de Registo ou Alteração de Dados de NUIT de Pessoas Coletiva ou Equiparada; • Modelo 1 BF - Declaração de Benefícios Fiscais; • Modelo 20E - Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal; 		

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade II: EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO				
<i>Objectivo Estratégico 2.1.: Fortalecer, Ampliar e Modernizar a Administração Tributária</i>				
		<ul style="list-style-type: none"> • Modelo 20E - Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal; • Modelo 1BF - Anexo 3 – Declaração Comprovativa dos Investimentos; • IRPC – Imposto de Rendimento de Pessoas Coletivas; • IRPC_m30 – Imposto de Rendimento de Pessoas Coletivas Modelo 30; • IVA – Imposto sobre Valor Acrescentado; e, • IRPS – Imposto de Rendimento de Pessoas Singular 		
ACT. 5. Cadastrar novos e potenciais contribuintes, incluindo do ISPC	Meta: 600.000 novos e potenciais contribuintes. Dos quais 588.000 singulares e 12.000 colectivos.	<p>Registados 347.547 NUIT, representando uma realização de 57,92% do programa de atribuição. Do total de NUIT atribuídos, 336.975 de pessoas singulares e 10.572 de pessoas colectivas, que representam uma realização de 57,31% e 88,10%, respectivamente, face a meta destes grupos.</p> <p>Quando comparado ao desempenho do igual período do ano transacto, no qual foram registados 697.587 NUIT, houve um decréscimo na ordem de 50,17%.</p> <p>Em termos acumulados, desde 1999, foram registados até ao final do período 5.143.023 NUIT, sendo 5.043.489 de pessoas singulares e 99.534 de pessoas colectivas. Deste acumulado, 356.714 têm actividade económica, sendo 149.043 do Regime Geral de Tributação (IVA) e 207.671 do ISPC.</p>		

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade II: EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO				
<i>Objectivo Estratégico 2.1.: Fortalecer, Ampliar e Modernizar a Administração Tributária</i>				
ACT. 5. (Cont.) Cadastrar novos e potenciais contribuintes, incluindo do ISPC	Meta: 600.000 novos e potenciais contribuintes. Dos quais 588.000 singulares e 12.000 colectivos.	<p>constrangimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Deficiente funcionamento dos Sistemas e-Tributação e NUIT WEB , o que em última análise contribui para que as solicitações de NUIT não sejam respondidas em tempo útil; Interrupção do envio de formulários aos Centros de Digitação devido aos problemas contratuais.; 		
	Meta: 4.583 contribuintes do Regime Geral de Tributação	Registados 4.270 contribuintes (1.121 pessoas singulares e 3.149 pessoas colectivas), o que corresponde a uma realização de 93,17%, sendo 1.953 do Regime Normal, 778 do Regime Simplificado e 1.539 do Regime de Isenção.		
	14.255 Contribuintes enquadrados no ISPC	Registados 8.090 contribuintes do ISPC, o que representa uma realização de 53,93% face a meta do período.		
ACT. 6. Garantir a participação da AT nas feiras nacionais internacionais e exposições para divulgação dos instrumentos, procedimentos, feitos e serviços da instituição com vista a informar os potenciais contribuintes, cadastrá-los no Sistema Tributário para além de atrair investidores nacionais e estrangeiros no contexto da facilitação do comércio	Participação em feiras nacionais e internacionais, de interesse da AT, de acordo com autorização superior	<p>A AT participou como expositora na Conferência Nacional sobre Segurança e Saúde no Trabalho, Emprego e Segurança Social no Centro de Conferências Joaquim Chissano, no dia 28 de Abril;</p> <p>Participou ainda na preparação da participação da AT na 53ª Edição da Feira Agro-Industrial e Comercial de Maputo (FACIM) que decorreu de 28 de Agosto à 03 de Setembro de 2017, no recinto da FACIM, em Ricatla, Distrito de Marracuene,</p>		GPECI

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para o ano de 2018

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade II: EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO				
Objectivo Estratégico 2.1.: Fortalecer, Ampliar e Modernizar a Administração Tributária				
		<p>Província de Maputo;</p> <p>Participou como expositora e no cadastro dos interessados no Sistema Tributário, na Feira Agro-pecuária alusiva ao lançamento da campanha agrária 2017-2018 que decorreu a 27 de Outubro de 2017 no distrito de Moamba;</p> <p>Participou como expositora na 5ª Edição da Feira e Conferencia Nacional de Empreendedorismo, organizada pela ANJE, que decorreu no Centro de Conferências</p>		
ACT. 6. (Cont.) Garantir a participação da AT nas feiras nacionais internacionais e exposições para divulgação dos instrumentos, procedimentos, feitos e serviços da instituição com vista a informar os potenciais contribuintes, cadastrá-los no Sistema Tributário para além de atrair investidores nacionais e estrangeiros no contexto da facilitação do comércio	Participação em feiras nacionais e internacionais, de interesse da AT, de acordo com autorização superior	<p>Joaquim Chissano, na cidade de Maputo a 17 de Novembro de 2017;</p> <p>Participou como expositora e na dissertação de um tema sobre AT, na 3ª Edição da Feira PME da Mulher Empreendedora, organizada pelo IPEME, que decorreu no Auditório Carlos Tembe, na cidade de Matola a 24 de Novembro de 2017;</p>		GPECI
Acção Prioritária 2.1.3. Redimensionar e fortalecer o sector das auditorias e fiscalizações da AT				
ACT. 1. Efectuar a análise de processos de contas das empresas	2.600 processos de contabilidade analisados	De Janeiro a Dezembro foram analisados 2.710 processos de contabilidade de empresas contra 2.618 de igual período de 2016, o que significa um acréscimo de 3,5%, que resultaram no apuramento de 1.148,051 milhões de MT.		DAII

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade II: EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO				
Objectivo Estratégico 2.1.: Fortalecer, Ampliar e Modernizar a Administração Tributária				
ACT. 2. Realizar auditorias em todas as regiões, bem como efectuar a fiscalização e o controlo das mercadorias em circulação a nível nacional	25% do incremento anual mínimo da receita adicional cobrada no ano anterior	Em resultado das auditorias realizadas de Janeiro a Dezembro foi recuperado o valor de 721,61 milhões de MT contra 302,53 milhões de MT no igual período de 2016 o que corresponde a um crescimento de 138,5%.		DAII
ACT. 2. (Cont.) Realizar auditorias em todas as regiões, bem como efectuar a fiscalização e o controlo das mercadorias em circulação a nível nacional	1.670 auditorias realizadas, das quais: (i) 1.110 auditorias às empresas, sendo: • 625 na Região Sul; • 250 na Região Centro; e • 235 na Região Norte (ii) 560 auditorias pós-desembaraço aduaneiro, sendo: • 380 na Região Sul; • 90 na Região Centro; e • 90 na Região Norte	<ul style="list-style-type: none"> • Auditorias de Impostos Internos Realizadas 1.466 auditorias, sendo 750 na Região Sul, 469 na Região Centro e 247 na Região Norte, dos quais foi apurado o montante de 19.310,56 milhões de MT, que representa um crescimento de 542% em relação a igual período de 2016, que foi de 3.007,84 milhões de MT . Durante o período em análise foi cobrada uma receita no montante de 581,10 milhões de MT, o que representa um crescimento na ordem de 426,93 % em relação a igual período de 2016 que foi de 110,28 milhões de MT, • Auditorias Pós-Desembaraço Aduaneiro Foram realizadas 485 auditorias (379 na região sul, 74 na região centro e 32 na Região Norte), 305 audições prévias e 200 auditorias encerradas que culminaram com o apuramento de uma dívida no valor de 999,64 milhões de MT de direitos e demais imposições aduaneiras, contra 402,76 milhões de MT de 2016 o que representa um crescimento de 148,23%. Foi cobrada uma receita no montante de 140,50 milhões de MT de direitos e demais imposições aduaneiras contra 192,26 milhões de MT, o 		DAII

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para o ano de 2018

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade II: EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO				
Objectivo Estratégico 2.1.: Fortalecer, Ampliar e Modernizar a Administração Tributária				
		<p>que representa um decréscimo na ordem de 26,92% em relação a 2016.</p> <p>Importa referir que, adicionado ao valor que aguarda pagamento em prestações até ao final do ano, o montante cobrado em 2017 será de cerca de 223,20 milhões de MT.</p>		
	<p>18.211 fiscalizações à facturação efectuadas, das quais:</p> <p>(i) 9.712 na região Sul;</p> <p>(ii) 6.234 na região Centro; e</p> <p>(iii) 2.665 na</p>	<p>De Janeiro a Dezembro foram realizadas 13 fiscalizações na Região Sul.</p> <p>Visando promover a emissão de facturas e / ou documentos equivalentes em todas as transmissões de bens ou prestação de serviços realizados pelo sujeito passivo, foi lançada a campanha Nacional de Fiscalização a facturação pela Exma senhora Presidente da AT que resultou na realização de 3.466 visitas aos estabelecimentos comerciais e empresas prestadoras de serviço.</p> <p>Durante este processo, vários constrangimentos foram identificados com destaque para falta de conhecimento sobre os critérios para início de actividade, não emissão de factura no acto de venda, mercadorias sem facturas e autenticidade dos fornecedores. Importa frisar que desafios persistem, dentre os quais a melhoria da comunicação com os contribuintes a todos os níveis, sobretudo na componente facturação, actividade que terá continuidade em 2018.</p>		DAII

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para o ano de 2018

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade II: EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO				
<i>Objectivo Estratégico 2.1.: Fortalecer, Ampliar e Modernizar a Administração Tributária</i>				
	30 viaturas adquiridas para auditorias e fiscalizações	Foram adquiridas através do contrato n.º 59/AT/2017, 49 viaturas de marca Mahindra Scorpio, das quais 39 Cabine Dupla 4x4 e 10 Cabine Simples igualmente 4x4.		DAII
ACT. 3. Realizar operações de combate a evasão e fraude aduaneira, busca de informação, incluindo as operações conjuntas com parceiros nacionais e internacionais	25 operações realizadas, das quais: (i) 12 na região Sul; (ii) 07 na região Centro; e (iii) 06 na região Norte	Durante o período em análise foram realizadas 22 operações contra 16 de igual período de 2016, sendo: <ul style="list-style-type: none"> • Região Sul 14; • Região Centro 5; e • Região Norte 3. 		DAII
ACT. 4. Fiscalizar bens e mercadorias importadas no âmbito dos protocolos comerciais	60% de mercadorias importadas com certificados de origem falsos detectados	Actividade não realizada, por exiguidade de fundos.		DGA
ACT.5. Descentralizar as auditorias e fiscalizações às províncias através de criação de núcleos	4 locais com núcleos provinciais de auditorias e fiscalizações instalados em: Maputo Cidade e províncias de Nampula, Tete e Sofala	Não foram criados os núcleos provinciais de auditorias, por exiguidade de fundos, contando actualmente com apenas 1 núcleo na província de Maputo,		DGI

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade II: EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO				
<i>Objectivo Estratégico 2.1.: Fortalecer, Ampliar e Modernizar a Administração Tributária</i>				
<p>ACT. 6. Implementar o processo de Selagem de bebidas alcoólicas e tabaco Manufacturado</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Até ao final do primeiro trimestre implementado o processo de selagem para tabaco manufacturado; • Até ao final do primeiro semestre implementado o processo de selagem para bebidas alcoólicas (vinho e espirituosas) • Até ao final do quarto trimestre implementado o processo de selagem para cerveja e bebidas prontas a consumir (RTD) 	<p>Foram registadas 91 empresas sendo: 69 na Região Sul, 8 na Região Centro e 14 na Região Norte. Do total registado:</p> <p>77 no âmbito do processo de selagem de bebidas alcoólicas (vinhos e espirituosas), dos quais 22 são produtores e 55 importadores;</p> <p>22 no âmbito do processo de selagem de tabaco, sendo 04 produtores e 18 importadores;</p> <p>No âmbito dos dois processos, 06 empresas são importadoras tanto de bebidas alcoólicas assim como de tabaco manufacturado; e, 02 são simultaneamente produtor e importador de bebidas alcoólicas</p> <p>Nota: Processo de selagem de cerveja e (RTD) bebidas prontas a consumir foi adiado de 17 de Novembro de 2017 para 17 de Abril de 2018.</p>		

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade II: EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO				
<i>Objectivo Estratégico 2.1.: Fortalecer, Ampliar e Modernizar a Administração Tributária</i>				
<i>Acção Prioritária 2.1.4. Reforçar a cooperação internacional e desenvolver intercâmbios com Organismos Congéneres, à nível Bilateral, Multilateral e Parceiros Nacionais, Públicos e Privados</i>				
ACT. 1. Participar em reuniões internacionais, no âmbito da cooperação com a OMA, OMA-ESA e CPLP e no âmbito do ATAF (Reuniões de Alto Nível e Conferências)	Participação de quadros da AT e respectivos relatórios das reuniões submetidos ao CD em pelo menos 08 reuniões sendo 06 no âmbito da OMA, OMA-ESA e CPLP e 02 no âmbito do ATAF	<p>I. Para OMA/OMA-ESA e OMC, a AT participou em 14 eventos cujos detalhes constam do Anexo VI.</p> <p>II. No âmbito da CPLP, a AT fez-se presente na 52ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Sistema Harmonizado da CPLP.</p> <p>III. No que se refere ao ATAF a AT esteve presente no Workshop sobre Capacitação dos Colectores de Dados Estatísticos e o Workshop sobre a Garantia de Integridade nas Administrações Tributárias.</p> <p>IV. Para além dos eventos acima, a AT participou ainda nos eventos que constam do mapa em anexo a este relatório</p>		GPECI
ACT. 2. Garantir a realização da 12ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Convenção de Quioto Revista, a ter lugar em Maputo	Reunião para a harmonização da versão final da Convenção de Quioto Revista, ao nível da CPLP realizada em Março e respectivo relatório submetido à apreciação do CD	<p>Reunião realizada na semana de 20 a 24 de Março de 2017 em Maputo, tendo sido harmonizados os anexos específicos E e F- o anexo específico E da convenção é relativo ao trânsito Internacional e o F é sobre o aperfeiçoamento activo de mercadorias.</p> <p>Trata-se de um projecto da CPLP que visa traduzir a versão inglesa da Convenção de Quioto para português, para ser usada a nível das Alfândegas dos Países da CPLP.</p>		GPECI
ACT. 3. Integrar equipas técnicas de trabalho, nacionais e internacionais, no âmbito dos processos de integração regional	6 reuniões com participação da AT, sendo 2 do Fórum das Negociações sobre o Comércio da SADC: (i) 1 do Sub-comité de cooperação aduaneira;	A AT no âmbito do processo de integração regional participou nas seguintes reuniões: (i) Reunião dos Altos funcionários da SADC/EPA, realizada em Johannesburg – RSA, durante o mês de Fevereiro. (ii) 51º		GPECI

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade II: EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO				
Objectivo Estratégico 2.1.: Fortalecer, Ampliar e Modernizar a Administração Tributária				
da SADC, Zona de Comércio Livre Tripartida e Continental, bem como dos Acordos de Parceria Económica SADC/EPA's - UE	2 de negociações para o estabelecimento da ZCL tripartida; e (ii) 1 das negociações do Acordo SADC/EPA - UE e apresentação dos respectivos relatórios e pontos de situação periódicos, com recomendações de acções concretas	Fórum de Negociações comerciais da SADC, Maio de 2017, em Gaborone, Botswana. (iii) III Reunião do Comércio, Investimento e Finanças (TIFI), organizada pela CONSADC – 11 de Setembro. e (iv) Seminário conduzido por consultores da SADC no âmbito do TRF (Fundo de Apoio ao Investimento) da União Europeia para a SADC, realizado de 20 a 22 de Junho de 2017. Ainda nesse âmbito, a AT proferiu as seguintes palestras: (i) Palestras sobre o Protocolo Comercial alusivo as celebrações do dia da SADC (17 de Agosto) na Província de Maputo; (ii) Reunião sobre o Processo de Integração Regional direccionada a sociedade civil, dia 06 de Setembro; (iii) Reunião sobre o Processo de Integração Regional direccionado aos pontos focais provinciais da SADC, organizada pela CONSADC.		
ACT. 4. Mobilizar os parceiros de cooperação para o seu financiamento e assistência técnica, onde não haja cobertura do Orçamento do Estado	Pelo menos 4 viagens internacionais, visando angariar mais parceiros de cooperação	Não foi realizada nenhuma viagem ao exterior, entretanto foi mobilizado internamente através de desembolsos de 5.306.000,00 Coroa Suecas equivalentes a 38,57 milhões de MT, e 500.000,00 Francos Suíços, equivalentes a 30,51 milhões de MT no mês de Dezembro corrente. Foi igualmente realizado encontros visando a mobilização da Embaixada da Finlândia para adesão ao Fundo Comum da AT.		GPECI
ACT. 5. Garantir a realização de auditoria externa à execução do Fundo Comum, relativa ao ano de 2016	Submetido aos Parceiros o Relatório de Auditoria, nos termos previstos no Memorando de Entendimento	Foi realizada a Auditoria externa à execução do Fundo Comum da AT 2016 pela empresa MAZARS.		

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade II: EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO				
Objectivo Estratégico 2.1.: Fortalecer, Ampliar e Modernizar a Administração Tributária				
Acção Prioritária 2.1.5. Implementar e expandir postos de Fronteira de Paragem Única para o desembaraço aduaneiro de mercadorias				
ACT. 1. Dar continuidade às obras em curso do PFPU-Ressano Garcia/Lebombo	<p>2 alpendres construídos e respectiva fiscalização;</p> <p>1 reabilitação e manutenção da estrutura metálica de suporte dos edifícios modulares e vedação na fronteira de RG;</p> <p>1 reabilitação/ requalificação do edifício da fronteira turística de Ressano Garcia efectuadas e respectiva fiscalização;</p> <p>Manutenção, reparação de imóveis e aquisição de diversos bens e serviços</p>	<ul style="list-style-type: none"> ALPENDRES: Contrato nº 54/AT/2017, assinado no dia 23 de Novembro para adjudicação da obra. Visado a 28 de Dezembro de 2017; Reabilitação e manutenção da estrutura metálica de suporte dos edifícios modulares e vedação na fronteira de Ressano Garcia (RG): Actividade não realizada Reabilitação/ requalificação do edifício da fronteira turística de RG: Lançado o concurso público nº 56/AT/2017 de consultoria para elaboração do projecto executivo para reabilitação/requalificação da fronteira turística de Ressano Garcia. (PFPU) Manutenção, reparação de imóveis e aquisição de diversos bens e serviços: Contrato nº 60/AT/2017, de 01 de Dezembro para manutenção e reparação de imóveis em Ressano Garcia (PFPU). Submetido ao TA para efeitos de fiscalização. 		DGA
Acção Prioritária 2.1.6. Formar e especializar os quadros da AT				
ACT.1. Implementar o Plano de Formação da AT para 2017, com foco nas áreas de fiscalização e auditoria no âmbito da maximização da colecta do IVA e auditorias especializadas aos sectores de serviços e da Indústria Extractiva	10 acções de formação distribuídas pelas seguintes áreas: 3 para Técnica Aduaneira (ATA), 5 para a Técnica Fiscal (ATF) e 2 para a de Administração e Gestão(AAG) e sem previsão para a Área de Tecnologia de Comunicação e Informação, abrangendo 1.260 beneficiários.	Das 10 acções de formação 2017 previstas sendo 3 para a Área Técnica Aduaneira (ATA), 5 para a Área Técnica Fiscal (ATF), 2 para a Área Administração e Gestão (AAG) não foram realizadas. Contudo foram realizadas a nível nacional diversas acções extra Plano de Formação, conforme se apresenta o anexo.		DGSC
Acção Prioritária 2.1.7. Fortalecer os Mecanismos de Planificação e de Prestação de Contas				
ACT. 1. Proceder à monitoria da implementação das actividades da	Relatórios periódicos de desempenho elaborados e apresentados à aprovação do	Foram elaborados os relatórios de desempenho de Actividades da AT		GPECI

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para o ano de 2018

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade II: EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO				
<i>Objectivo Estratégico 2.1.: Fortalecer, Ampliar e Modernizar a Administração Tributária</i>				
AT e dos principais indicadores aliados ao Plano Estratégico	CD	<p>referentes ao períodos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Janeiro à Dezembro de 2016; • 1º Trimestre e perspectivas de acções para o 2º rimestre de 2017, • 1º Semestre e perspectivas de acções para o 2º Semestre • Janeiro a Setembro e Perspectivas para o IV Trimestre de 2017, para além do respectivo ponto de situação do PAOA em formato matricial. <p>Elaborado o ponto de situação da implementação dos indicadores do Plano Estratégico relativos a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Janeiro à Dezembro 2016; e do, • 1º semestre de 2017. 		
ACT. 1. (Cont.) Proceder à monitoria da implementação das actividades da AT e dos principais indicadores aliados ao Plano Estratégico	Relatórios periódicos de desempenho elaborados e apresentados à aprovação do CD	<p>Da necessidade de se proceder ao reajuste do Plano Estratégico da AT 2015 – 2019, foi feita a reestruturação do referido Plano com a colaboração do FMI, envolvendo vários quadros da AT, desde técnicos até a gestão máxima da instituição, cuja metodologia foi replicada em todas as Províncias do País por uma equipa formada para o efeito.</p> <p>Do trabalho realizado resultou na elaboração do novo plano Estratégico da AT para o período 2018 – 2022 que identifica 16 Objectivo Estratégicos, que constituem os propositos maiores da instituição e representam as conquistas que devem ser perseguidas para o alcance da visão do futuro e cumprimento da missão institucional.</p>		GPECI

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para o ano de 2018

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade II: EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO				
<i>Objectivo Estratégico 2.1.: Fortalecer, Ampliar e Modernizar a Administração Tributária</i>				
ACT. 2. Proceder à monitoria da execução das actividades financiadas pelo Fundo Comum	4 relatórios produzidos e 2 visitas realizadas para a aferição do grau de execução em cada uma das Regiões	Actividade não realizada, tendo sido produzido o respectivo projecto de monitoria a ser financiado pelo FC da AT com os respectivos Termos de Referência segundo a orientação da Exma Sra. Presidente da Comissão Executiva do Fundo Comum, sendo que o último não foi concluído por insuficiência de informações relativas aos projectos em implementação, prevendo-se a realização da actividade no primeiro trimestre de 2018.		GCI/ CEGFC/ GPECI
ACT. 3. Garantir a realização da Reunião Nacional de Planificação para 2018	Reunião de Planificação realizada e aprovação da respectiva síntese	Foi realizada a IIIª Reunião Nacional de Planificação de 09 a 13 de Outubro, orientada pela Exma Sra Presidente e que contou com a participação dos quadros da AT, desde a gestão máxima até aos técnicos visando o envolvimento de todos no processo de planificação das actividades da AT, tendo resultado no esboço das acções prioritárias para 2018		GPECI
ACT. 4. Monitorar a organização dos documentos nos Arquivos Regionais da AT e garantir a implementação contínua e integral do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos das Actividades – Fim da AT	Visitas de monitoria realizadas em todas Delegações Provincias da AT e a pelo menos 80 unidades orgânicas, aferidas através de relatórios contendo constatações e recomendações	No âmbito do cumprimento do regulamento do SNAE foram efectuadas visitas de monitoria nos seguintes locais: <ul style="list-style-type: none"> • Direcção Geral dos Imposto - Unidade dos Grandes Contribuintes, Direcção de (Cobranças e Benefícios fiscais; Contencioso Tributário; Normas e Gestão Tributária, Divisão de Controle de Assuntos Fiscais; Gestão Tributaria; Contencioso, Secretaria e Contabilidade, Recebedoria); • DGSC- DTIC, Divisão de Sistemas Operacionais, Repartição de Gestão Estratégica e Secretariado Técnico, 		DGSC

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade II: EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO				
Objectivo Estratégico 2.1.: Fortalecer, Ampliar e Modernizar a Administração Tributária				
		<ul style="list-style-type: none"> DAF do 1º e 2º Bairro; Posto de Cobrança do Jardim e Xipamanine; e TIROFER e de TIAUTO I; <p>Efectuou visitas de capacitação e monitoria, ao Posto de Cobrança do Jardim e unidades sob jurisdição da Delegação Provincial de Maputo das quais se destacam a DAF da Matola, a UGC da Matola, Delegação Aduaneira da Matola, Posto de Cobrança da Machava, Delegação Aduaneira (Ressano Garcia e Namaacha), Posto Fiscal de (Boane e Mozal), e Parque Industrial de Beleluane, com o propósito de municiar os colegas de conhecimentos e habilidades técnicas nas áreas de biblioteca, gestão e manuseamento documental, da matéria classificada, dos arquivos e Lei do direito a Informação.</p>		
Acção Prioritária 2.1.8. Implementar medidas para o desenvolvimento social dos funcionários e para conferir maior eficácia e eficiência do funcionamento organizacional				
ACT. 1. Implementar a política de rotação do pessoal das áreas aduaneira e tributária	Afectação de funcionários em função das necessidades e em observância dos qualificadores profissionais	<p>No âmbito da implementação da política de rotação do pessoal das áreas aduaneira e tributária, foram movimentados, durante o período, 281 funcionários sendo 218 do sexo masculino e 63 do sexo feminino, dos quais 97 dos Serviços Centrais, 130 da Direcção Regional Sul, 26 da Direcção Regional Centro e 28 da Direcção Regional Norte.</p> <p>Excepcionalmente foram movimentados 49 funcionários de diversos sectores da AT para a operação Kurula (Operação final de ano) que visava flexibilizar o fluxo de pessoas e bens na Fronteira de Ressano Garcia.</p>		DGSC

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para o ano de 2018

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade II: EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO				
<i>Objectivo Estratégico 2.1.: Fortalecer, Ampliar e Modernizar a Administração Tributária</i>				
ACT . 2. Implementar a Carreira Única na AT	Todos os funcionários integrados na Carreira Única da AT	Foi produzida e submetida ao Ministério da Administração Estatal e Função Pública a proposta de revisão do Decreto nº 17/2010, de 2 de Junho (Estatuto Remuneratório da AT) estando em curso o processo de revisão do actual Quadro do Pessoal da AT, cujas alterações assentam nos seguintes pressupostos: a criação da carreira Única na AT e a racionalização do pessoal face ao alargamento da base tributária e indica que a proposta do novo Quadro de Pessoal será de 6.000 funcionários até 2022.		DGSC
ACT. 3. Prestar assistência social aos funcionários e desenvolver actividades conducentes a mitigação do impacto de doenças crónico-degenerativas na instituição, com enfoque para o HIV/SIDA	Realização de acções de assistência (visitas, palestras, capacitações, seminários, feiras de saúde, etc.) em todo o País	De Janeiro à Dezembro, procedeu-se ao acompanhamento da situação de saúde de vários funcionários, entre internados e em tratamento ambulatorio, com destaque para 40 funcionários doentes, dos quais 13 em ambulatorio e 27 internados e registaram-se 24 óbitos (22 homens e 2 mulheres), dos quais 9 nos Serviços Centrais, 22 na Região Sul, 7 na Região Centro e 2 na Região Norte		DGSC

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade II: EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO				
<i>Objectivo Estratégico 2.1.: Fortalecer, Ampliar e Modernizar a Administração Tributária</i>				
<p>ACT. 4. Capacitar a Instituição em maquinaria e equipamento diverso (geradores, computadores, aparelhos de ar condicionado, mobiliário, extintores, electrodomésticos, etc.)</p>	<p>Instituição apetrechada com maquinaria e equipamento diverso, conforme o plano de prioridades aprovado pela DGSC</p>	<p>Foram enviados diversos contratos ao Tribunal Administrativo para efeitos de fiscalização, dos quais foram visados e anotados, os seguintes: (i) Contrato nº 03/AT/2017, Manutenção e Reparação de Aparelho de Ar Condicionado e Equipamento de Frio para a AT, (Anotado a 27.04.17); (ii) Contrato nº 14/AT/2017, Fornecimento de mobiliário ao Instituto de Finanças Públicas e Formação Tributária de Moamba (Lote II – fornecimento de mobiliário de residência e enfermaria), (Visado a 10.07.17); (iii) Contrato nº 13/AT/2017, Fornecimento de mobiliário ao Instituto de Finanças Públicas e Formação Tributária de Moamba (Lote I – fornecimento de mobiliário de escritório), (Visado a 22.09.17); (iv) Contrato nº 17/AT/2017, Fornecimento de mobiliário ao Instituto de Finanças Públicas e Formação Tributária de Moamba (Lote III – fornecimento de persianas), (Anotado a 17.08.17); (v) Contrato nº 28/AT/2017, Fornecimento de 30 Computadores Portáteis e respectivos acessórios, (Anotado a 13.07.17); e, (vi) Apostila nº 01/AT/2017 ao Contrato nº 28/AT/2017 de Fornecimento de 30 Computadores Portáteis e respectivos acessórios (Anotado a 16.11.17);</p> <p>E foi enviado ao T.A entre outros o Contrato nº 38/AT/2017, Fornecimento de manutenção de extintores, (no TA);</p>		<p>DGSC</p>

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade II: EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO				
Objectivo Estratégico 2.1.: Fortalecer, Ampliar e Modernizar a Administração Tributária				
<p>ACT.6. Efectuar grandes reparações nos diversos edifícios da AT</p>	<p>AT-Sede: Manutenção e Reparação de Instalações de (i) Edifício Sede da AT; (ii) Unidades orgânicas da AT (DAII, DGA, IFPFT, Comando Único, CFP-Boane, Assuntos Sociais, Fonte Azul)</p> <p>DRS: Reabilitação de: (i) DAF do 2º Bairro de Maputo; (ii) Posto de Cobrança da Josina Machel; (iii) 2 Residências para funcionários em Vilanculos (conclusão); e (iv) Residência para funcionários em Xai-Xai</p> <p>DRC: (i) Demolição, remoção de entulho e arranjos exteriores no PFC Catandica; e (ii) Reabilitação do Escritório da DAF de Quelimane (obra em curso - fase conclusiva)</p> <p>DRN: Reabilitação de: (i) DAF Cuamba (Conclusão); (ii) DAF Mocimboa da Praia (Obra em curso - fase conclusiva); e (iii) DAF Montepuez (Obra em curso - fase conclusiva)</p>	<p>Sede: (i) a Manutenção e reparação do edifício sede em execução; (ii) Unidades orgânicas da AT (DAII, DGA, IFPFT, Comando Único, CFP-Boane, Assuntos Sociais, Fonte Azul), manutenção e reparação de imóveis, em execução..</p> <p>DRS: Reabilitação de: (i) DAF do 2º Bairro de Maputo; (ii) Posto de Cobrança da Josina Machel – Foram abertas propostas técnicas e financeiras, estando em curso a produção de relatórios técnicos para submissão e aprovação pela entidade competente; (iii) 2 Residências para funcionários em Vilanculos (conclusão) – iniciadas obras de reabilitação de duas Residências incluindo anexos em Vilanculos; (iv) Residência para funcionários em Xai-Xai – está na fase de Procurement;</p> <p>DRC: Reabilitação da DAF de Quelimane - Obra concluída, em funcionamento e aguarda inauguração;</p> <p>DRN: (i) Reabilitação da DAF de Mocimboa da Praia – Obras paralisadas em virtude do incumprimento de pagamento de facturas; (ii) Reabilitação da DAF de Montepuez - Obras paralisadas em virtude do incumprimento de pagamento de facturas. (iii) Reabilitação de residência de funcionários em Angoche - Obras paralisadas em virtude do incumprimento de pagamento de facturas;</p>		DGSC

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade II: EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO				
<i>Objectivo Estratégico 2.1.: Fortalecer, Ampliar e Modernizar a Administração Tributária</i>				
<p>ACT. 7. Construir, adquirir e cablar edifícios, incluindo módulos pré-fabricados para escritórios e residências (Nacional)</p>	<p>AT- Sede: (i) Elaboração do Projecto Executivo da Fronteira da Ponta D'Ouro; e (ii) Construção do Muro de vedação no IFP de Boane FASE II (assinado contrato)</p> <p>DRC: (i) Construção de: Posto Fiscal e de Cobrança de Caia (Conclusão)</p> <p>DRN: Construção de: (i) Posto Fiscal e de Cobrança em Nacala-a-Velha (Obra em curso - fase conclusiva); e (ii) Posto Fiscal e de Cobrança em Ribáue (Obra em curso - fase conclusiva)</p>	<p>Sede: (i) Construção do Muro de vedação no Instituto de Formação Paramilitar de Boane FASE III - a obra encontra-se a 60%, faltando a execução da cofragem, armaduras e betão de elementos estruturais (alguns pilares e viga de coroamento), revestimentos (chapisco, reboco) e pintura do muro. Convém salientar que o atraso verificado é da inteira responsabilidade do Empreiteiro, previsão de conclusão dos trabalhos 31/01/2018;</p> <p>DRC: (i) Posto Fiscal e de Cobrança de Caia - Está em curso trabalhos referentes à reparação de fissuras do muro de vedação; e, (ii) Construção do escritório, guarita e cancela no Posto Fronteiriço de Cuchamano - Em fase de assinatura dos contratos para a construção e fiscalização das obras de construção de escritório, guarita e cancela; (iii) Construção do Posto de Cobrança de Catandica. Obras paralisadas em virtude do incumprimento de pagamento de facturas; (iv) Construção do Posto Fiscal e de Cobrança de Nhamatanda – concluída e aguarda inauguração.</p> <p>DRN: (i) Construção do posto Fiscal e de Cobrança de Nacala Velha - Obras paralisadas em virtude do incumprimento de pagamento de facturas; (ii) Construção do posto Fiscal e de Cobrança de Ribáue – Obras paralisadas em virtude do incumprimento de pagamento de facturas.</p>		DGSC

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para o ano de 2018

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade II: EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO				
Objectivo Estratégico 2.1.: Fortalecer, Ampliar e Modernizar a Administração Tributária				
<p>ACT. 8. Adquirir bens e serviços para garantir o funcionamento efectivo da AT</p>	<p>De acordo com o Plano aprovado pela DGSC</p>	<p>Para garantir o funcionamento efectivo da AT, foi adquirido papel A4 e Tonners e fornecidos a diversas Unidades dos Serviços Centrais da AT e fornecidas refeições para o Asseguramento Geral e diversos eventos realizados na AT, suportados por diversos contratos a adestacar:</p> <p>(i) Contrato nº 01/AT/2017, de Fornecimento de Refeições (Visado a 04.05.17);(ii) Contrato nº 02/AT/2017, Fornecimento de Refeições para Formação e Seminários e Datas Comemorativas na AT (Anotado a 28.03.17); (iii) Contrato nº 08/AT/2017, Fornecimento de Papel A4 para AT (Anotado a 27.04.17); (iv) Contrato nº 04/AT/2017 Fornecimento de Combustíveis e Óleos Lubrificantes para a AT (Visado a 19.05.17); (v) Contrato nº 09/AT/2017, Fornecimento de Toner para a AT, (Anotado a 24.05.17); (vi) Contrato nº 06/AT/2017, Prestação de Serviços de limpeza, jardinagem e fornecimento de artigos de limpeza a AT a nível Central (Visado a 27.03.17); (vii) Contrato nº 19/AT/2016, Fornecimento de Formulários e Livros de Registo de Vendas da AT, (Visado a 31.05.17) (viii) Contrato nº 32/AT/2017, Fornecimento de material de escritório e consumíveis para a AT, Lote II - consumíveis, (Anotado a 14.09.17); (ix) Contrato nº 19/AT/2017, Fornecimento de Carimbos e seus Acessórios para a AT, (Anotado a 02.06.17); (x) Contrato nº 27/AT/2017, Fornecimento de Placas e Identificação para a AT, (Anotado a 19.07.17); e (xi) Contrato nº 27/AT/2017, Produção e fornecimento de crachás para os funcionários da AT, (Anotado a 12.07.17);</p>		<p>DGSC</p>

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade III: PROMOÇÃO DA ÉTICA E INTEGRIDADE INSTITUCIONAIS				
<i>Objectivo Estratégico 3.1.: Elevar os Níveis de Ética e Integridade Institucionais</i>				
<i>Acção Prioritária 3.1.1. Fortificar a implementação da estratégia da ética e integridade institucionais</i>				
<p>ACT. 1. Monitorar o grau de implementação das recomendações das inspecções e auditorias do GCI, IGF e TA bem como das acções de controlo, acompanhamento e apoio na recuperação da receita nas unidades orgânicas</p>	<p>17 visitas de monitoria realizadas, sendo: 7 nos órgãos centrais, 1 na região norte, 1 na região centro e 8 na região sul para aferir “in loco” o ponto de situação das recomendações deixadas pela inspecção interna e externa</p>	<p>Das 17 acções de monitoria programadas (7 nos órgãos centrais, 08 na DCI - Região Sul, 1 na DCI - Região Centro e 1 DCI da Região Norte), foram realizadas as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 7 Órgãos centrais – (i) DF; (ii) UGC-Maputo; (iii) DAF do 1º Bairro, (iv) DAF do 2º Bairro; (v) Secretaria de Despachos da DRS; (vi) TIRO de RG; e (vii) PC da Josina Machel, com nível de realização de 100%; • 6 DCI da Região Sul: (i) DAF da Manhica; (ii) TIAR de Maputo; (iii) TIAUTO-1; (iv) UVC; (v) TIEPO; e (vi) PC do Xipamanine), com nível de realização de 75%. <p>Não foram realizadas 2, uma na DAF-Chókuè e a outra SPA-Gaza,</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 DCI da Região Centro - UGC-Beira, correspondente ao nível de realização de 100%; • 1 DCI da Região Norte – DAF de Nacala, correspondente ao nível de realização de 100%. <p>Foram ainda realizadas 10 acções extra-plano:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 8 pelos órgãos centrais – (i) TIMAR; (ii) DLI; (iii) Alfândegas de Maputo; (iv) DAF da Matola; (v) PC da Machava; (vi) UGC da Matola; (vii) JPEF de Maputo e (viii) DGI; 		GCI

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade III: PROMOÇÃO DA ÉTICA E INTEGRIDADE INSTITUCIONAIS				
<i>Objectivo Estratégico 3.1.: Elevar os Níveis de Ética e Integridade Institucionais</i>				
<p>ACT. 1. (Cont.) Monitorar o grau de implementação das recomendações das inspecções e auditorias do GCI, IGF e TA bem como das acções de controlo, acompanhamento e apoio na recuperação da receita nas unidades orgânicas</p>	<p>17 visitas de monitoria realizadas, sendo: 7 nos órgãos centrais, 1 na região norte, 1 na região centro e 8 na região sul para aferir “in loco” o ponto de situação das recomendações deixadas pela inspecção interna e externa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 1 DCI da Região Centro -PC de Dondo. • 1 DCI da Região Norte - Alfândegas de Nacala. <p>Devido aos constrangimentos orçamentais, não foram realizadas as acções programadas para a Província de Gaza (Direcção da Área Fiscal de Chòkwé e Direcção dos Serviços Provinciais das Alfândegas de Gaza).</p> <p>Dada a redução do tempo exarado pelo Despacho da Exma. Senhora PAT, de 25 para 5 dias, foram enviadas via documental matrizes do Gabinete do Controlo Interno, Inspeção Geral de Finanças e Tribunal Administrativo à Direcção da Área Fiscal de Tete, estando em curso.</p> <p>Quanto as acções extra plano, são monitorias das inspecções realizadas por entidade externa (Inspeção Geral de Finanças e Tribunal Administrativo) que não foi possível programa-las pois, somente no decurso do exercício 2017 é que foram enviados os relatórios finais.</p>		

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade III: PROMOÇÃO DA ÉTICA E INTEGRIDADE INSTITUCIONAIS				
Objectivo Estratégico 3.1.: Elevar os Níveis de Ética e Integridade Institucionais				
<p>ACT. 2. Monitorar o grau de cumprimento das recomendações deixadas pelas inspecções administrativas realizadas em 2016</p>	<p>22 visitas de monitorias nas unidades orgânicas: 3 nos órgãos centrais e 19 nos órgãos regionais (10 no sul, 5 no centro e 4 no norte)</p>	<p>Com intuito de avaliar o grau de cumprimento das recomendações, foram programadas 22 visitas de monitoria, tendo sido realizadas 7, das quais 3 nos órgãos centrais (GCI_m, DF e DCCCCBF, 1 da região sul (Armazém de Leilões de Maputo – B6) e 3 da região norte (DP da AT de Cabo Delgado, UGC de Pemba e DSP de Cabo Delgado), o que corresponde a uma realização de 31,81 %.</p> <p>Devido a constrangimentos orçamentais, as acções programadas para as províncias de Gaza e Inhambane não foram realizadas.</p> <p>Das realizadas, há que destacar que, cerca de 60% das recomendações deixadas foram cumpridas sendo que parte dos 40% relacionadas com questões logística e financeiras, o seu cumprimento depende da intervenção de outras áreas.</p>		
<p>ACT. 3. Realizar workshops, seminários e palestras sobre o processo disciplinar e matérias afins, com enfoque para a operacionalização da instrução de processos disciplinares</p>	<p>1 workshop realizado em cada região do país</p>	<p>Foi elaborado o projecto sobre Procedimento Disciplinar pela GCI e submetido a DIFOR para seguimento em coordenação com a DCL. O mesmo, foi aprovado como actividade prioritária que até ao final do período aguardava a cabimentação orçamental para sua execução</p>		

Actividade	Indicadores	Grau de Realização	Aval.	Respons.
Prioridade III: PROMOÇÃO DA ÉTICA E INTEGRIDADE INSTITUCIONAIS				
<i>Objectivo Estratégico 3.1.: Elevar os Níveis de Ética e Integridade Institucionais</i>				
<i>Acção Prioritária 3.1.2. Implementar, em todos os subsistemas da AT, os modelos de gestão de risco</i>				
<p>ACT. 1. Dar continuidade na concepção do modelo de análise e gestão de riscos na AT</p>	<p>Modelo criado e em funcionamento na AT</p>	<p>Foram concebidos dois módulos do Manual de Gestão de Risco, sendo o primeiro Módulo com as instruções sobre a Identificação de Riscos, acompanhado do respectivo formulário de identificação de risco, que foi difundido para o seu preenchimento pelos sectores e o segundo Módulo com enfoque para Avaliação de Riscos para uso no Gabinete do Controlo Interno. Prevê-se que até 31 de Março de 2018, esteja em funcionamento o modelo análise e gestão de risco;</p> <p>Foram realizadas visitas as unidades orgânicas para o levantamento dos riscos, compilação e mapeamento dos mesmos, com enfoque para as unidades de cobrança da Província e Cidade de Maputo;</p> <p>Foram ainda produzidos 10 pacotes de inteligência baseados em análise do risco, visando municiar as Direcções das Áreas Fiscais de informação de interesse para a recuperação de receita em cerca de 454,01 milhões de MT, bem como a consciencialização de contribuintes, sobre os seus deveres para com o Estado.</p>		<p>GCI</p>

Tabela do Grau de Execução do PAOA 2017 – Acções do Janeiro à Dezembro

Ord.	Grau de Execução	Nº de Indicadores	Peso
1	Execução de 0% até 15%	6	10%
2	Execução acima de 15 % até 75%	33	57%
3	Execução acima de 75%	19	33%
Total		58	100%

PERSPECTIVAS DE ACÇÕES PARA 2018

(i) No âmbito da Cobrança de Receitas

- Cobrar 222.859,68 milhões de MT
- Intensificar acções no IVA de: i) controlo dos faltosos e dos créditos sistemáticos; ii) aumento do número de trabalhos de auditoria e fiscalização tributária, incluindo a fiscalização de mercadorias em circulação e iii) controlo à facturação; e
- Recuperar o montante em dívida de 206,94 milhões de MT; e
- Garantir a correcta e rápida instrução dos pedidos de reembolsos para as unidades de cobrança.

(ii) No âmbito da Expansão do Sistema Tributário

- Registrar 500.000 NUIT, dos quais 15.000 em sede de ISPC;
- Intensificar o trabalho conjunto com o GCIm, nas campanhas de sensibilização, mobilização e divulgação do imposto a nível dos distritos e municípios;
- Intensificar o trabalho conjunto com as DAF e Postos de Cobrança, no capítulo de controlo dos faltosos, no cumprimento das obrigações fiscais, na sensibilização, mobilização e divulgação do imposto;
- Abrir e operacionalizar 03 Postos de Cobrança; e
- Garantir a realização da Reunião Nacional de Planificação das Actividades para 2019.
- Promover mais acções de formação e capacitação dos técnicos nas várias vertentes tributárias, de modo a responder com eficácia aos desafios e exigências das reformas

(iii) No âmbito Da Promoção da Ética e Integridade Institucionais

- Implementar, em todos os subsistemas da AT, os modelos de Gestão de Risco;
- Realizar 25 inspecções técnicas e auditorias internas com vista a verificar o cumprimento da legislação e dos procedimentos;
- Monitorar o grau de implementação das recomendações das inspecções e auditorias do GCI, IGF e TA, em 22 unidades orgânicas;
- Realizar 27 inspecções administrativas, bem como acções de controlo, acompanhamento e apoio no cumprimento da legislação administrativa nas unidades orgânicas;
- Monitorar o grau de cumprimento das recomendações deixadas pelas inspecções administrativas realizadas em 2017, em 14 unidades orgânicas;
- Implementar 55 acções de sensibilização dos funcionários em matéria de “Ética e Integridade” e “Combate à Corrupção” nas unidades orgânicas da AT e,
- Realização 24 acções de investigação e sindicâncias .

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para 2018

ANEXOS

Anexo I. – Cobrança de Receitas, por Unidade de Cobrança de Jan. à Dez. 2017

Valores em Milhões de MT

Descrição	IMPOSTOS INTERNOS					ALFÂNDEGAS					TOTAL AT				
	Meta	Cobrança	Desvio	%	% PIB	Meta	Cobrança	Desvio	%	% PIB	Meta	Cobrança	Desvio	%	% PIB
Cidade de Maputo	98.588,51	109.802,18	11.213,67	111,37%	13,68%	17.963,00	18.025,64	62,64	100,35%	2,25%	116.551,52	127.746,32	11.194,80	109,61%	15,91%
UGC Maputo	61.164,86	64.808,39	3.643,53	105,96%	8,07%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	61.164,86	64.808,39	3.643,53	105,96%	8,07%
Maputo - 1	34.342,07	41.636,71	7.294,64	121,24%	5,19%	17.963,00	18.025,64	62,64	100,35%	2,25%	52.305,07	59.580,82	7.275,75	113,91%	7,42%
Maputo - 2	2.965,41	3.249,08	283,68	109,57%	0,04%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	2.965,41	3.249,11	283,70	109,57%	0,40%
Juizo Maputo	116,17	108,00	-8,17	92,96%	0,01%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	116,17	108,00	-8,17	92,96%	0,01%
Província de Maputo	4.871,14	6.070,51	1.199,37	124,62%	0,76%	22.200,42	17.825,64	-4.374,77	80,29%	2,22%	27.071,56	23.896,16	-3.175,40	88,27%	2,98%
UGC Matola	2.834,49	3.674,55	840,06	129,64%	0,46%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	2.834,49	3.674,55	840,06	129,64%	0,46%
Matola	1.877,82	2.192,08	314,26	116,74%	0,23%	22.200,42	17.825,64	-4.374,77	80,29%	2,22%	24.078,24	20.017,73	-4.060,51	83,14%	2,49%
Manhiça	158,83	203,88	45,05	128,37%	0,03%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	158,83	203,88	45,05	128,37%	0,03%
Província de Gaza	612,23	728,24	116,01	118,95%	0,09%	50,59	50,55	-0,04	99,92%	0,01%	662,82	778,79	115,97	117,50%	0,10%
Xai - Xai	484,14	592,99	108,85	122,48%	0,07%	50,59	50,55	-0,04	99,92%	0,01%	534,73	643,54	108,81	120,35%	0,08%
Chibuto	47,21	39,72	-7,49	84,13%	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	47,21	39,72	-7,49	84,13%	0,00%
Chokwe	80,88	95,53	14,65	118,11%	0,01%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	80,88	95,53	14,65	118,11%	0,01%
Província de Inhambane	951,40	997,32	45,92	104,83%	0,12%	49,33	40,38	-8,95	81,85%	0,01%	1.000,73	1.037,69	36,96	103,69%	0,13%
Inhambane	547,11	648,96	101,86	118,62%	0,08%	38,30	40,38	2,08	105,43%	0,01%	585,40	689,34	103,94	117,75%	0,09%
Vilanculos	380,38	330,43	-49,95	86,87%	0,04%	11,03	0,00	-11,03	0,00%	0,00%	391,41	330,43	-60,98	84,42%	0,04%
Quissico	23,91	17,92	-5,99	74,93%	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	23,91	17,92	-5,99	74,93%	0,00%
Região Sul	105.023,28	117.598,25	12.574,97	111,97%	14,65%	40.263,34	35.942,21	-4.321,13	89,27%	4,48%	145.286,62	153.458,95	8.172,33	105,62%	19,11%
Província de Sofala	5.161,34	5.659,12	497,78	109,64%	0,70%	9.072,06	8.689,77	-382,29	95,79%	1,08%	14.233,39	14.348,88	115,49	100,81%	1,79%
UGC Beira	3.076,61	3.229,40	152,79	104,97%	0,40%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	3.076,61	3.229,39	152,78	104,97%	0,40%
Beira	1.715,77	2.064,34	348,58	120,32%	0,26%	9.072,06	8.689,77	-382,29	95,79%	1,08%	10.787,82	10.754,12	-33,70	99,69%	1,34%
Manga	347,32	343,76	-3,56	98,97%	0,04%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	347,32	343,76	-3,56	98,97%	0,04%
Juizo Beira	21,64	21,61	-0,03	99,88%	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	21,64	21,61	-0,03	99,88%	0,00%
Província de Manica	872,37	1.060,99	188,62	121,62%	0,13%	904,99	1.031,78	126,79	114,01%	0,13%	1.777,36	2.092,76	315,40	117,75%	0,26%
DAF Chimioio	872,37	1.060,99	188,62	121,62%	0,13%	904,99	1.031,78	126,79	114,01%	0,13%	1.777,36	2.092,76	315,40	117,75%	0,26%
Província de Tete	6.582,79	11.820,88	5.238,09	179,57%	1,47%	2.217,54	2.267,52	49,98	102,25%	0,28%	8.800,33	14.088,41	5.288,08	160,09%	1,75%
UGC Tete	5.318,41	10.483,92	5.165,51	197,12%	1,31%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	5.318,41	10.483,92	5.165,51	197,12%	1,31%
DAF Tete	1.264,38	1.336,96	72,59	105,74%	0,17%	2.217,54	2.267,52	49,98	102,25%	0,28%	3.481,91	3.604,49	122,58	103,52%	0,45%
Província da Zambézia	842,44	1.057,57	215,14	125,54%	0,13%	460,08	221,36	-238,72	48,11%	0,03%	1.302,52	1.278,92	-23,60	98,19%	0,16%
Quelimane	661,53	867,49	205,96	131,13%	0,11%	460,08	217,06	-243,03	47,18%	0,03%	1.121,62	1.088,85	-32,77	97,08%	0,14%
Mocuba	105,80	95,30	-10,50	90,07%	0,01%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	105,80	95,29	-10,51	90,07%	0,01%
Gurue	75,11	94,78	19,68	126,20%	0,01%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	75,11	94,78	19,67	126,19%	0,01%
Região Centro	13.458,93	19.598,56	6.139,63	145,62%	2,44%	12.654,66	12.210,43	-444,23	96,49%	1,52%	26.113,60	31.808,98	5.695,38	121,81%	3,96%
Província de Nampula	5.069,80	5.074,81	5,01	100,10%	0,63%	6.460,92	6.990,33	529,41	108,19%	0,87%	11.530,72	12.065,14	534,42	104,63%	1,50%
UGC Nampula	1.471,17	1.712,30	241,13	116,39%	0,21%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	1.471,17	1.712,29	241,12	116,39%	0,21%
Nampula	1.768,55	1.259,96	-508,59	71,24%	0,16%	365,05	643,17	278,12	176,19%	0,08%	2.133,59	1.903,13	-230,46	89,20%	0,24%
Nacala	1.719,91	2.041,47	321,56	118,70%	0,25%	6.095,88	6.347,16	251,28	104,12%	0,79%	7.815,79	8.388,63	572,84	107,33%	1,04%
Angoche	110,17	44,10	-66,07	40,03%	0,01%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	110,17	44,10	-66,07	40,03%	0,01%
Juizo de Nampula	0,00	16,99	16,99	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	16,99	16,99	0,00%	0,00%
Província de Cabo Delgado	2.315,96	3.461,43	1.145,46	149,46%	0,43%	656,03	856,81	200,78	0,00%	0,11%	2.971,99	4.318,24	1.346,25	145,30%	0,54%
UGC Pemba	1.753,90	2.769,03	1.015,13	157,88%	0,34%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	1.753,90	2.769,03	1.015,13	157,88%	0,34%
Pemba	443,56	556,39	112,84	125,44%	0,07%	634,27	845,09	210,82	133,24%	0,11%	1.077,83	1.401,49	323,66	130,03%	0,17%
Montepuez	90,61	108,42	17,81	119,65%	0,01%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	90,61	108,42	17,81	119,65%	0,01%
Moc. Praia	27,90	27,59	-0,31	98,88%	0,00%	21,75	11,72	-10,04	53,86%	0,00%	49,65	39,30	-10,35	79,16%	0,00%
Província de Niassa	397,24	481,68	84,44	121,26%	0,06%	33,33	38,77	5,45	116,35%	0,00%	430,57	520,46	89,89	120,88%	0,06%
Lichinga	355,16	431,93	76,77	121,62%	0,05%	27,80	36,81	9,01	132,41%	0,00%	382,96	468,74	85,78	122,40%	0,06%
Cuamba	42,08	49,75	7,67	118,22%	0,01%	5,53	1,97	-3,56	35,60%	0,00%	47,61	51,72	4,11	108,63%	0,01%
Região Norte	7.783,00	9.017,92	1.234,92	115,87%	1,12%	7.150,28	7.885,91	735,63	110,29%	0,98%	14.933,28	16.903,83	1.970,55	113,20%	2,11%
TOTAL	126.265,22	146.214,73	19.949,51	115,80%	18,21%	60.068,28	56.038,55	-4.029,73	93,29%	6,98%	186.333,50	202.171,76	15.838,26	108,50%	25,18%

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro a Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para 2018

Anexo II. – Cobrança de Receitas, por Rúbricas de Jan. à Dez. 2017

Valores em Milhões de MT

Descrição	Posição Janeiro-Dezembro, até ao dia 31 (Orçamental)										
	2016					2017					Diferença da % de Realiz.
	Programa	Cobrança	Desvio	Estrutura	% de Realiz.	Programa	Cobrança	Desvio	Estrutura	% de Realiz.	
Receitas Totais	165.540,95	177.040,50	11.499,55	100,00%	106,95%	186.333,50	202.171,76	15.838,26	100,00%	108,50%	1,55%
Receitas Correntes	162.153,55	170.898,00	8.744,46	96,53%	105,39%	183.147,09	186.153,97	3.006,88	92,08%	101,64%	-3,75%
Receitas Fiscais	144.448,36	147.950,21	3.501,86	83,57%	102,42%	154.679,38	161.902,14	7.222,76	80,08%	104,67%	2,25%
Impostos Sobre os Rendimentos	65.046,69	64.273,02	-773,67	36,30%	98,81%	69.964,49	76.718,63	6.754,13	37,95%	109,65%	10,84%
IRPC	40.401,32	36.682,45	-3.718,87	20,72%	90,80%	45.768,57	46.085,38	316,81	22,80%	100,69%	9,90%
IRPS	24.108,67	26.858,31	2.749,64	15,17%	111,41%	23.506,97	29.664,64	6.157,67	14,67%	126,20%	14,79%
Imposto Especial s/ jogo	85,94	151,45	65,51	0,09%	176,22%	0,00	149,84	149,84	0,07%	0,00%	-176,22%
Taxa Liberatória das Zonas Francas	450,75	580,81	130,06	0,33%	128,85%	688,96	818,77	129,81	0,40%	118,84%	-10,01%
Impostos Sobre Bens e Serviços	74.466,50	78.165,57	3.699,07	44,15%	104,97%	81.566,48	77.829,27	-3.737,20	38,50%	95,42%	-9,55%
IVA	48.406,99	59.104,37	10.697,38	33,38%	122,10%	56.274,14	58.517,21	2.243,07	28,94%	103,99%	-18,11%
IVA nas operações internas	19.157,34	28.199,37	9.042,02	15,93%	147,20%	22.650,34	26.049,82	3.399,48	12,88%	115,01%	-32,19%
IVA na importação	29.249,65	30.905,00	1.655,35	17,46%	105,66%	33.623,80	32.467,39	-1.156,41	16,06%	96,56%	-9,10%
Reembolso IVA 16%	0,00	-9.456,70	-9.456,70	-5,34%	0,00%	0,00	-9.362,84	-9.362,84	-4,63%	0,00%	0,00%
ICE Produção Nacional	5.146,18	3.701,96	-1.444,22	2,09%	71,94%	3.802,26	3.789,13	-13,13	1,87%	99,65%	27,72%
Cerveja	2.598,15	2.801,59	203,44	1,58%	107,83%	2.631,79	2.848,75	216,96	1,41%	108,24%	0,41%
Tabaco	1.545,04	480,43	-1.064,61	0,27%	31,09%	670,14	555,16	-114,98	0,27%	82,84%	51,75%
Outras Bebidas Alcoólicas	1.002,99	419,94	-583,05	0,24%	41,87%	500,33	385,22	-115,11	0,19%	76,99%	35,12%
ICE Produtos Importados	6.995,32	3.019,98	-3.975,33	1,71%	43,17%	6.241,99	3.052,15	-3.189,84	1,51%	48,90%	5,73%
Imposto s/ Comércio Externo	13.918,01	12.339,26	-1.578,75	6,97%	88,66%	15.248,09	12.470,78	-2.777,31	6,70%	81,79%	-6,87%
Direitos Aduaneiros	13.918,01	12.067,82	-1.850,20	7,06%	86,71%	15.248,09	12.281,72	-2.966,37	6,07%	80,55%	-6,16%
Sobretaxa	0,00	271,44	271,44	0,15%	0,00%	0,00	189,06	189,06	0,09%	0,00%	0,00%
Outros Impostos	4.935,16	5.511,63	576,46	3,11%	111,68%	3.148,40	7.354,23	4.205,83	3,64%	233,59%	121,91%
Imposto do Selo	1.303,21	1.708,86	405,65	0,97%	131,13%	1.327,48	2.289,93	962,45	1,13%	172,50%	41,37%
Imposto sobre Veículos	3,31	3,65	0,33	0,00%	110,10%	3,73	1,99	-1,74	0,00%	53,33%	-56,77%
Licença de Pesca	0,00	35,27	35,27	0,02%	#DIV/0!	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Imposto sobre a Produção	896,96	1.224,84	327,87	0,69%	136,55%	850,24	2.702,90	1.852,66	1,34%	317,90%	181,35%
Royalties e Imposto de Superfície	70,89	57,87	-13,01	0,03%	81,64%	64,40	88,30	23,90	0,04%	137,11%	55,47%
Royalties	0,75	2,30	1,55	0,00%	307,34%	8,52	0,00	-8,52	0,00%	0,02%	-307,32%
Imposto de Superfície	70,14	55,58	-14,56	0,03%	79,24%	55,88	88,30	32,42	0,04%	158,02%	78,78%
Taxa sobre os Combustíveis	2.026,10	2.061,36	35,26	1,16%	101,74%	0,00	1.736,56	1.736,56	0,86%	0,00%	-101,74%
Outros	442,96	198,10	-244,86	0,11%	44,72%	748,06	301,29	-446,77	0,15%	40,28%	-4,45%
ISPC	191,73	221,67	29,94	0,13%	115,61%	154,50	233,26	78,76	0,12%	150,98%	35,37%
Receitas Não Fiscais	9.664,28	11.202,46	1.538,18	6,33%	115,92%	18.095,16	8.773,59	-9.321,58	4,34%	48,49%	-67,43%
Taxas Diversas de Serviços	1.846,69	1.584,99	-261,70	0,90%	85,83%	2.985,37	2.643,91	-341,46	1,31%	88,56%	2,73%
Compensação Apos. E Pens. Sobrev.	117,99	2.273,47	2.155,48	1,28%	1926,77%	45,00	1.093,65	1.048,65	0,54%	2430,32%	503,55%
Receitas Próprias	4.733,55	6.646,42	1.912,87	3,75%	140,41%	7.498,39	4.326,81	-3.171,58	2,14%	57,70%	-82,71%
Central	3.489,29	5.484,93	1.995,65	3,10%	157,19%	5.105,07	4.326,81	-778,26	2,14%	84,76%	-72,44%
Provincial	848,45	943,11	94,66	0,53%	111,16%	1.734,91	0,00	-1.734,91	0,00%	0,00%	-111,16%
Distritos	395,81	218,37	-177,43	0,12%	55,17%	658,41	0,00	-658,41	0,00%	0,00%	-55,17%
Outras	2.966,05	697,58	-2.268,47	0,39%	23,52%	7.566,40	709,22	-6.857,18	0,35%	9,37%	-14,15%
Receitas Consignadas	8.040,91	11.745,33	3.704,42	6,63%	146,07%	10.372,55	15.478,25	5.105,70	7,66%	149,22%	3,15%
Taxa sobre os Combustíveis (consign)	3.503,37	5.582,95	2.079,58	3,15%	159,36%	4.825,43	4.548,90	-276,52	2,25%	94,27%	-65,09%
Taxa de Serviços Aduaneiros	130,35	170,51	40,16	0,10%	130,81%	406,10	163,19	-242,92	0,08%	40,18%	-90,62%
Taxa de Sobrevalor. da Madeira	56,99	1.098,03	1.041,05	0,62%	1926,87%	40,00	2.948,70	2.908,70	1,46%	7371,75%	5444,88%
Taxa de Sobrevalor. da Castanha de C	58,02	199,37	141,35	0,11%	343,61%	75,00	1.047,54	972,54	0,52%	1396,72%	1053,11%
Outras	4.292,19	4.694,47	402,28	2,65%	109,37%	5.026,02	6.769,92	1.743,90	3,35%	134,70%	25,33%
Receitas de Capital	3.387,40	6.142,50	2.755,09	0,03	1,81	3.186,41	16.017,79	12.831,38	7,92%	502,69%	321,36%

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro a Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para 2018

Anexo III. – Cobrança de Receitas dos Impostos Internos de Jan. à Dez. 2017

Valores em Milhões de MT

Descrição	Posição de Janeiro a Dezembro, até ao dia 31 (Orçamental)										
	2016					2017					Diferença da % de Realiz.
	Programa	Cobrança	Desvio	Estrutura	% de Realiz.	Programa	Cobrança	Desvio	Estrutura	% de Realiz.	
Receitas Totais	109.633,14	125.427,09	15.793,94	100,00%	114,41%	126.265,22	146.133,16	19.867,95	100,00%	115,74%	1,33%
Receitas Correntes	106.245,74	119.284,59	13.038,85	95,10%	112,27%	123.078,80	130.115,37	7.036,57	89,04%	105,72%	-6,56%
Receitas Fiscais	89.137,00	97.968,00	8.831,00	78,11%	109,91%	95.763,19	110.110,26	14.347,08	75,35%	114,98%	5,07%
Impostos Sobre os Rendimentos	65.046,69	64.273,02	-773,67	51,24%	98,81%	69.964,49	76.718,61	6.754,11	52,50%	109,65%	10,84%
IRPC	40.401,32	36.682,45	-3.718,87	29,25%	90,80%	45.768,57	46.085,38	316,81	31,54%	100,69%	9,90%
IRPS	24.108,67	26.858,31	2.749,64	21,41%	111,41%	23.506,97	29.664,64	6.157,67	20,30%	126,20%	14,79%
Imposto Especial s/ jogo	85,94	151,45	65,51	0,12%	176,22%	0,00	149,84	149,84	0,10%	0,00%	-176,22%
Taxa Liberatória das Zonas Francas	450,75	580,81	130,06	0,46%	128,85%	688,96	818,75	129,79	0,56%	118,84%	-10,01%
Impostos Sobre Bens e Serviços	19.157,34	28.199,37	9.042,02	22,48%	147,20%	22.650,34	26.049,82	3.399,49	17,83%	115,01%	-32,19%
IVA	19.157,34	28.199,37	9.042,02	22,48%	147,20%	22.650,34	26.049,82	3.399,49	17,83%	115,01%	-32,19%
IVA nas operações internas	19.157,34	28.199,37	9.042,02	22,48%	147,20%	22.650,34	26.049,82	3.399,49	17,83%	115,01%	-32,19%
Outros Impostos	4.932,96	5.495,62	562,65	4,38%	111,41%	3.148,35	7.341,83	4.193,48	5,02%	233,20%	121,79%
Imposto do Selo	1.303,21	1.708,86	405,65	1,36%	131,13%	1.327,48	2.289,93	962,45	1,57%	172,50%	41,37%
Imposto sobre Veículos	3,31	3,65	0,33	0,00%	110,10%	3,73	1,98	-1,75	0,00%	52,98%	-57,12%
Licença de Pesca	0,00	35,27	35,27	0,03%	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Imposto sobre a Produção	896,96	1.224,84	327,87	0,98%	136,55%	850,24	2.702,90	1.852,66	1,85%	317,90%	181,35%
Royalties e Imposto de Superfície	70,89	57,87	-13,01	0,05%	81,64%	64,40	88,30	23,90	0,06%	137,12%	55,47%
Royalties	0,75	2,30	1,55	0,00%	307,34%	8,52	0,00	-8,52	0,00%	0,02%	-307,32%
Imposto de Superfície	70,14	55,58	-14,56	0,04%	79,24%	55,88	88,30	32,42	0,06%	158,02%	78,78%
Taxa sobre os Combustíveis	2.026,10	2.061,36	35,26	1,64%	101,74%	0,00	1.736,56	1.736,56	1,19%	0,00%	-101,74%
Diversos	440,76	182,09	-258,67	0,15%	41,31%	748,01	288,90	-459,11	0,20%	38,62%	-2,69%
ISPC	191,73	221,67	29,94	0,18%	115,61%	154,50	233,26	78,76	0,16%	150,98%	35,37%
Receitas Não Fiscais	9.313,19	11.053,37	1.740,18	8,81%	118,69%	17.504,57	8.694,10	-8.810,48	5,95%	49,67%	-69,02%
Taxas Diversas de Serviços	1.538,82	1.435,89	-102,93	1,14%	93,31%	2.394,79	2.564,41	169,62	1,75%	107,08%	13,77%
Compensação Apos. E Pens. Sobrev.	117,99	2.273,47	2.155,48	1,81%	1926,77%	45,00	1.093,65	1.048,65	0,75%	2430,32%	503,55%
Receitas Próprias	4.733,55	6.646,42	1.912,87	5,30%	140,41%	7.498,39	4.326,81	-3.171,58	2,96%	57,70%	-82,71%
Central	3.489,29	5.484,93	1.995,65	4,37%	157,19%	5.105,07	4.326,81	-778,26	2,96%	84,76%	-72,44%
Provincial	848,45	943,11	94,66	0,75%	111,16%	1.734,91	0,00	-1.734,91	0,00%	0,00%	-111,16%
Distritos	395,81	218,37	-177,43	0,17%	55,17%	658,41	0,00	-658,41	0,00%	0,00%	-55,17%
Diversos	2.922,83	697,58	-2.225,25	0,56%	23,87%	7.566,40	709,23	-6.857,17	0,49%	9,37%	-14,49%
Receitas Consignadas	7.795,55	10.263,22	2.467,67	8,18%	131,65%	9.811,04	11.311,01	1.499,97	7,74%	115,29%	-16,37%
Taxa sobre os Combustíveis (consignada)	3.503,37	5.582,95	2.079,58	4,45%	159,36%	4.825,43	4.548,90	-276,52	3,11%	94,27%	-65,09%
Diversos	4.292,19	4.680,27	388,08	3,73%	109,04%	4.985,62	6.762,11	1.776,49	4,63%	135,63%	26,59%
Receitas de Capital	3.387,40	6.142,50	2.755,09	4,90%	181,33%	3.186,41	16.017,79	12.831,38	10,96%	502,69%	321,36%
Rendimentos do Património do Estado	0,00	67,67	67,67	0,05%	0,00%	3.186,41	103,61	-3.082,80	0,07%	3,25%	0,00%
Receitas de Dividendos	200,00	3.333,22	3.133,22	2,66%	1666,61%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	-1666,61%
Receitas de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Diversos	3.187,40	2.741,61	-445,79	2,19%	86,01%	0,00	15.914,18	15.914,18	10,89%	0,00%	-86,01%
Taxa sobre os Combustíveis	5.529,47	7.644,31	2.114,84	6,09%	138,25%	4.825,43	6.285,46	1.460,04	4,30%	130,26%	-7,99%

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro a Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para 2018

Anexo IV. – Cobrança de Receitas dos Impostos sobre o Comércio Externo de Jan. à Dez. 2017

Valores em Milhões de MT

Descrição	Posição Janeiro- Dezembro , até ao dia 31 (Orçamental)										
	2016					2017					Diferença da % de Realiz.
	Programa	Cobrança	Desvio	Estrutura	% de Realiz.	Programa	Cobrança	Desvio	Estrutura	% de Realiz.	
Receitas Correntes	55.907,79	51.613,41	-4.294,38	100,00%	92,32%	60.068,28	56.039,18	-4.029,10	100,00%	93,29%	0,97%
Receitas Fiscais	55.311,36	49.982,21	-5.329,15	96,84%	90,37%	58.916,19	51.792,44	-7.123,75	92,42%	87,91%	-2,46%
Impostos s/ Bens e Serviços	55.309,16	49.966,20	-5.342,96	96,81%	90,34%	58.916,14	51.780,04	-7.136,10	92,40%	87,89%	-2,45%
IVA	29.249,65	30.905,00	1.655,35	59,88%	105,66%	33.623,80	32.467,98	-1.155,82	57,94%	96,56%	-9,10%
IVA na importação	29.249,65	30.905,00	1.655,35	59,88%	105,66%	33.623,80	32.467,98	-1.155,82	57,94%	96,56%	-9,10%
ICE Produção Nacional	5.146,18	3.701,96	-1.444,22	7,17%	71,94%	3.802,26	3.789,13	-13,13	6,76%	99,65%	27,72%
Cerveja	2.598,15	2.801,59	203,44	5,43%	107,83%	2.631,79	2.848,75	216,96	5,08%	108,24%	0,41%
Tabaco	1.545,04	480,43	-1.064,61	0,93%	31,09%	670,14	555,16	-114,98	0,99%	82,84%	51,75%
Outras Bebidas Alcoólicas	1.002,99	419,94	-583,05	0,81%	41,87%	500,33	385,22	-115,11	0,69%	76,99%	35,12%
ICE Produtos Importados	6.995,32	3.019,98	-3.975,33	5,85%	43,17%	6.241,99	3.052,15	-3.189,84	5,45%	48,90%	5,73%
Imposto s/ Comércio Externo	13.918,01	12.339,26	-1.578,75	23,91%	88,66%	15.248,09	12.470,78	-2.777,31	22,25%	81,79%	-6,87%
Direitos Aduaneiros	13.918,01	12.067,82	-1.850,20	23,38%	86,71%	15.248,09	12.281,72	-2.966,37	21,92%	80,55%	-6,16%
Sobretaxa	0,00	271,44	271,44	0,53%	0,00%	0,00	189,06	189,06	0,34%	0,00%	0,00%
Outros Impostos	2,20	16,01	13,81	0,03%	727,75%	0,05	12,40	12,35	0,02%	24905,34%	24177,58%
Imposto sobre Comércio Marítimo	0,91	0,05	-0,86	0,00%	5,96%	0,02	0,04	0,02	0,00%	179,89%	173,93%
Imposto de Farolagem	1,17	0,13	-1,04	0,00%	11,19%	0,01	0,02	0,01	0,00%	177,98%	166,79%
Imposto de Tonelagem	0,12	0,00	-0,12	0,00%	0,00%	0,02	0,00	-0,02	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00	15,82	15,82	0,03%	0,00%	0,00	12,34	12,34	0,02%	0,00%	0,00%
Receitas Não Fiscais	351,08	149,10	-201,98	0,29%	42,47%	590,59	79,50	-511,09	0,14%	13,46%	-29,01%
Taxas Diversas de Serviços	351,08	149,10	-201,98	0,29%	42,47%	590,59	79,50	-511,09	0,14%	13,46%	-29,01%
Receitas Consignadas	245,36	1.482,11	1.236,75	2,87%	604,06%	561,50	4.167,24	3.605,74	7,44%	742,16%	138,09%
Taxa de Serviços Aduaneiros	130,35	170,51	40,16	0,33%	130,81%	406,10	163,19	-242,92	0,29%	40,18%	-90,62%
Taxa de Sobrevalor da Madeira	56,99	1.098,03	1.041,05	2,13%	1926,87%	40,00	2.948,70	2.908,70	5,26%	7371,75%	5444,88%
Taxa de Trânsito Aduaneiro	0,00	14,20	14,20	0,03%	0,00%	40,40	7,82	-32,58	0,01%	19,36%	19,36%
Taxa de Sobrevalor. da Castanha de Cajú	58,02	199,37	141,35	0,39%	343,61%	75,00	1.047,54	972,54	1,87%	1396,72%	1053,11%

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para 2018

Anexo V – Registo de NUIT de Jan. à Dez. 2017 por Unidade de Cobrança desde 1999

ANEXO 2- Mapa ilustrativo de registo fiscal de pessoas singulares e colectivas durante o período de 1999 a 31 de Dezembro de 2017

DAF	Registos de 2016			Programa de Janeiro a			Registos até 31 de			Grau de Realização %			Reg. de 1999 a 31/12/17		
	Sing.	Colec.	Total	Sing.	Colec.	Total	Sing.	Colec.	Total	Sing.	Colec.	Total	Sing.	Colec.	Total
Lichinga	10.618	217	10.835	10.618	217	10.835	9.867	91	9.958	92,93%	41,94%	91,91%	139.257	1.027	140.284
Cuamba	7.907	161	8.068	7.907	161	8.068	4.198	28	4.226	53,09%	17,39%	52,38%	58.964	280	59.244
Mandimba	2.711	55	2.766	2.711	55	2.766	1.458	5	1.463	53,78%	9,09%	52,89%	6.349	12	6.361
Metangula	1.356	28	1.384	1.356	28	1.384	943	1	944	69,54%	3,57%	68,21%	4.452	16	4.468
Total da Prov. de Niassa	22.592	461	23.053	22.592	461	23.053	16.466	125	16.591	72,88%	27,11%	71,97%	209.022	1.335	210.357
Pemba	22.490	459	22.949	22.490	459	22.949	14.607	345	14.952	64,95%	75,16%	65,15%	211.822	3.009	214.831
Montepuez	6.797	139	6.936	6.797	139	6.936	4.360	76	4.436	64,15%	54,68%	63,96%	45.914	461	46.375
Mocimboa da Praia	9.746	199	9.945	9.746	199	9.945	6.681	84	6.765	68,55%	42,21%	68,02%	119.326	482	119.808
UGC de Pemba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%	8	90	98
Total da Prov. de C. Delgado	39.033	797	39.830	39.033	797	39.830	25.648	505	26.153	65,71%	63,36%	65,66%	377.070	4.042	381.112
Nampula	37.464	765	38.229	37.464	765	38.229	30.682	690	31.372	81,90%	90,20%	82,06%	381.797	4.621	386.418
Angoche	2.453	50	2.503	2.453	50	2.503	2.536	37	2.573	103,38%	74,00%	102,80%	42.597	571	43.168
Nacala	25.490	520	26.010	25.490	520	26.010	11.313	216	11.529	44,38%	41,54%	44,33%	153.619	2.297	155.916
Monapo	2.820	58	2.878	2.820	58	2.878	905	15	920	32,09%	25,86%	31,97%	7.287	66	7.353
UGC de Nampula	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%	65	140	205
Total da Prov. de Nampula	68.227	1.393	69.620	68.227	1.393	69.620	45.436	958	46.394	66,60%	68,77%	66,64%	585.365	7.695	593.060
Total Regional Norte	129.852	2.651	132.503	129.852	2.651	132.503	87.550	1.588	89.138	67,42%	59,90%	67,27%	1.171.457	13.072	1.184.529
Quelimane	18.750	383	19.133	18.750	383	19.133	11.693	305	11.998	62,36%	79,63%	62,71%	198.691	3.655	202.346
Gurué	6.730	137	6.867	6.730	137	6.867	3.155	207	3.362	46,88%	151,09%	48,96%	51.025	961	51.986
Mocuba	12.019	245	12.264	12.019	245	12.264	3.277	206	3.483	27,27%	84,08%	28,40%	82.617	1.463	84.080
Morrumbala	3.846	78	3.924	3.846	78	3.924	715	39	754	18,59%	50,00%	19,22%	7.474	119	7.593
Moepia	2.404	49	2.453	2.404	49	2.453	485	4	489	20,17%	8,16%	19,93%	3.739	18	3.757
Nicoadala	4.327	88	4.415	4.327	88	4.415	1.652	111	1.763	38,18%	126,14%	39,93%	9.230	149	9.379
Total da Prov. da Zambézia	48.076	980	49.056	48.076	980	49.056	20.977	872	21.849	43,63%	88,98%	44,54%	352.776	6.365	359.141
Tete (DAF)	26.642	544	27.186	26.642	544	27.186	20.461	556	21.017	76,80%	102,21%	77,31%	271.996	5.071	277.067
Zumbo	795	16	811	795	16	811	3	2	5	0,38%	12,50%	0,62%	772	5	777
Zóbué	1.590	32	1.622	1.590	32	1.622	142	10	152	8,93%	31,25%	9,37%	3.092	54	3.146
Xitima	795	16	811	795	16	811	170	22	192	21,38%	137,50%	23,67%	867	42	909
Mutarara	3.976	81	4.057	3.976	81	4.057	436	5	441	10,97%	6,17%	10,87%	4.631	19	4.650
Changara	1.193	24	1.217	1.193	24	1.217	46	10	56	3,86%	41,67%	4,60%	1.544	36	1.580
Ulongue	4.772	97	4.869	4.772	97	4.869	1.439	108	1.547	30,16%	111,34%	31,77%	11.495	134	11.629
UGC de Tete	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%	19	104	123
Total da Prov. de Tete	39.763	810	40.573	39.763	810	40.573	22.697	713	23.410	57,08%	88,02%	57,70%	294.416	5.465	299.881
Chimoio (DAF)	27.574	563	28.137	27.574	563	28.137	22.045	300	22.345	79,95%	53,29%	79,42%	260.051	3.885	263.936
Manica	3.987	81	4.068	3.987	81	4.068	2.027	62	2.089	50,84%	76,54%	51,35%	11.047	244	11.391
Inchope	1.661	34	1.695	1.661	34	1.695	1.034	14	1.048	62,25%	41,18%	61,83%	4.907	65	4.972
Total da Prov. de Manica	33.222	678	33.900	33.222	678	33.900	25.106	376	25.482	75,57%	55,46%	75,17%	276.105	4.194	280.299
1º Bairro da Beira	21.844	446	22.290	21.844	446	22.290	13.762	480	14.242	63,00%	107,62%	63,89%	250.279	4.571	254.850
Manga	35.193	718	35.911	35.193	718	35.911	17.944	197	18.141	50,99%	27,44%	50,52%	209.414	2.094	211.508
UGC Beira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%	39	201	240
Marromeu	3.640	74	3.714	3.640	74	3.714	1.947	9	1.956	53,49%	12,16%	52,67%	8.040	28	8.068
Total da Prov. de Sofala	60.677	1.238	61.915	60.677	1.238	61.915	33.653	686	34.339	55,46%	55,41%	55,46%	467.772	6.894	474.666
Total Regional Centro	181.738	3.706	185.444	181.738	3.706	185.444	102.433	2.647	105.080	56,36%	71,42%	56,66%	1.391.069	22.918	1.413.987
Inhambane	8.526	174	8.700	8.526	174	8.700	4.093	147	4.240	48,01%	84,48%	48,74%	110.569	1.998	112.567
Quissico	5.039	103	5.142	5.039	103	5.142	3.190	22	3.212	63,31%	21,36%	62,47%	78.269	449	78.718
Vilanculos	4.075	83	4.158	4.075	83	4.158	3.059	72	3.131	75,07%	86,75%	75,30%	75.050	1.207	76.257
Maxixe	11.629	237	11.866	11.629	237	11.866	8.605	46	8.651	74,00%	19,41%	72,91%	118.665	748	119.413
Massinga	3.101	63	3.164	3.101	63	3.164	4.307	42	4.349	138,89%	66,67%	137,45%	29.236	135	29.371
Inhassoro	1.163	24	1.187	1.163	24	1.187	1.361	19	1.380	117,02%	79,17%	116,26%	7.961	179	8.140
Total da Prov. de Inhambane	33.533	684	34.217	33.533	684	34.217	24.615	348	24.963	73,41%	50,88%	72,95%	419.750	4.716	424.466
Xai Xai	5.086	104	5.190	5.086	104	5.190	12.587	103	12.690	247,48%	99,04%	244,51%	157.837	1.678	159.515
Chibuto	3.020	62	3.082	3.020	62	3.082	3.592	44	3.636	118,94%	70,97%	117,98%	33.394	303	33.697
Chokwé	5.881	120	6.001	5.881	120	6.001	8.497	187	8.684	144,48%	155,83%	144,71%	78.037	993	79.030
Bilene	1.113	23	1.136	1.113	23	1.136	2.402	20	2.422	215,81%	86,96%	213,20%	7.018	63	7.081
Macia	794	16	810	794	16	810	507	2	509	63,85%	12,50%	62,84%	1.314	4	1.318
Total da Província de Gaza	15.894	325	16.219	15.894	325	16.219	27.585	356	27.941	173,56%	109,54%	172,27%	277.600	3.041	280.641
Matola	53.661	1.095	54.756	53.661	1.095	54.756	23.663	1.011	24.674	44,10%	92,33%	45,06%	441.879	7.931	449.810
Magude	3.275	67	3.342	3.275	67	3.342	1.286	8	1.294	39,27%	11,94%	38,72%	17.637	99	17.736
Namaacha	4.483	91	4.574	4.483	91	4.574	2.208	21	2.229	49,25%	23,08%	48,73%	10.633	47	10.680
Manhiça	9.196	188	9.384	9.196	188	9.384	5.714	35	5.749	62,14%	18,62%	61,26%	66.738	451	67.189
Machava	23.239	474	23.713	23.239	474	23.713	11.337	292	11.629	48,78%	61,60%	49,04%	202.543	2.061	204.604
UGC da Matola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%	7	228	235
Total da Prov. de Maputo	93.854	1.915	95.769	93.854	1.915	95.769	44.208	1.367	45.575	47,10%	71,38%	47,59%	739.437	10.817	750.254
1º Bairro de Maputo	22.733	464	23.197	22.733	464	23.197	8.227	1.929	10.156	36,19%	415,73%	43,78%	128.578	22.234	150.812
2º Bairro de Maputo	63.077	1.287	64.3												

*Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para 2018*

Anexo VI: Matriz das Capacitações e Formações

ORD	CAPACITAÇÃO (a)	FORMAÇÃO (b)	PALESTRA (c)	BENEFICIÁRIOS
REGIÃO SUL				
1	Gestão - Moamba no dia 13 de Fevereiro - ISFET	Selagem de Bebidas Alcoólicas e Tabaco Manufacturado - 13 a 15 de Março	Hammonização de Procedimentos nas Acções de Fiscalização: Fiscalização à Facturação” - 11 de Maio.	a) Delegados Provinciais da AT ; b) 48 funcionários ; c) 107 funcionários
2	Gestão e Liderança - de 13 a 17 de Março de 2017;	Auditoria, no âmbito do Projecto sobre Assistência Técnica e Cooperação da Agência Fiscal da Suécia - 29 de Março a 5 de Abril;	Procedimento de Fiscalização;	a) 40 funcionários que exercem cargos de Direcção e Chefia, b) 19 funcionários da DAI e DAF da Matola e do 2º Bairro de Maputo, de c) 113 colaboradores da AT
3	Janela Única Electrónica	Desenvolvimento de Gestão e Liderança promovida pelo FMI	Inovações Introduzidas ao Sistema e-Tributação;	a) 19 funcionários da DAI, DTIC e GCI; b) 51 funcionários que exercem cargos de DGs Adjuntos e DS. c) 50 colaboradores da AT
4	Sistema Integrado de Gestão da AT de Moçambique	Janela Única Electrónica	Crime Fiscal;	a) 13 Gestores; b) 19 funcionários da DAI, DTIC e GCI; c) 92 colaboradores da AT;
5		Fiscalização	Ergonomia-Higiene e Segurança no Trabalho;	a) Destinada a 125 Chefes de Divisão e Equiparados tendo tido um nível de participação de uma média de 50 funcionários; c) 88 funcionários da AT;
6			Tributação de Recursos Minerais e Petrolíferos de Moçambique	76 colaboradores da AT;
7		Noções Básicas de Petróleo e Gás		19 funcionários da AT de nível central;
8	Anticontrafacção de produtos da Colgate Palmolive			32 funcionários
CENTRO				
1	Matérias de Gestão de Recursos Humanos e Liderança - 18 de Maio de 2017	Formação no âmbito da Campanha de Educação Fiscal- Lei do Desporto e Lei Mecenato;		a) 20 formandos no IFPFT b) 27 funcionários da Delegação Provincial de Sofala
2	Matérias de Facturação de Mercadorias em Circulação;	i) Formação sobre Perfil de Gestão;		a) 188 formandos no IFPFT
3	Fiscalização Pós-desembaraço;	ii) Execução Financeira Orçamental;		b) (i) 16; (ii) 9; (iii) 18; beneficiários da Delegação Provincial de Sofala;
4	Segredo do Estado;	iii) Processo Disciplinar.		
5	Relações Publicas;			
6	Ética e Deontologia Profissional;			
7	Gestão de Finanças Domésticas, Identificação de Produtos Contrafeitos;			
8	Sistema Nacional de Arquivo do Estado (SNAE);			
9	Corrupção e Conflito de Interesse;			
10	Tributação dos Rendimentos de 1ª Categoria			a) 65 Membros e Associados da Associação Comercial da Beira (ACB)
NORTE				
1	Sistema Tributário Nacional;	Dívida Tributária;	Violência doméstica;	a) 129 beneficiário
2	Tributação – Impostos externos;	Selagem de Bebidas Alcoólicas e Tabaco Manufacturado;	Profissional do Sec. XXI;	b) 1.058 beneficiários
3	Procedimentos da Fiscalização Aduaneira e Tributária;	Fiscalidade;	Logística do transporte do carvão e o sistema de Manutenção da ferrovia;	
4	Estudos de Legislação Genérica;	Estudo de Legislação: Decreto 30/2006 de 30 de Agosto	Divulgação do SNAE (Gestão Documental) e da Lei de Direito de Informação;	
5	Papel do professor na facturação do IVA –	Verificação não intrusiva;	Saúde Publica, Doenças Cardiovasculares ocorridas nas três Delegações da AT sediadas na Região	
6	JUE - Janela Única Eletrónica;	Estudos de Legislação Genérica;		a) 7 beneficiários - Mnet - Nacala;
7	Contabilidade para a Fiscalidade;	JUE - Janela Única Electrónica;		a) 65 beneficiários - IFPFT-Nacala
8	Ética e Deontologia Profissional dos Contabilistas;	Estudos de Legislação Especifica (EGFAE);		a) 37 beneficiários ;
9	Estudos de Legislação Genérica – Em todas Unidades Orgânicas da Delegação da AT de Niassa.	JUE - Operacionalização específica – Busca de dados;		a) 36 beneficiários;
10	Crimes de Corrupção			31 Funcionários da DRN – Sede, Alfandegas e DAF Nacala
11	Sistema Tributário Moçambicano			20 Funcionários e membros do Governo distrital de Chiure na Prov. de C. Delgado

Anexo VII- Matriz dos Dispositivos Legais Aprovados

Ordem	Dispositivos Legais Aprovados	Observação
1.	Lei n.º 14/2017, de 28 de Dezembro	Altera e republica o Regime Específico de Tributação e de Benefícios Fiscais das Operações Petrolíferas, aprovado pela Lei n.º 27/2014, de 23 de Setembro
2.	Lei n.º 15/2017, de 28 de Dezembro.	Altera e republica o Regime Específico de Tributação e de Benefícios Fiscais da Actividade Mineira, aprovado pela Lei n.º 28/2014, de 23 de Setembro
3.	Lei n.º 16/2017, de 28 de Dezembro	Altera e republica a Lei n.º 1/2006, de 22 de Março, que cria a Autoridade Tributária de Moçambique
4.	Lei n.º 17/2017, de 28 de Dezembro	Aprova o Código do Imposto sobre Consumos Específicos
5.	Lei n.º 18/2017, de 28 de Dezembro	Concernente à revisão do texto da Pauta Aduaneira, aprovado pela Lei n.º 11/2016, de 30 Dezembro
6.	Lei n.º 19/2017, de 28 de Dezembro	Altera e republica o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
7.	Decreto n.º 8/2017, de 30 de Março	Altera artigos do Regulamento do CIVA, com objectivo de aprovar os procedimentos para a operacionalização das novas normas do novo Código do IVA
8.	Decreto n.º 9/2017, de 6 de Abril	Aprova as Regras Gerais de Desembarço Aduaneiro, com o objectivo de aprovar as normas de controlo e de desembarço aduaneiros de bens, mercadorias, valores e respectivos meios de transporte
9.	Decreto n.º 70/2017, 6 de Dezembro	Aprova o regime de Preços de Transferências
10.	Decreto n.º 78/2017, de 28 de Dezembro	Aprova o Regulamento do Reembolso do Imposto sobre o Valor Acrescentado e revoga o Decreto n.º 77/88, de 29 de Dezembro
11.	Diploma Ministerial n.º 48/2017, de 6 de Julho	Estabelece as taxas do Imposto de Reconstrução Nacional para o ano de 2017
12.	Diploma Ministerial n.º 49/2017, de 6 de Julho	Fixa as taxas a pagar pelos utentes dos serviços prestados pela Concessionária do Terminal Especial de Exportação de Nacala

*Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para 2018*

Anexo VIII – Encontros no Âmbito da Cooperação Internacional de Jan. à Dez. 2017

Nº	Designação da Reunião	Local e Data da Realização	Objetivos	Resultados
NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL				
1	Curso de Gestão Macroeconómica em Países Ricos em Recursos Naturais	Maurícias, de 22 de Maio a 06 de Junho de 2017	Capacitar aos participantes em políticas macroeconómicas e desafios enfrentados pelos países ricos em recursos naturais.	Aprender a fazer a gestão de recursos naturais, colher as experiências dos países ricos e dentre as as quais as melhores práticas.
2	Formação em Regras de Origem de EPAS	Durban, África do Sul, Julho de 2017	Capacitar funcionários das instituições chaves na implementação do Acordo em matérias de regras de origem no âmbito do EPAS.	Funcionários formados em matérias de regras de origem. Os funcionários formados tem como tarefa proceder a capacitação sobre regras de origem em todas regiões.
3	Dia do Contribuinte da Autoridade Tributária do Zimbabwe	Harare, Zimbabwe, de 30 de Outubro de 2017	Fortificação de relações entre as Administrações Tributárias dos dois países.	Estreitamentos de relações de cooperação entre as duas instituições tributárias bem como a colaboração em iniciativas de cooperação bilateral, tendo em conta a consideração os desafios comum que as mesmas enfrentam, requerendo uma maior colaboração sinérgica a nível multilateral e bilateral.
NO ÂMBITO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS TRIBUTÁRIAS				
4	Fórum Internacional sobre a Facilitação do Comércio	Genebra, Suíça, de 23 a 27 de Janeiro de 2017	O objectivo do fórum é de capacitar os líderes dos comités nacionais de facilitação do comércio para que cumpram efectivamente os requisitos do AFC e de proporcionar as oportunidades de acesso à assistência técnica e ao apoio à capacitação.	Foi uma reunião de capacitação dos funcionários do MIC e da AT, e contribuiu na melhor operacionalização do Comité Nacional de Facilitação, no âmbito de implementação do Acordo de Facilitação do Comércio. A capacitação contribuiu muito para o aprimoramento dos conhecimentos relativos às matérias em alusão.
5	Workshop Regional e Operacional sobre o Combate a Contrafacção e Pirataria	Nambíia, Windhoek, de 30 de Janeiro a 03 de Fevereiro de 2017	Para além de prover os operativos e administrações aduaneiras de ferramentas para fazer face à contrafacção e pirataria, estabelece os canais para interação nesse sentido.	Reintrodução às técnicas de análise de risco na perspectiva do combate á contrafacção e pirataria, com enfoque nas informações constantes dos manifestos de carga (rodoviário e aéreo). Identificação e distinção de produtos e marcas, entre autênticos e os piratados.
6	Workshop sobre a Avaliação Aduaneira e Preços de Transferência	Harare, Zimbabwe, de 20 a 24 de Fevereiro de 2017	O objectivo do referido workshop é de providenciar toda a informação técnica no que concerne os preços de transferência e a sua relação com a avaliação aduaneira, o que constitui um tema de elevado interesse para as administrações aduaneiras.	Com esta formação, o participante ganhou mais conhecimentos sobre a avaliação de mercadorias, tendo em conta a problemática da fraude fiscal ligada aos preços de transferência. Isto está contribuindo para maior eficácia na recuperação da receita aduaneira nos últimos tempos.
7	8ª Sessão do Comité de Capacitação Institucional da OMA	Bruxelas, Bélgica de 07 a 09 de Março de 2017	Apresentação dos resultados da implementação do projecto da NORAD nos componentes de Gestão de Risco e Recursos Humanos e resultados do projecto MERCATOR.	Foi produzida uma informação contendo as recomendações necessárias, uma delas sugeria a realização do Workshop dos Pontos Focais de Gestão de Risco, com financiamento do Projecto OMA-NORAD
8	Curso de Introdução as Políticas Comerciais da Organização Mundial do Comércio (OMC)	Genebra, Suíça de 24 de Abril a 12 de Maio de 2017	Dotar aos participantes de ferramentas para melhor abordagem de matérias sobre o comércio internacional	O participante adquiriu boa capacidade para melhor negociação dos acordos comerciais e melhor entendimento sobre matérias do comércio internacional o que tem sido uma mais valia para a instituição.
9	Workshop Piloto sobre a Gestão de Projectos	Bruxelas, Bélgica, de 08 a 12 de Maio de 2017	O objectivo do referido <i>workshop</i> é de disseminar e aprimorar o conhecimento dos participantes sobre as melhores práticas e técnicas modernas em áreas específicas de gestão de projectos aduaneiros.	Na base desta formação, foram identificadas janelas de financiamento à AT que podem se beneficiar de assistência e capacitação da OMA, no âmbito do Programa Mercator.
10	Operação ACIM 2	Mombaça, Quênia de 07 a 09 de Junho de 2017	O objectivo desta iniciativa, cujo nome do código é “Operação ACIM 2” (Acção contra contrafacção e Medicamentos Ilícitos), é quantificar e qualificar o âmbito da contrafacção e falsificação, bem como testar a aplicabilidade prática das normas de análise de risco em condições de vida real.	Os funcionários que participam desta adquiriram conhecimentos técnicos sobre como quantificar e qualificar a contrafacção e falsificação, bem como, testar a aplicabilidade práticas das normas de análise de risco no mundo real. Isto contribuiu na melhor prestação dos serviços acometidos a DAII.

Encontros no Âmbito da Cooperação Internacional de Jan. à Dez. 2017 – Cont.1

*Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para 2018*

Nº	Designação da Reunião	Local e Data da Realização	Objetivos	Resultados
NO ÂMBITO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS TRIBUTÁRIAS				
11	26ª Reunião do Grupo de Trabalho e 22ª Reunião do Conselho Directivo da OMA-ESA	Kampala, Uganda de 08 a 12 de Maio de 2017	É de referir que a 26ª Reunião do Grupo de Trabalho Regional corresponde a reunião técnica onde serão discutidos diferentes assuntos relacionados com o funcionamento da OMA-ESA e levados a decisão na 22ª Reunião do Conselho Directivo.	Avaliou-se o nível do cumprimento das recomendações do encontro de Madagáscar e da implementação dos instrumentos da OMA na qual o país é subscritor. Foi notória a ausência da participação de Moçambique nas Reuniões da RILO Global e em outros fóruns internacionais e a recomendação é que o país faça esforço de criar condições para participação da RILO -ESA em todas as reuniões técnicas e apoiar os outros membros na implementação das actividades da organização.
12	Revisão da Política Comercial	Genebra, Suíça de 03 a 05 de Maio de 2017	Tratou-se de um encontro onde o país apresentou o seu relatório de revisão de política comercial, a nível da OMC e outros países membros tiveram oportunidade para levantar questões que acharam pertinentes sobre a matéria.	É um processo que foi liderado pelo MIC, no entanto os resultados mostram que Moçambique tem algumas questões muito cadente, que precisam de serem aprimorados, nomeadamente algumas tarifas aplicadas na pauta, que são superiores às fixadas como tecto máximo (compromisso); encargos conectados com o processo de importação de mercadorias, bem como trânsito, etc.
13	Workshop de Capacitação sobre Planificação das Operações no âmbito do Projecto INAMA	Nambíbia de 08 a 12 de Maio de 2017	A formação de planificação das operações tem como objectivo o apoio nos esforços dos membros para fortalecer a sua capacidade de planificação e na realização de operações nas Alfândegas.	Reforço de capacidade de controlo, através da participação do país nas operações planificadas para ter lugar em Julho a nível dos membros da OMA.
14	Reunião do Programa de Desenvolvimento de Carreira da OMA	Bruxelas, Bélgica, de 05 a 08 de Julho de 2017	O evento em questão tem como objectivo reunir os profissionais associados dos diferentes anos para a partilha das suas experiências e revisitar o papel que o PDC desempenhou no seu desenvolvimento profissional.	Criação de Rede de Comunicação entre os profissionais da OMA e uma Página especializada no Website da OMA.
15	2 Reunião dos Chefes do projecto nCEN	Port Louis, Maurícias, de 26 a 29 de Setembro de 2017	Capacitar os gestores do projecto em matérias de colecta e tratamento de dados bem como a actualização regular do sistema	A OMA tem a dimensão real dos problemas inerentes à implementação do sistema, estando a criar condições e mais sessões de capacitação dos funcionários que trabalham com o sistema. Moçambique passa desde já a ter acesso 24/7 deste sistema que contribui no combate a ilícitos comerciais.
16	12 Reunião do Grupo de Trabalho de Alto Nível da CPLP	Dili, Timor Leste, de 25 a 28 de Abril de 2017	A supra reunião enquadrada no Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica (PICAT) no seio das Alfândegas da CPLP tem por objectivo de prestar todo o apoio necessário às decisões a serem emanadas da reunião do conselho de Directores Gerais, que para o presente ano terá lugar no mês de Outubro em Guiné Bissau, bem como prestar o devido seguimento à proposição de acções de capacitação e assistência técnica.	Foi consensualizado o projecto de criação de dois grupos de trabalho nomeadamente: grupo de trabalho marítimo e aéreo a nível das alfândegas da CPLP. Esta em curso a elaboração dos ToRs dos referidos grupos, prevendo-se que comecem a trabalhar plenamente, em 2018.
17	52 Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Sistema Harmonizado da CPLP	Lisboa, Portugal, de 02 a 12 de Maio de 2017	O objectivo do encontro do GTSH é de concluir os trabalhos desenvolvidos pelo grupo relativos à tradução e verificação da Versão Única das Notas Explicativas (VUNESH), que deveria igualmente entrar em vigor a partir do ano de 2017, uma vez já concluída a Versão Única da Nomenclatura do Sistema Harmonizado (VUSH).	Foi harmonizada a sexta edição da nomenclatura do sistema harmonizado de codificação de mercadorias que foi usada na elaboração da actual Pauta aduaneira em vigor em Moçambique, desde dia 16 de Junho.
18	6 Conferência dos Correspondentes da ATAF	Durban, África do Sul, de 08 a 10 de Março de 2017	A presente conferência tem como objectivo o fortalecimento da colaboração e de um quadro de estrutura de comunicação entre os membros e servirá de fórum para o feedback para os membros da ATAF com propósito de permitir uma resposta do Secretariado as solicitações dos seus membros.	Nestes encontros, foi garantido à AT o envio de uma equipa da ATAF, para realizar a primeira sessão de assistência técnica à DGI em matérias Fiscais.
19	Workshop do ATAF sobre Capacitação dos Colectores de Dados Estatísticos	Monróvia, Libéria, de 26 a 28 de Julho de 2017	O presente <i>workshop</i> visa aprimorar os conhecimentos dos pontos focais ou colectores de dados para alimentar o ATO, para além de terem um entendimento comum sobre o processo de colecta de dados, definir os indicadores e harmonizá-los com os dados,	A AT não participou por falta de disponibilidade financeira

Encontros no Âmbito da Cooperação Internacional de Jan à Dez. 2017. – **Cont.2**

*Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT de Janeiro à Dezembro de 2017
e Perspectivas de Acções para 2018*

Nº	Designação da Reunião	Local e Data da Realização	Objetivos	Resultados
NO ÂMBITO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS TRIBUTÁRIAS				
20	Workshop sobre Garantia de Integridade nas Administrações Tributárias	Windhoek, Namíbia, de 01 a 03 de Novembro de 2017	O presente workshop tem por objectivo capacitar os responsáveis pela Integridade a fazer face a problemática da corrupção.	Do encontro foi adquirido muita informação útil sobre as Administrações Tributárias Africanas, na perspectiva de identificação, avaliação, gestão, mitigação e combate a corrupção dando maior ênfase a necessidade de realização de acções preventivas com vista a garantir o maior incremento de receitas do erário público. Foi recomendada a necessidade de partilhar os conteúdos de formação com vários intervenientes no processo de combate a corrupção dos países de origem, e a actualização do Plano de Acções de Prevenção e Combate a Corrupção com a aposta de a mesma ser a mais inclusiva possível, como forma de garantir maior possibilidade de sucesso no processo de combate a corrupção por parte da Administração Tributária.
NO ÂMBITO DA SADC, UNIÃO AFRICANA E ZONA DE COMÉRCIO LIVRE TRIPARTIDA (SADC, COMESA, EAC)				
21	Reunião do Sub-Comité de Assuntos Fiscais Gaberone.	Gaberone, Botswana de 01 a 03 de Fevereiro de 2017.	Passar em revista os últimos desenvolvimentos em torno dos entendimentos alcançados nos encontros anteriores e dar seguimento às acções discutidas nesta reunião.	Foram avaliados positivamente os níveis da implementação dos entendimentos na área fiscal, no âmbito do Acordo de Parceria Económica da SADC, e foram traçadas novas estratégias a nível da Cooperação.
22	Reunião de Altos Funcionários da SADC/EPA/UE	Gaberone, Botswana de 08 a 10 de Maio de 2017	Integração dos Países da SADC/EPA na economia global permitindo melhor acesso ao mercado da Comunidade Europeia isento de direitos e quotas.	Foi avaliado o nível de implementação do Acordo pelas partes incluindo o plano de acção para implementação de cada país e levantamento de necessidades de cada país para assistência. Foram discutidos mecanismos para estabelecimento do sub-comité de cooperação aduaneira no âmbito do acordo.
23	4ª Fórum de Negociações para criação da Zona de Comércio Livre Continental	Kigali, Ruanda de 06 a 17 de Fevereiro de 2017	Integração dos Países do Continente Africano numa economia global e africana, permitindo melhor acesso ao mercado de todos os membros desta comunidade para promoção do desenvolvimento da África como um todo.	A AT não participou por falta de disponibilidade financeira
24	4ª Fórum de Negociações para criação da Zona de Comércio Livre Continental	Nairobi, Quênia de 24 de Abril a 05 de Maio de 2017	Integração dos Países do Continente Africano numa economia global e africana, permitindo melhor acesso ao mercado de todos os membros desta comunidade para promoção do desenvolvimento da África como um todo.	A AT não participou por falta de disponibilidade financeira
25	51º Fórum das Negociações Comerciais da SADC	Gaberone, Botswana de 15 a 22 de Maio de 2017	Discussão relativa a facilitação do comércio no seio dos países da SADC através da harmonização da questão de Regras de Origem e Cooperação Aduaneira.	Defendeu-se a posição de Moçambique relativa a regra de origem sobre vestuário e têxteis; e sobre a posição pautal de trigo. Discussão do relatório de implementação do protocolo da SADC do exercício 2016. Resolução de TBT pendentes. Inclusão das Seychelles no mercado da zona de comércio livre da SADC, incluindo no mercado moçambicano.